

ANDRÉ PEREIRA ROCHA

**AS QUESTÕES POLÍTICAS DE UM PROCESSO RELIGIOSO: A
COMPLEXIDADE DO JULGAMENTO DE JOANA D'ARC**

Monografia apresentada ao Curso de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como, requisito parcial à obtenção de grau de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Celso Taveira

MARIANA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS / UFOP

2009

Aos meus pais e
À Helen.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao professor Celso Taveira pela orientação durante todo esse tempo, já vai fazer dois anos. Agradeço também a FAPEMIG pela bolsa de iniciação científica sem a qual não conseguiria concluir este trabalho. Agradeço ao professor Alexandre Agnolon, pela ajuda na tradução das profecias em latim, que muito ocuparam meu tempo de pesquisa.

Agradeço ainda aos meus pais, por terem me mantido na UFOP por todo esse tempo e pela ajuda que deram. Agradeço à minha Helen, que me aturou bastante durante o processo de pesquisa e me ajudou na revisão. Agradeço à Rep. Taqueupa pela convivência durante todos esses anos e pelas amizades lá fiz.

“Penso, entretanto, que todo historiador autêntico deve, como todo homem de saber, ter dentro de si um desejo de verdade. Se não creio que haja *uma* verdade histórica, creio que o historiador deve se esforçar para construir uma história verdadeira. O historiador tem de ser radicalmente diferente dos autores de ficção. O bom romance histórico pode se situar à margem da história “verdadeira”: ele não faz parte do saber histórico. E se o imaginário é uma caça para o historiador, não pode tornar-se seu inspirador.”¹

¹ LE GOFF, Jacques. *Em busca da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 212.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo delimitar algumas questões acerca do processo inquisitorial de Joana d'Arc. A captura e o julgamento de Joana atendeu diretamente aos interesses da monarquia inglesa, que necessitava deslegitimar suas ações. A destruição de sua imagem e da validade dos seus feitos tinha por principal objetivo a ridicularização da coroação do rei francês, Charles VII, que em 1429 foi conduzido a Reims por Joana. Visando obter esse resultado, os ingleses utilizaram-se da Inquisição e do bispado de Rouen como instrumentos para alcançar seus objetivos.

ABSTRACT

This paper aims to highlight some issues on the political objectives on the inquisitorial process of Joan of Arc. The capture and trial of Joan served directly to the interests of the English monarchy, which needed to de-legitimate her deeds. The destruction of her image and validity of her achievements was the main propose to ridicule the coronation of the French king, Charles VII, which in 1429 was conducted to Reims by Joan. In order to achieve this result, the English used the Inquisition and the bishopric of Rouen as a tool to reach their goals.

LISTA DE ABREVIATURAS

A única abreviação contida nessa monografia é com relação à compilação documental do processo de Joana. A documentação feita por Jules Quicherat é utilizada como base por muitos historiadores. Assim, grande parte deles, em suas citações, utilizam-se somente da designação *Procès* ao invés de expor toda a referência. Aqui, também utilizarei dessa orientação. Durante o texto as referências à obra de Quicherat serão denominadas como *Procès* e o volume do tomo utilizado. Ao final do trabalho, nas referências bibliográficas está a referência completa da obra.

SUMÁRIO

1. – Introdução	13
1.1 - Da documentação	14
1.2 - Da Metodologia	15
2. – Desenvolvimento de processo inquisitorial	18
2.1 - Princípios básicos	18
2.2 - Da estruturação, organização e ação dos processos	22
2.3 - Do Caráter político das ações eclesásticas	29
3. – O contexto histórico	34
3.1 – A Guerra dos Cem Anos	35
3.1.1 – Do início e causas	35
3.1.2 – Do contexto do tratado de Troyes (1420-1428)	38
3.1.3 – Do aparecimento de Joana d’Arc ao fim do conflito (1429-1456)	40
3.2 - Das ações políticas e diplomáticas e da propaganda de guerra	44
3.3 – Da estruturação militar	47
4. – Joana d’Arc	51
4.1 - A <i>Pucelle</i> na documentação	51
4.2 - De seu nascimento ao encontro com o <i>dauphin</i>	52
4.3 - De seus Feitos	57
4.4 - Das lendas	61
4.5 – Da Chefe de Guerra	65
5. – O Processo de Joana d’Arc	68
5.1 – Da documentação do processo	68
5.2 – Da estruturação do julgamento	71
5.2.1 – Da investigação	72
5.2.2 – Da acusação	73
5.2.3 – Da punição	78
5.3 – Dos problemas políticos	80
5.4 – Das questões religiosas	87
5.5 – Consequências após o processo	90
6. – Conclusão	92
7. Referências bibliográficas	95

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1: FIGURA



Efígie de Joana d'Arc no *Journal de Paris* de Clément de Fauquembergue
http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d2/Joan_parliament_of_paris.jpg

ANEXO 2: MAPA



França em 1360

WAGNER, John A. *Encyclopedia of the Hundred Years War*. London: Greenwood Press, 2006, p. 55.

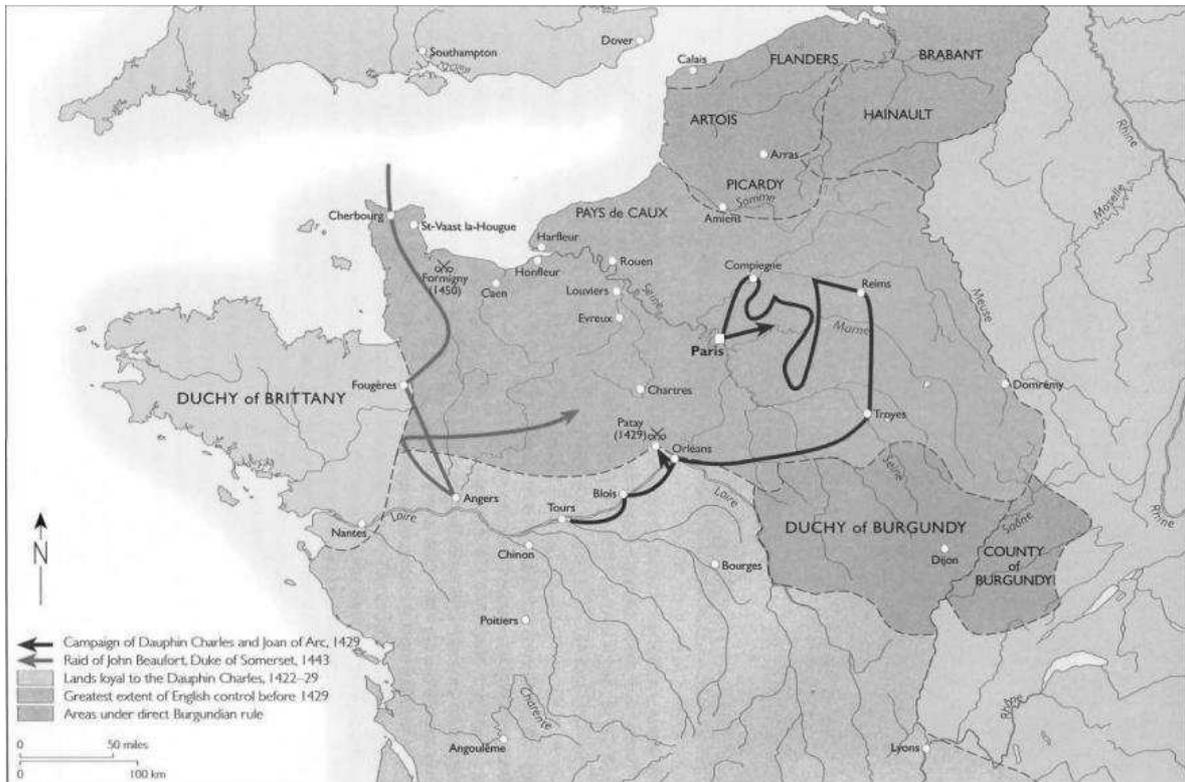
ANEXO 3: MAPA



França na época de Joana d'Arc (1429)

WAGNER, John A. *Encyclopedia of the Hundred Years War*. London: Greenwood Press, 2006, p. 56.

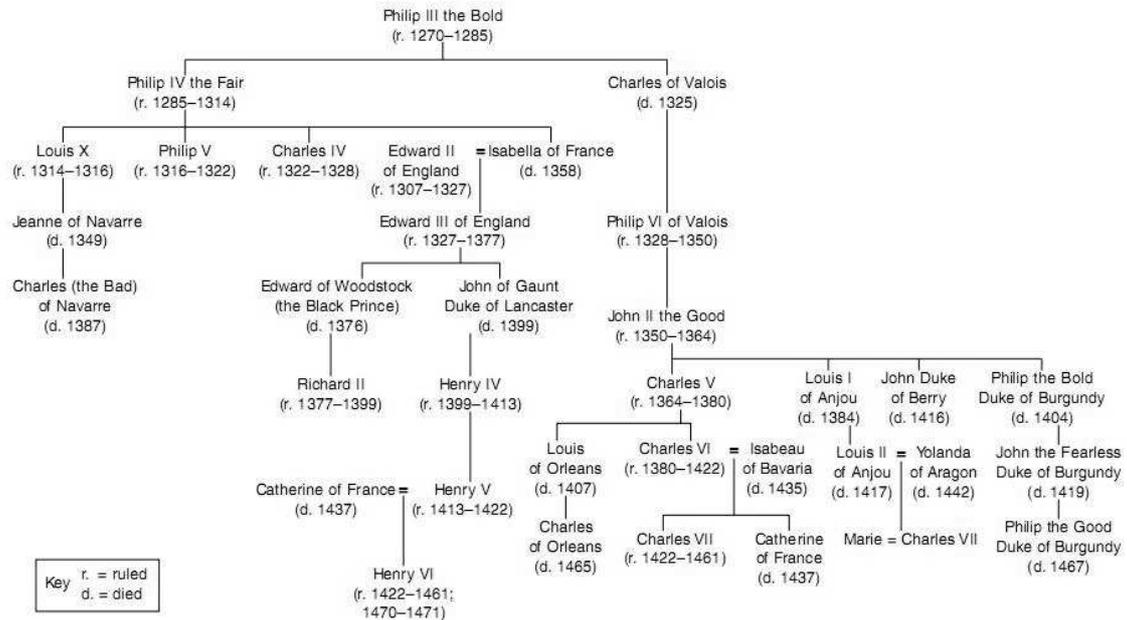
ANEXO 4: MAPA



Avanços de Joana d´Arc até sua prisão em 1430.

CURRY, Anne. *The Hundred Years War – 1337–1453*. London: Osprey Publishing, 2002, p. 85.

ANEXO 5: Tabela Genealógica



GENEALOGY OF FRENCH AND ENGLISH RULERS DURING THE PERIOD OF THE HUNDRED YEARS WAR

Genealogia das casas reais de França e Inglaterra durante o período da Guerra dos Cem Anos.

FRAIOLI, Deborah A. *Joan of Arc and the Hundred Years War*. London: Greenwood Press, 2005, p. 42.

1. - Introdução

O objetivo desse trabalho é analisar politicamente o processo inquisitorial de Joana d'Arc. Grande parte da historiografia reconhece o papel político existente no julgamento e, principalmente, a possibilidade de utilização do maquinário inquisitorial para tal objetivo, mas poucas são as análises das características que estão ligadas a esses atos políticos.

Joana foi uma figura politicamente ativa. Acabou por interferir diretamente no tratado de Troyes firmado em 1420 entre os reinos de França e Inglaterra e que visava o controle das coroas da Inglaterra e da França pela casa real inglesa. Quando presa pelos borgonheses, diversos foram os argumentos da Inglaterra para que seu julgamento pelo tribunal da Inquisição acontecesse. O principal objetivo era desmistificar os feitos dela, os quais foram de grande benefício para os partidários de Charles VII, rei da França na época. Na abertura de seu processo, e como era de praxe num processo religioso, sua vida foi meticulosamente pesquisada em busca de indícios que levassem a crer que em algum momento ela tivesse transgredido os dogmas da fé cristã.

A maior preocupação para o reino da Inglaterra naquele período era a coroação de Charles VII como legítimo rei francês. Contrariamente ao tratado de Troyes, ele recebeu a consagração na catedral de Reims. As dificuldades políticas existentes entre os dois reinos se acentuaram ainda mais após tal episódio. O reino francês estava conseguindo reaver os territórios que a Inglaterra havia tomado, mas o soberano inglês ainda acreditava ter o direito sobre as duas coroas. Ele precisava atacar diretamente a legitimidade de Charles VII para que sua soberania não fosse reconhecida. O respaldo que sustentava sua consagração era a determinação divina vinda de Joana d'Arc.

Um processo inquisitorial contra a *Pucelle*² poderia acarretar na desmistificação das ações do reino francês perante a soberania inglesa. Joana entendia que Deus lhe havia dado a missão de coroar o verdadeiro rei e salvar a França da invasão de estrangeiros. Assim, o reino partia para o combate com o apoio religioso, que legitimava grande parte das ações políticas da época. Contudo, juridicamente a Inglaterra tinha o direito de domínio sobre algumas províncias francesas.

² Forma pela qual Joana d'Arc era conhecida em sua época.

A condenação de Joana esteve envolta das mais diferentes pressões políticas. O resultado de seu processo poderia intervir na já complicada permanência inglesa no continente. Utilizando-se do maquinário inquisitorial, os ingleses procuraram condenar as ações de Joana. Condenando-a, condenavam também a autenticidade da coroação de Charles e, assim, sua legitimação real.

1.2 - Da documentação

A documentação utilizada nesse trabalho consiste na compilação feita por Jules Quicherat entre os anos de 1841 e 1849. Nesse trabalho, intitulado *Procès de condamnation et rehabilitation de Jeanne d'Arc dite la Pucelle* e organizado em cinco tomos, estão todos os documentos relacionados ao processo de condenação de 1431, parte das minutas francesas³, o processo de reabilitação de 1456, os anexos dos processos e, por fim, uma variada gama de documentos que circunscrevem o período de Joana. Os originais estão em diversos arquivos franceses, mas grande parte da documentação analisada por Quicherat estava na Biblioteca Nacional da França. Essa compilação consistiu na transcrição da documentação e o autor limitou-se a fazer somente algumas notas no corpo do texto. Atualmente existem pouquíssimas edições dessa obra e a maioria delas está presente em bibliotecas universitárias da Europa, mas como esse trabalho foi digitalizado e está em domínio público, pode ser acessado diretamente na Internet.

O maior problema enfrentado para a análise da documentação foi acerca da preservação dessas obras. Nem todas estão em bom estado, mesmo quando houve o esforço de restauração. Assim, tive que “baixar” diversas obras de inúmeras universidades diferentes para que conseguisse ter todas as páginas dos tomos. É muito difícil encontrar algum tomo que esteja intacto.

Também enfrentei problemas com a bibliografia utilizada na pesquisa. Os três temas trabalhados aqui – Inquisição, Guerra dos Cem Anos e Joana d'Arc – não têm muitas obras de editoras nacionais, fazendo com que tivesse que adquirir ou “baixar” parte delas. Não consegui todas as obras que almejava no início dos trabalhos e parte delas tiveram que ser substituídas ao longo da pesquisa.

³ Documentação primária que posteriormente serviria de base para a produção da versão oficial.

Nessa pesquisa utilizei somente os tomos referentes ao processo de condenação de 1431 e os documentos de referência do período, circunscrevendo os tomos 1 e 5. Como se trata de uma documentação transcrita, assim, mantendo sua língua original, utilizei como apoio uma tradução feita por George e Andrée Duby intitulada *Les procès de Jeanne d'Arc*. Essa tradução consiste de fragmentos dos processos de condenação e reabilitação. Para a orientação e análise de possíveis dúvidas acerca da documentação de Quicherat, pautei-me nessa tradução.

1.2 - Metodologia

Para analisar os aspectos políticos que envolveram o julgamento de 1431 de Joana d'Arc, detive-me, primeiramente, na análise acerca da Inquisição Medieval e da Guerra dos Cem Anos. Um capítulo foi estruturado para discussão de cada um desses aspectos. No processo de pesquisa tive que averiguar quais eram as principais características, tanto da inquisição quanto do conflito entre França e Inglaterra, que vinculavam-se diretamente ao julgamento de Joana. Era imprescindível compreender primeiramente a Inquisição e a Guerra para posteriormente trabalhar com o processo de Joana.

Assim, o primeiro capítulo consiste na análise do desenvolvimento do processo inquisitorial, desde o início de sua estruturação até as formas pelas quais o Santo Ofício agia na sociedade. A base de compreensão desse capítulo, referente ao processo de Joana, é a idéia de descentralização do poder papal perante as sentenças dadas pela Inquisição. Assim, grande parte das condenações circunscreviam somente interesses ligados diretamente à diocese e o uso político da máquina inquisitorial para as ações particulares da nobreza regional e do alto clero.

No capítulo acerca da Guerra dos Cem Anos, analisei os principais aspectos do início do conflito de 1336 e as complicações políticas que levaram os dois reinos à guerra. Posteriormente, detive-me diretamente na contextualização do período referente a Joana d'Arc. Os ideais e os objetivos da Guerra dos Cem Anos haviam mudado de acordo com o estopim inicial do século XIV. Analisei, então, os pontos principais que circunscreviam a mudança de direcionamento desse conflito, qual foi o papel de Joana dentro dele e quais foram os principais instrumentos usados para sustentação e direcionamento dessa guerra.

No terceiro capítulo, delimito questões referentes a Joana d'Arc e as formas pelas quais ela ficou conhecida. Grande parte de sua aceitação veio de assimilações feitas com antigas lendas referentes à tradição da coroa francesa e de sua ligação divina. A *Pucelle* interferiu diretamente num conflito que já perdurava por quase cem anos. Sua aparição mudou os direcionamentos antes estabelecidos entre os dois reinos. Consequentemente, sua figura ganhou grande notoriedade na época.

No quarto capítulo analisei especificamente o processo inquisitorial de Joana. Trabalhei com as referências políticas e religiosas que circunscreviam seu tempo para compreender as orientações estabelecidas durante seu julgamento. Os ingleses fizeram com que seu processo tivesse um resultado específico: a sua condenação. A análise, então, se estrutura em como fizeram isso acontecer.

Todo o julgamento foi meticulosamente estruturado com base no direito canônico, que advém do direito romano. A base de estruturação desse tipo de julgamento é pautado basicamente pelas mesmas argumentações. Como nos apontou Henry Charles Lea em sua obra *The Inquisition in the Middle Ages*, existem três etapas dos quais todos os processos inquisitoriais são formados: a investigação, a acusação e a punição. Com base nesses três conceitos, os juízes tinham a possibilidade de estabelecer um processo de fé⁴ “justo” contra o réu, pois, desde o início, o objetivo principal do Santo Ofício era fazer com que o culpado voltasse para a fé cristã da qual estava se distanciando. A morte do herético era a última opção buscada.

Essas três características ligadas aos processos inquisitoriais são facilmente distinguíveis no processo de Joana, desde o início da *causae expositio et praeparatoria*⁵ até a produção e difusão da *acta posterius*⁶. Na investigação, analisei as características ligadas à vida de Joana que os juízes utilizaram para iniciar o julgamento. Assim, o principal objetivo foi delimitar quais os argumentos utilizados levando em consideração os feitos dela. A acusação, foi o momento em que os juízes se esforçaram para buscar as possíveis transgressões nas ações de Joana. Se em algum momento ela tivesse se desviado dos desígnios da Igreja, prontamente já seria tratada como herética. Houve uma dificuldade de vincular as questões de sua infância com algum tipo de acusação ou transgressão. Foi somente quando se voltaram aos seus feitos na Guerra dos Cem Anos e nas atitudes que ela

⁴ Processo que tinha como base o direito canônico.

⁵ “Exposição e preparação da causa”.

⁶ Ata posterior.

tinha perante o tribunal que conseguiram formar argumentações que concluíssem sua sentença. Por último, a análise da sentença mostrou como o argumento político circunscreveu os objetivos do processo. Joana teve duas sentenças: uma em 24 de maio de 1431, a qual ela reconheceu seus erros e foi considerada herética e punida com a prisão perpétua; e a segunda sentença que se deu em 28 de maio do mesmo ano quando, ao encontrarem Joana novamente vestida com roupas masculinas, acusaram-na de ir contra os desígnios da Igreja e assim foi executada em praça pública como herege e relapsa.

As questões políticas estavam intrinsecamente ligadas ao objetivo final de condenação de Joana, mas também foi levado em consideração as questões religiosas. Como nos expôs Le Goff, as questões religiosas e políticas não tinham muita distinção na época⁷. A justiça era estruturada pelas duas instâncias simultaneamente. Mesmo o processo de Joana sendo trespassado pelas mais diversas querelas políticas, o ideal religioso ainda permanecia fortemente influente na decisão. A Igreja buscava sua salvação de alguma maneira e as vozes que ela escutava foram umas das questões mais difíceis com as quais os inquisidores tiveram que tratar. Foi um embate entre a religião letrada vinda e transmitida pela Igreja contra os ideais que comumente eram veiculados pela religiosidade leiga.

⁷ LE GOFF, Jacques. *Em busca da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 162.

2. – Desenvolvimento do processo inquisitorial

Foi durante o período medieval - exatamente nos séculos XII, XIII e XIV - que a Inquisição começou a tomar corpo como parte integrante dos instrumentos da Igreja Católica na afirmação e estruturação de seus ideais religiosos. Esse instrumento, que previa a conversão de heréticos por meio de investigações e processos eclesiásticos, seria introduzido em toda a cristandade ocidental. A Igreja de Roma seria a última instância de apelação dentro dos julgamentos previstos com os tribunais, mas as dioceses é que teriam a delegação de abrir inquéritos dentro de suas jurisdições. Estas é que limitariam o poder de uso do Santo Ofício.

Quando um réu era acusado, diversas eram as táticas de conversão com o objetivo de trazê-lo de volta à ortodoxia. O processo serviria como um exemplo, um auxílio para que tivesse a chance de se redimir e aceitar que a Igreja Romana estava certa com relação às doutrinas religiosas. Casos de punições mais severas também foram relatados, punições essas que poderiam levar um indivíduo à morte. Segundo os desígnios da época, esses tipos de pena eram aplicados aos que não aceitavam os poderes que Deus havia designado à Igreja ou aos indivíduos que poderiam representar um perigo aos dogmas cristãos. No fim, o objetivo último desses processos religiosos seria implementação do poder papal na Igreja Católica Apostólica Romana.

2.1– Princípios básicos

Inúmeros são os conceitos relacionados à estruturação e funcionamento da máquina inquisitorial. Historiograficamente, grande parte dos autores vêm de formas diferentes as funções exercidas pelo Santo Ofício no período da Idade Média e na Idade Moderna. Os próprios objetivos visados por esse instrumento da Igreja seriam diferentes nessas duas épocas. Aqui, a Inquisição Medieval é que será o foco central de análise.

Segundo Henry Ansgar Kelly⁸, muitos abusos e falsos juízos foram construídos sobre a forma de atuação e organização dos tribunais na Idade Média. Duas idéias seriam as mais comumente difundidas: a centralização do poder da Igreja sobre a ação dos tribunais e a caça aos hereges.

⁸ KELLY, Henry Ansgar. "Inquisition and the Prosecution of Heresy: Misconceptions and Abuses". IN: *Church History*, vol. 58, n° 4 (dec., 1989), p. 439-451.

A idéia de centralização seria sustentada pela possível predominância e onipresença que as instituições da Igreja teriam no Ocidente. Na verdade, apesar de todo o esforço católico de expansão durante o início da Idade Média, muitas das práticas e das velhas crenças ainda permaneceram fortemente ligadas às populações de toda a Europa. Muitas delas acabaram por se fundir a algumas idéias cristãs da época. De certa maneira, havia uma compreensão do uso de certas práticas e velhos costumes de uma determinada cultura local.

A Igreja nunca conseguiu ser onipresente em toda a Europa⁹, pelo menos não de forma dogmática ortodoxa. Diversas são as causas disso. O analfabetismo de grande parte da população desse período é uma das causas¹⁰. Muitas dos dogmas cristãos eram passados de forma oral pelos religiosos. A iniciação dos cristãos, principalmente das crianças, era feita pelas mães. O latim, mesmo não sendo uma língua compreendida por todos, era difundido, principalmente através das orações. Mesmo com o desconhecimentos das palavras, os ritos eram mantidos. A não difusão pela escrita fazia com que houvesse uma junção dos dogmas cristãos e dos costumes já vigentes numa determinada região.

Consequentemente, a própria centralização da instituição inquisitorial não pode ser compreendida de forma literal. Apesar de existir um controle da Igreja com relação à estruturação e meios de ações dos tribunais, grande parte das iniciativas ficava por conta da ação das dioceses, e assim, nas mãos dos bispos¹¹. Apesar de existirem inquisidores ligados diretamente ao papa, não existiria uma hierarquia de poderes entre os juízes. Bispos e inquisidores eram equiparados juridicamente, com exceção do inquisidor último que seria o próprio papa. O Pontífice seria o poder supremo da máquina inquisitorial. Contudo, nem todos os casos chegavam a ir à última instância. Existia a possibilidade de apelação, mas raramente era aceita. Não existia assim, uma centralização da Inquisição da Idade Média. Ela funcionaria de forma abrangente, mas sua força de ação dependeria das ações tanto dos inquisidores quanto dos bispos dentro de suas dioceses.

Mas ainda existem correntes historiográficas que argumentam o contrário, como, por exemplo, Nachman Falbel. Segundo o autor, “(...) Gregório IX, a fim de evitar

⁹ LEA, Henry Charles. *The Inquisition of the Middle Ages: its organization and operation*. USA: Barnes & Noble, 1954, p. 37.

¹⁰ BATANY, Jean. “Escrita/Oral” In: Le GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 386-7.

¹¹ KELLY, Henry Ansgar. “Inquisition and the Prosecution of Heresy: Misconceptions and Abuses”. IN: *Church History*, vol. 58, n° 4 (dec., 1989), p. 442.

que a Inquisição tivesse outras finalidades que não o combate à heresia, ligou-a diretamente à Igreja e ao papado.” (FALBEL: 1977, p.18). A partir de então haveria a dicotomia entre os tribunais eclesiásticos episcopais e os tribunais papais. Cada um teria jurisdições próprias e funções específicas dentro da cristandade. Os tribunais papais foram criados em 1184 com o intuito de reportar diretamente ao papa o andamento dos processos inquisitoriais. Assim, os relatórios chegariam diretamente ao Vaticano sem a interferência das dioceses. Os inquisidores papais eram vistos como ministros do Pontífice, sendo assim, tinham certa influência política na execução de ações judiciais. Já os tribunais episcopais tinham um caráter regional, circunscrevendo somente a área de jurisdição de cada diocese. Os bispos seriam os responsáveis pelos processos, nos quais também poderiam ser juizes. Mesmos havendo uma relação de auxílio entre as dioceses, normalmente os processos corriam somente dentro da primeira instância.

Mas, como demonstrou Henry Charles Lea:

“Tecnicamente não há diferenças entre a Inquisição Episcopal e Papal. (...) No traçado da história da instituição, conseqüentemente, não há distinção que possa ser delineada entre essas duas ramificações, e as façanhas de ambas foram registradas como fonte dos mesmos impulsos, usando os mesmos métodos, e conduzindo aos mesmos fins.¹²” (LEA: 1954, p.60)

Assim, Lea expôs que a Inquisição Papal seria um instrumento de maior abrangência e eficácia que a Igreja poderia ter em suas mãos; e que a Inquisição Episcopal seria um esforço isolado e temporário, que serviria em eventos singulares¹³, mas que na prática funcionavam da mesma forma. Mas na verdade, a própria estruturação do aparato inquisitorial seria fruto de tensões existentes no próprio período medieval e não de ações isoladas da Igreja. “A organização gradual da Inquisição foi simplesmente um processo de evolução que emergiu das reações mútuas das forças sociais(...).¹⁴”(LEA: 1954, p.ix), e não somente da reformulação do aparato burocrático das instituições da Igreja.

¹² “ Technically there was no difference between the episcopal and papal Inquisitions. (...) In tracing the history of the institution, therefore, there is no distinction to be drawn between its two branches, and the exploits of both are to be recorded as springing from the same impulses, using the same methods, and leading to the same ends.”

¹³ LEA, Henry Charles. *The Inquisition of the Middle Ages: its organization and operation*. USA: Barnes & Noble, 1954, p. 60.

¹⁴ “The gradual organization of the Inquisition was simply a process of evolution arising from the mutual reaction of the social forces(...)”

Questões com relação à permanência dos tribunais também trouxeram várias discussões na historiografia. Para Kelly, assim como para Henry Charles Lea em sua obra *The Inquisition in the Middle Ages*, os tribunais permanentes não foram sempre efetivos e não funcionaram em todas as regiões da Europa. Seu funcionamento dependeria de investigações feitas na própria diocese, pelos inquisidores e pelos respectivos bispos. Diversas foram as disputas com relação à jurisdição de cada uma delas. Muitos tratados sobre a abrangência que o Santo Ofício viria a ter foram publicados, mas as aplicações dessas idéias nem sempre foram condizentes a esses textos. Dessa maneira, existia somente a interpretação virtual de que o aparelho inquisitorial fosse supremo em todos os lugares¹⁵.

Assim, como a Igreja não tinha controle total sobre a própria dogmatização dos fiéis – esse também é um dos aspectos do surgimento das heresias - e os tribunais sendo liderados pelas mãos dos bispos das dioceses e também por ordens religiosas – como os Dominicanos -, por muitas vezes os processos corriam de acordo com os interesses dos juizes¹⁶. Vários são os casos em que inquisidores e os próprios bispos tomam decisões que não necessariamente condiziam com os interesses da Igreja de Roma. Apesar do aparato teológico e filosófico que sustentava a Inquisição, as particularidades e os regionalismos se sobrepuseram muitas vezes às designações do Papado.

Uma segunda idéia que também é utilizado de forma abusiva com relação à Inquisição na Idade Média é a idéia da criação dos tribunais eclesiásticos para o combate direto aos infiéis e hereges. Seguindo o raciocínio de Kelly, o próprio termo “Inquisição” não expressa bem a forma de ação dos processos religiosos. O Santo Ofício, como veio a ser chamado a instituição dos tribunais religiosos, não foi construído especificamente para o combate de hereges. Eles surgiram de forma natural dentro dos costumes já vigentes dos processos seculares. A própria estruturação de ação criminal foi tirada das leis civis. As três formas básicas de ações criminais eram, de acordo com o Quarto Concílio de Latrão em 1215: *accusatio*, *denunciatio* e *inquisitio*¹⁷, que seriam basicamente ações por meios de acusação, denúncia ou investigação, sucessivamente. Segundo Kelly, a maioria dos processos religiosos na Idade Média corresponde às ações criminais ligadas à *denunciatio*¹⁸.

¹⁵ LEA, Henry Charles. *The Inquisition of the Middle Ages: its organization and operation*. USA: Barnes & Noble, 1954, p. 37.

¹⁶ COULTON, G. G. *The Inquisition*. Cambridge: Folcroft Library Editions, 1974, p. 57.

¹⁷ LEA, Henry Charles. *The Inquisition of the Middle Ages: its organization and operation*. USA: Barnes & Noble, 1954, p. 6.

¹⁸ KELLY, Henry Ansgar. “Inquisition and the Prosecution of Heresy: Misconceptions and Abuses”. IN: *Church History*, vol. 58, n° 4 (dec., 1989), p. 441.

A estruturação judicial da Igreja trouxe uma nova forma para os processos da época. Uma reformulação que trouxe mudanças em ambos os âmbitos, tanto no civil quanto no religioso. A própria forma de utilização das ações criminais foi reestruturada e foram reutilizadas de formas específicas. Mas, de todas as ações criminais, “o *inquisitio ex officio*¹⁹ tornou-se o método universal de procedimentos dos julgamentos em todas as cortes eclesiásticas, exceto nas ações ‘civis’ ou casos de instâncias, onde o queixoso trazia o litígio contra o réu.²⁰” (KELLY:1989, p.441).

A utilização do *inquisitio ex officio* não necessariamente correspondia ao processo de fé contra um herege. Ele podia ser usado para qualquer tipo de inquérito que fosse aberto no âmbito religioso. Kelly utiliza-se do exemplo de separação proposto por Henrique VIII, da Inglaterra, como sendo processo “inquisitorial”²¹. De acordo com o autor,

“as fontes latinas medievais sempre escrupulosamente distinguem entre inquisição como um processo geral e a inquisição contra heresia referindo-se a este como *inquisitio heretice pravitatis*, ‘inquisição de depravação herética’²².”(KELLY: 1989, p.441).

Progressivamente a Inquisição, como instrumento judicial, começou a ser utilizada em processos de fé que tinham hereges como réus. O *inquisitio*, como forma de investigação, não foi designado, inicialmente, como um instrumento específico contra os hereges, mas se tornou uma arma eficiente de acordo com os objetivos estruturados pela Igreja. Contudo, isso não invalidou suas ações religiosas corriqueiras, pois ainda seria usada dessa forma por incontáveis vezes em outras épocas. Mas no período Medieval, o *inquisitio* se tornou um auxílio importante para a estruturação das ações contra os heréticos.

2.2 – Da estruturação, organização e ação dos processos

¹⁹ “Processo ou investigação contra alguém,”

²⁰ “The *inquisitio ex officio* became the universal method of trial procedure in all ecclesiastical courts, except in ‘civil’ actions or instance cases, where plaintiffs brought suits against defendants.”

²¹ KELLY, Henry Ansgar. “Inquisition and the Prosecution of Heresy: Misconceptions and Abuses”. IN: *Church History*, vol. 58, n° 4 (dec., 1989), p. 441.

²² “The Medieval Latin sources always scrupulously distinguish between inquisition as a general process and *inquisitio heretice pravitatis*, ‘inquisition of heretical depravity.’”

A Inquisição, como instrumento da Igreja, foi construída de forma “natural”. Segundo Lea, anteriormente ao século XI, o poder secular era a instância encarregada por julgar e punir crimes de todos os tipos, inclusive os religiosos. A Igreja também tinha procedimentos específicos para o combate de crimes contra a fé, que eram baseados em sínodos ou em Concílios. Com as crises religiosas que se abateram sobre a Igreja no início do segundo milênio, progressivamente foi se estruturando uma nova forma de se utilizar o direito romano, tanto nas leis civis quanto nas eclesiásticas. O Santo Ofício não foi originalmente construído só para o combate aos infiéis, mas também para a própria reestruturação e organização das instituições da Igreja Católica. No século XIII, as grandes heresias – como a dos Cátaros - e a corrupção interna existente dentro da própria Igreja foram as grandes impulsionadoras dessas transformações posteriores²³.

A heresia começou a se tornar um problema para dogmas da Igreja nesse início do segundo milênio. Segundo Falbel:

“A palavra heresia (do grego *hairesis*, *hairein*, que significa *escolher*) acompanhou a vida da Igreja desde os inícios, e para os escritores eclesiásticos o termo designava uma doutrina contrária aos princípios da fé oficialmente declarada.” (FALBEL: 1977, p.13)

O autor ainda completa:

“As primeiras heresias distinguem-se das que ocorreram nos séculos XII e XIII pelo seu caráter puramente filosófico e teológico que fazia especulação racional em torno dos princípios ou dogmas cristãos, em geral planos do pensamento que tratavam da Trindade, da natureza divina e humana de Cristo e da própria relação existente entre ambas, bem como de questões ligadas à essência da divindade. Porém, o que caracteriza as heresias posteriores, isto é, as da Baixa Idade Média, é o seu cunho popular assentado sobre uma nova visão da instituição eclesiástica e do cristianismo como religião vigente na sociedade ocidental.” (FALBEL: 1977, p.13)

As cruzadas contra os Albigienses, nos séculos XII e XIII, estabeleceram um sistema de perseguição a essa “nova” forma de heresia. A Igreja, mesmo com todas as intempéries de seu tempo, se tornou extremamente forte, contrariamente à fragmentação do poder temporal com o Feudalismo. Assim, buscavam um instrumento eficiente que pudesse

²³ LEA, Henry Charles. *The Inquisition of the Middle Ages: its organization and operation*. USA: Barnes &

ser utilizado no combate aos seus inimigos, inclusive os heréticos. O “(...) controle sobre as almas, mentes e ações de todos os Cristãos, acompanhado por uma admirável organização centralizada, tinha dado (à Igreja) um poder inigualável por nenhuma outra instituição.²⁴”(LEA: 1954, p.ix).

Duas foram as ações principais para o que Lea chama de “o sucesso da Igreja”²⁵. As ordens mendicantes – os Dominicanos e posteriormente os Franciscanos sendo as ordens principais no controle e ação do Santo Ofício – suprindo as necessidades da Igreja naquele momento e a busca de uma legislação que regulamentasse a ação legal dos tribunais eclesiásticos. O treinamento de especialistas no direito romano e na investigação dos heréticos foram essenciais para o rápido desenvolvimento dos tribunais eclesiásticos. Em 1215, o Quatro Concílio de Latrão trouxe as bases do que seria a conhecida “Inquisição”. A síntese com as leis civis trouxe o arcabouço necessário para a legalização da instituição.

Até o final do período medieval, poucas foram as efetivas mudanças dentro do sistema judicial eclesiástico. Somente a partir do século XVI, com a Contra-Reforma e o Concílio de Trento, mudanças aconteceriam, principalmente ligadas aos objetivos que o Santo Ofício deveria alcançar.

A própria conjuntura da época sustentou as diversas transformações que ocorreram na Europa. A reestruturação da Igreja trouxe uma nova forma de se “sentir” o mundo. A escolástica se tornou o arcabouço teórico para as mais variadas ações. São Tomás de Aquino se tornou, então, o principal filósofo para tal sustentação. A principal intenção era salvar a Igreja e a humanidade da decadência iminente. Assim, as reflexões filosóficas sempre discutiam a importância e objetivos positivos presentes no combate aos heréticos. “São Tomás sabia que, apesar de toda essa matança (*dos heréticos*), centenas ou milhares de pessoas continuavam sendo criadas e educadas na heresia(...)²⁶”(COULTON: 1974, p. 69). Mesmo antes dos tratados filosóficos já existia a condenação de infiéis. “A *Summa Theologica* foi produzida por volta de 1250. Aproximadamente oito anos antes

Noble, 1954, p. x.

²⁴ “ Its control over the souls, minds and actions of all Christians, accomplished by an admirably centralized organization, had given it a power unequalled by any other institution.”

²⁵ LEA, Henry Charles. *The Inquisition of the Middle Ages: its organization and operation*. USA: Barnes & Noble, 1954, p. 14-15.

²⁶ “St. Thomas knew that, in spite of all this bloodshed, hundred or thousands of people were still being and nurtured in heresy(...)”

disso, Papa e Imperador, conjuntamente, iniciaram sistematicamente a queima de heréticos²⁷.”(COULTON: 1974, p. 69)

Assim,

“Todo o aprendizado e conhecimento da terra era produzido de forma subserviente para o supremo dever de suprimir a heresia e era colocado gratuitamente a serviço da Inquisição; e qualquer prelado que hesitasse em retribuir assistência de qualquer tipo quando chamado, era ameaçado com formas nada gentis com toda força da vingança papal²⁸.”(LEA:1954, p. 38)

Desde o início, poder religioso e poder secular sempre se mantiveram próximos nos processos. De certa maneira, o poder civil foi incorporado juntamente com as estruturas inquisitoriais. As duas esferas agiam conjuntamente no combate aos transgressores. Como dito anteriormente, a Inquisição não foi imposta à população daquela época, mas emergiu de forma natural. “Na Idade das Trevas, a população aceitava a Igreja como aceitava o Feudalismo(...)²⁹”(COULTON: 1974, p. 16). Os procedimentos eclesiásticos não tinham nada de diferentes do que já era visto anteriormente nas ações civis, e as punições, principalmente as mais severas, continuaram sendo executadas pela esfera civil, enquanto a Igreja se voltava ao controle dos procedimentos processuais e das punições “leves” – como peregrinações, cruzadas, etc. Ao poder secular cabia cumprir as punições “severas”. Assim, os religiosos não se comprometiam com as penas de morte, logo que não era a sua esfera de ação que as executava. Essas penas de morte já existiam anteriormente à estruturação da Inquisição. Poucas foram as mudanças com relação a essa característica.

Mas nem sempre os poderes temporal e religioso funcionavam de forma harmoniosa³⁰. Como o direito religioso era pautado num direito civil, existia também o uso político dessa força. A própria opinião pública era uma das características fortes no momento de acusação e condenação de um indivíduo. O que, no período, era conhecido como *fama*³¹, era um dos principais meios pelos quais se iniciava a maioria dos processos.

²⁷ “The *Summa Theologica* was being composed in about 1250. Nearly eighty years before this, Pope and Emperor, in concert, had begun the systematic burning of heretics.”

²⁸ “All the learning and wisdom of the land were made subservient to the supreme duty of suppressing heresy and were placed gratuitously at the service of the Inquisition; and any prelate who hesitated to render assistance of any kind when called upon was threatened in no gentle terms with the full force of the papal vengeance.”

²⁹ “In the Dark Ages, people accepted the Church as they accepted Feudalism(...).”

³⁰ COULTON, G. G. *The Inquisition*. Cambridge: Folcroft Library Editions, 1974, p. 39.

³¹ Tem o mesmo sentido do português.

Até a própria perseguição aos hereges não era somente uma vontade da Igreja, mas uma ação que contava com uma forte aceitação pública, principalmente pelas classes dirigentes.

“A opinião pública das classes dirigentes da Europa exigia que a heresia fosse exterminada a qualquer custo, e ainda a supressão da resistência aberta era o fim desejado em todos os lugares.³²” (LEA: 1954, p.14)

Os interesses das esferas civil e religiosa poderiam divergir profundamente. Como os nobres poderiam proteger alguém dos mecanismos inquisitoriais, muitos inquisidores poderiam agir fora de suas jurisdições ou mesmo tomavam decisões sem um devido respaldo legal. Mas mesmo com toda a influência que poderia ser colocada sobre um determinado processo, a participação dos príncipes na Inquisição não era direta. Após a Igreja tomar para si a tarefa de defesa de seu rebanho, o poder temporal só agia sobre as execuções. “O direito de considerar questões de heresia era formalmente negado a eles”(COULTON: 1974, p. 49).

Também ocorriam problemas entre os próprios religiosos acerca dos processos. Isso trazia complicados problemas com relação as jurisdições impostas a cada diocese³³. Essa disputa de interesses religiosos também se tornou um empecilho a certas decisões de Roma. A resolução de tais querelas era complicada. Cada bispo se pautava em suas jurisdições nas argumentações. Dificilmente questões como essas traziam os benefícios pretendidos pela Igreja.

Após sua oficialização em 1215, o Santo Ofício tinha regras claras e objetivas. Sua estruturação visava sempre um processo franco e aberto. Quando um processo era aberto, existia uma equipe de pesquisadores que investigavam a vida do acusado. No momento em que o réu fosse colocado à frente do juiz, sua vida já teria sido averiguada. Dificilmente acusações que não tinham um respaldo público, acusados que não tinham *fama* na sociedade, não tinham sustentação e caso o processo corresse mesmo assim, as penas eram leves e muito insignificantes. Era necessário para a acusação um arcabouço inicial sustentável para o prosseguimento normal dos processos, e todos eles eram documentados.

³² “The public opinion of the ruling classes of Europe demanded that heresy should be exterminated at whatever cost, and yet with the suppression of open resistance the desired end seemed as far off as ever.”

³³ LEA, Henry Charles. *The Inquisition of the Middle Ages: its organization and operation*. USA: Barnes & Noble, 1954, p. 40.

Os abusos se davam em todas as esferas do processo, desde a acusação até a falsificação posterior da documentação. Mas todas essas manipulações aconteciam pelos processos seguirem a vontade particular dos juizes ou pelo acusado ser forte em sua reputação.

“A tentação de falsificar os registros, quando um inimigo era tido como inabalável, era excessivamente forte, e os oponentes da Inquisição não tinham hesitação em declarar que isso era livremente produzido.³⁴” (LEA: 1954, p.76)

Mas como defende Kelly:

“Concluindo, a inquisição era uma brilhante e muito necessitada inovação nos procedimentos dos tribunais, instituída pelo maior advogado-papa da Idade Média.(...) As práticas abusivas que vieram a prevalecer, em especial nos tribunais de heresias, não fazem mérito ao nome de inquisição, mas antes deveriam ser identificadas como uma perversão do processo inquisitorial causada pelos superzelosos e inescrupulosos juizes.³⁵” (KELLY: 1986, p.450-51)

Também, a má formação do clero poderia levar a decisões arbitrárias dentro do processo. A inexperiência de parte dos membros acabou por se tornar um problema para o próprio desenvolvimento da máquina inquisitorial. A ignorância estava condenando os julgamentos e a principal preocupação era sobre julgamentos que tinham seus veredictos na pena de morte³⁶. Inicialmente não existia uma idade mínima ou experiência prévia para a adesão de determinado religioso no trabalho inquisitorial. Assim, uma das principais medidas foi a nomeação de inquisidores que tivessem uma experiência sobre essa esfera de ação.

Isso se dá pela grande dificuldade que existia no momento de analisar certos casos. As incertezas diante do sobrenatural dificultavam consideravelmente o trabalho dos

³⁴ “The temptation to falsify the records when an enemy was to be struck down was exceedingly strong, and the opponents of the Inquisition had no hesitation in declaring that it was freely yielded to.”

³⁵ “In conclusion, inquisition was a brilliant and much-needed innovation in trial procedure, instituted by the greatest lawyer-pope of the Middle Ages. (...) The abusive practices that came to prevail in the special Heresy tribunals do not merit the name of inquisition, but rather should be identified as a perversion of the inquisitorial process caused by overzealous and underscrupulous judges.”

³⁶ COULTON, G. G. *The Inquisition*. Cambridge: Folcroft Library Editions, 1974, p. 16.

inquisidores³⁷. Normalmente, os processos eram acompanhados pelos catedráticos das Universidades e muitas vezes também pelos cardeais de Roma. O respaldo desses intelectuais era de grande ajuda na estruturação da própria acusação de um determinado processo. Consequentemente, o réu tinha que se defender perante as argumentações de diversos especialistas no assunto. Seria a palavra deles contra a de um herético.

O maior objetivo da Igreja era trazer o fiel para o caminho que eles consideravam ser o correto. Como expôs Lea: “O suspeito de heresia era, como sempre, avaliado de antemão. O esforço do inquisidor não era o de evitar a injustiça, mas o de forçá-lo a admitir sua culpa e seguir a reconciliação com a Igreja.” (LEA:1954, 139)³⁸. Desse modo, o uso de tortura era aceito em determinados casos.

Citando Coulton:

“Igualmente definida é a responsabilidade pela tortura. Os tribunais civis a tinham usado esporadicamente; mas foi a Inquisição que a sistematizou e perpetuou; e nós não podemos argumentar que isso foi um passo tomado pela ignorância, ou que a atmosfera dessa época era, como tal, moldar naturalmente o avanço da barbárie³⁹.” (COULTON: 1974, p. 52)

As torturas eram aceitas, tanto as psicológicas quanto as físicas, mas nem sempre elas eram utilizadas⁴⁰. As torturas psicológicas eram mais quotidianamente utilizadas, pois elas já faziam parte até mesmo do próprio processo de prisão, como o confinamento, isolamento e, num regime de *muris strictus*, os presos podiam acorrentados dentro das celas. Contraditoriamente, colocavam em dúvida a eficácia de palavras ditas durante uma sessão de torturas físicas. Independentemente das críticas feitas a esses processos, continuou sendo uma ferramenta essencial para o aparato estrutural do Santo Ofício.

Normalmente, a pena de morte não era a solução mais viável, pois a conversão era a intenção principal com o julgamento do réu nesse período. Foi construída a idéia de que não existiria salvação fora da Igreja. A permanência na religião cristã, segundo

³⁷ LEA, Henry Charles. *The Inquisition of the Middle Ages: its organization and operation*. USA: Barnes & Noble, 1954, p. 3.

³⁸ “The effort of the inquisitor was not to avoid injustice, but to force him to admit his guilt and seek reconciliation with the Church.”

³⁹ “Equally definite is the responsibility for torture. Civil tribunals has used it sporadically; but it was the Inquisition which systematized and perpetuated it; and we cannot plead that this step was taken in ignorance, or that the atmosphere of that age was such as to lead naturally to this advance in barbarity.”

⁴⁰ COULTON, G. G. *The Inquisition*. Cambridge: Folcroft Library Editions, 1974, p. 53.

os dogmas Católicos Apostólicos Romanos, garantiria de certa maneira a salvação após a morte. Assim, a punição com penas leves – que iriam desde rosários até cruzadas – e o confisco de bens eram as práticas mais comumente empregadas nesses casos⁴¹.

2.3 – Do Caráter político das ações eclesiásticas

Com o respaldo das leis civis, o caráter político permaneceu ao ser transposto ao âmbito religioso. O *inquisitio ex officio*, tornando-se uma ferramenta para o uso dos juízes inquisitoriais, não deixou de ter seu uso a favor dos interesses da política corrente. A possibilidade de apelação ao Papa sempre era possível e, de certo modo, um direito do réu, mas nem sempre isso efetivamente acontecia.

Antes da estruturação inquisitorial, não existiam grandes diferenciações entre os diversos casos de heresias e crimes adversos, como roubo ou assassinato, nos julgamentos. O desenvolvimento de tratados gerou uma revisão dos dogmas da Igreja Católica Romana. “Disso seguiu-se a ação de Inocêncio III, que proclamou publicamente que os heréticos mereciam as mesmas punições que os homens que traíam sua soberania⁴²(...)”(COULTON: 1974, p. 14). Assim, a própria heresia como prática já tomava um caráter social bem específico, pois não havia distinção entre uma heresia de caráter social ou político⁴³. Independentemente das heresias praticadas, existiam procedimentos específicos para enfrentá-las num processo de fé.

Consequentemente, o número de advogados que aceitavam defender um acusado de heresia era muito pequeno⁴⁴. A moral era um dos principais motivos. Um herético, mesmo depois de absolvido pelos tribunais religiosos, era reconhecido na sociedade como um julgado. Muitas das punições exigiam dos condenados exposições ao público acerca de sua condição. Normalmente eram reconhecidos com uma cruz gravada em suas vestimentas ou uma vestimenta específica, conhecida como *sambenito*. O tempo em que esse tipo de sinal deveria ser usado era estipulado ao fim do processo. Então,

⁴¹ LEA, Henry Charles. *The Inquisition of the Middle Ages: its organization and operation*. USA: Barnes & Noble, 1954, p. 38.

⁴² “From this it followed necessarily, as Innocent III, publicly proclaimed, that the heretic deserves the same punishment as the man who betrays his sovereign(...)”

⁴³ COULTON, G. G. *The Inquisition*. Cambridge: Folcroft Library Editions, 1974, p. 19.

⁴⁴ KELLY, Henry Ansgar. “Inquisition and the Prosecution of Heresy: Misconceptions and Abuses”. IN: *Church History*, vol. 58, n° 4 (dec., 1989), pp. 445.

defender um acusado que mesmo depois de absolvido viria a ser reconhecido com um culpado não traria benefício algum a qualquer advogado.

A própria área de ações judiciais desses defensores era reduzida. Como os processos eram muito detalhados e complexos, os advogados tinham que se render aos desígnios dos juizes para posteriormente poder agir em benefício de seus clientes. Muitas apelações poderiam ser feitas. A maior delas seria mandar o processo às mãos do Papa. Sua decisão sobressairia sobre qualquer outra. Mas diversas poderiam ser as intempéries que dificultariam tal encaminhamento.

O poder temporal e a opinião pública também poderiam mandar um indivíduo para o processo inquisitorial. Através da *fama*, que poderia denegrir a imagem de determinada pessoa perante a sociedade, os tribunais já tinham os subsídios básicos necessários para se iniciar um processo. Por muitas vezes a propagação dessa *fama* poderia não condizer com as ações de alguém, tendo sido criada somente para prejudicar socialmente um indivíduo.

Assim, é impossível dissociar a ação da Inquisição do poder temporal. Apesar da Igreja controlar os procedimentos do processo de fé, normalmente era a esfera civil que efetivava as sentenças. Assim, tanto inquisidores quanto nobres tinham que reconhecer a área de ação de cada um e respeitar suas devidas jurisdições. Era dever de toda a população lutar contra as heresias e os males contra a Igreja. Para demonstrar o quanto isso era importante, solenidades que demonstravam as ações dos poderes civis e religiosos eram realizadas com o intuito de aproximar a população da Igreja. Em dias como esses, sentenças – por muitas vezes lidas em público - e diversas penitências eram realizadas.

Grande parte do que os autores chamam de efetividade dos tribunais vinha também da cooperação que existia entre sociedade e Igreja.

“ A efetividade da organização residia na imprecisão dos limites da jurisdição, e era multiplicada pela cooperação dos tribunais de todos os lugares, de maneira que não existia lugar de descanso, não existia porto de refúgio para o herético na maioria dos lugares onde existia a Inquisição.⁴⁵” (LEA: 1954, p.90)

⁴⁵ “The effectiveness of the organization was unhampered by any limits of jurisdiction, and was multiplied by the cooperation of the tribunals everywhere, so that there was no resting-place, no harbor of refuge for the heretic in any land where the Inquisition existed.”

Cooperação essa que não era absoluta. Nem mesmo os próprios integrantes da Igreja tinham a mesma opinião acerca da instituição inquisitorial. Diversos eram os religiosos que se opunham aos processos e a maneira como a Igreja se colocava perante a sociedade⁴⁶. Existiam disputas até mesmo dentro das ordens que administravam grande parte da máquina inquisitorial. Como exemplifica Lea: “Considerando, certamente, as abundantes causas de ciúmes, e especialmente a amarga rivalidade entre as Ordens Dominicana e Franciscana, os casos de rixas parecem ter sido singularmente poucas.⁴⁷”(LEA: 1954, p.91).

As grandes transformações dos séculos XI, XII e XIII também foram fatores decisivos. O renascimento comercial e urbano e o impulso cultural e espiritual que ocorreram no século XII são características fundamentais para a compreensão desse período.

“É curioso observar que grande parte das heresias tem fundamento urbano e se manifestou entre os homens que habitavam a urbe. O campo pouco teve a ver com a heresia. Portanto, não deixa de ser verdadeira a afirmação de um medievalista contemporâneo quando escreve: *‘Após o ano de 1100, o desenvolvimento das correntes religiosas ortodoxas ou em oposição ao cristianismo, valdeísmo, catarismo, heresias populares, e o crescimento das cidades haviam confirmado a persistência destas opções espirituais. Em 1200, o progresso da economia comercial ou de bens de raiz, dos produtos e das finanças que se tornaram mais e mais abundantes, permitiram manter por muito tempo e amplamente uma vida de desprendimento e apostolado.’*”(FALBEL: 1977, p.19)

Assim, a própria ação da Igreja na sociedade já estabelecia um aspecto político, já tendo implícita uma forma específica de visão de mundo. A utilização da instrumentação inquisitorial contra os hereges protegia, muitas vezes, interesses da Igreja que estavam além do mundo espiritual. O Papa se tornara dentro da Europa um dos poucos símbolos de centralização e reconhecimento e esse poder adquirido não poderia ser facilmente perdido. Após a reversão das crises que abalaram a Igreja, a Inquisição se tornou

⁴⁶ LEA, Henry Charles. *The Inquisition of the Middle Ages: its organization and operation*. USA: Barnes & Noble, 1954, p. 104.

⁴⁷ “Considering, indeed, the abundant causes of jealousy, and especially the bitter rivalry between the Dominican and Franciscan Orders, the cases of quarrel seem to have been singularly few.”

o ponto forte da ação política religiosa. A espiritualidade era o que governava as ações eclesiais, mas eram os resultados terrenos que importavam com essa estruturação.

As Sagradas Escrituras eram as principais fontes de sustentação de toda argumentação dos religiosos. A Bíblia era o instrumento perfeito para a afirmação política do Santo Ofício.

“A comunidade e a autoridade política – submetam-se todos às autoridades constituídas, pois não há autoridade que não venha de Deus, e as que existem foram instituídas por Deus. Quem se opõe à autoridade, se opõe à ordem estabelecida por Deus. Aqueles que se opõem, atraem para si a condenação. Na verdade, os que governam não devem ser temidos quando se faz o bem, mas quando se faz o mal. Se você não quer ter medo da autoridade, faça o bem, e ela o elogiará. A autoridade é o instrumento de Deus para o bem de você, mas se você pratica o mal, tema, pois não é à toa que a autoridade usa a espada: quando castiga, ela está a servido de Deus, para manifestar a ira dele contra o malfeitor. Por isso, é preciso submeter-se, não só por medo do castigo, mas também por dever de consciência”(Romanos 13: 1-7)

Nesse período da Idade Média existia uma cosmologia que regia o mundo, cada indivíduo tinha sua função específica para esse harmonioso funcionamento. Sendo assim, existiam os *bellatores*, que consistiam na nobreza e na sua capacidade de defesa da cristandade; os *oratores*, que estavam diretamente ligados à Igreja, sendo seu líder supremo o Papa de Roma; e por último os *laboratores*, que consistiam na população em geral que tinham em seu trabalho a sua forma de harmonização com o mundo.

O objetivo seria atingir a população de forma moral, pois negar os dogmas da Igreja ou qualquer juramento feito a ela ou transgredir a moral cristã era atacar diretamente as bases estruturais das relações feudais. A Igreja tinha que construir um aparato que delimitasse bem as fronteiras do mundo cristão, e a Inquisição foi o instrumento perfeito para o policiamento desse mundo. Pois como veio também a idéia de que não existiria saída fora da Igreja, que a única maneira de ser salvo só viria pelos dogmas cristãos católicos romanos, isso gerou o uso de tortura e mortes em nome da salvação.

Mas nem todos os religiosos concordavam com o que estava acontecendo; “Em matéria de carnificina, novamente, vimos como a Igreja se desviou da máxima de São

Bernardo: ‘A Fé deve persuadir os homens, e não ser imposta sobre eles’⁴⁸.’(COULTON: 1974, p. 48). A influência da Igreja nas decisões temporais foi o que levou a esse distanciamento. Mesmo tendo o objetivo de trazer de volta transgressores da fé, o Santo Ofício teve todos os instrumentos para que se agisse conforme interesses presentes em cada região, e nem sempre se conseguiu suprimir os heréticos.

⁴⁸ “In the matter of bloodshed, again, we have seen how far the Church drifted from St. Bernard’s maxim: ‘Faith must be persuaded to men, and not imposed upon them.’”

3. – O contexto histórico

A guerra, muito mais do que um conflito entre pessoas, regiões ou povos, era durante a Idade Média um fenômeno social⁴⁹. A própria cosmologia do mundo sustentava tal estruturação. Cada estado da sociedade tinha sua função explícita no mundo, da qual dependeria todo o equilíbrio existente⁵⁰. Sendo assim, grande parte das ações com relação às guerras ficava nas mãos da nobreza, mas mesmo assim o uso de grupos mercenários era sempre aceito e corriqueiro. Com todas as relações de vassalagem e ideais de cavalaria, o principal objetivo era manter a paz e a ordem dentro dos territórios cristãos. A religião era parte intrínseca de praticamente todas as ações do homem no mundo, tendo em vista também a guerra.

A “guerra justa” era o ideal pretendido naquele período, mesmo não sendo seguido em todos os momentos. Era o melhor caminho para se conseguir reputação, *status*, e consideravam a mais eficiente para conseguir paz e justiça. Consequentemente, se todos os cavaleiros buscassem alcançar tal *status* dentro da guerra, Deus intercederia por eles, pois, “(...) a vitória era vista como um sinal do Paraíso: Deus atribuía a vitória àqueles cuja causa era justa.⁵¹” (ALLMAND: , p. 161). Essa ajuda celeste sempre teve forte influência dentro dos conflitos da época, tomando-os por muitas vezes dependentes de tal ideologia. Deus ajudaria os justos, seja no campo militar, no astrológico ou nos mitos. Ele julgaria os feitos e conseqüências das ações do homem e designaria quais mereciam ter a tão almejada vitória.

Como também era muito comum no período Medieval, a grande massa da população dificilmente tinha a possibilidade de ações diretas dentro das guerras e quase sempre o estopim dos grandes embates tinha origem em intrigas e querelas ligadas às famílias governantes⁵². A conhecida Guerra dos Cem anos não foi diferente. Além das conhecidas ações das coroas de França e Inglaterra, as questões da feudalidade exerceram grandes pressões nos dois reinos.

Em si, nenhum contemporâneo dos séculos XIV ou XV reconheceria o termo Guerra dos Cem Anos.

⁴⁹ CARDINI, Franco. “Guerra e Cruzada”. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean Claude (org.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC, 2006, p. 473.

⁵⁰ DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do Feudalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982, p. 16.

⁵¹ (...) victory was viewed as a sign from Heaven: God attributed victory to those whose cause was just.”

⁵² CONTAMINE, Philippe. *La guerre des cent ans*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968, p. 9.

“A expressão ‘guerra dos Cem anos’ é uma criação relativamente recente dos historiadores. Não a vimos aparecer, salvo erros, antes do início do século XIX, onde ela foi introduzida na França com fins pedagógicos para obras escolares. Conseqüentemente, ela fixou lentamente seu lugar na historiografia tanto inglesa quanto francesa devido ao uso corrente na segunda metade do século.⁵³” (CONTAMINE: 1968, p. 5)

Assim, essa expressão abarca os conflitos militares e políticos que envolveram os reinos da França e Inglaterra, incluindo seus aliados, nos períodos de 1336 a 1453. Como se trata de um termo historiográfico, diferentes autores acabam por argumentar acerca de problemas que modificariam essas datas. O principal objetivo nesse trabalho não é discutir quais são as causas e os anos que circunscrevem a Guerra dos Cem anos, mas sim compreender quais são as principais características que levaram esses dois reinos a um conflito que durou mais de cem anos e que atravessou diferentes gerações, no intuito de localizar historicamente a trajetória de Joana d’Arc.

3.1 – A Guerra dos Cem Anos

3.1.1 – Do início e causas

Diversos foram os fatores que deram início à Guerra dos Cem Anos, mas a principal causa foram os resquícios feudais que ainda eram muito fortes nos reinos. Inglaterra e França tinham basicamente as mesmas forças; salvo algumas diferenças quantitativas e qualitativas, seus níveis administrativos, sociais e tecnológicos eram comparáveis⁵⁴.

O papado exercia considerável influência sobre o reino da França e os dois reinos tinham certa limitação de poder, limitação essa que vinha das forças feudais. As monarquias feudais estava acostumadas a ter que fazer negociações com seus barões para poder exercer seu poder. A estrutura política existente na época tornava tortuoso o andamento das questões políticas, principalmente pela pressões que a nobreza exercia sobre a administração. Assim, não existia o que podemos chamar de uma coesão nacional, pois cada região seguia os direcionamentos que seu senhor desejava. Cada região poderia ter

⁵³ “L’expression ‘guerre de Cent ans’ est une création relativement récent des historiens. On ne la voit pas apparaître, sauf erreur, avant le début du XIXe. Siécle, où ele fut introduite en France à des fins de pédagogie par des ouvrages scolaires. Par la suite, elle prit lentement sa place dans l’historiographie tant anglaise que française et devint d’usage courant dans la seconde moitié du siècle.”

⁵⁴ NETO, Jônatas Batista. *História da Baixa Idade Média: 1066-1453*. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 181.

direcionamentos e interesses bem diversos se comparados aos ideais de centralização monárquica.

Os primeiros impasses entre os dois reinos se iniciaram após a posse da província de Guienne pelo rei inglês no século XIII⁵⁵. Henry II se casou com Eleonor d'Aquitânia e assim passou a ter direitos sobre essa vasta região. Dessa maneira, o soberano inglês seria tratado como vassalo do rei francês sempre que as questões dessa região fossem discutidas. A província tinha grande importância para os dois reinos, principalmente pelo seu caráter econômico, sendo uma das principais exportadoras de vinho para o norte europeu. Tanto França quanto Inglaterra disputavam economicamente as rotas de comércio de suas regiões. Guienne seria uma das peças-chaves da estrutura comercial dessas rotas. Cada um dos reinos buscava então sua afirmação sobre tal território.

O soberano francês sempre exigia a submissão do soberano inglês às suas decisões, e conseqüentemente, a Inglaterra tentava gerar influência política suficiente para que a região se tornasse independente do reino francês. Após quase um século de disputas diplomáticas e diversos tratados, no fim da década de 1320, um novo direcionamento foi tomado pelos soberanos dos dois reinos.

Desde o século X, cada rei francês era sucedido por um filho seu, o *dauphin*⁵⁶. A lei sálica exaltava, então, a hereditariedade masculina para a sucessão do trono. Em 1316, Louis X morreu sem deixar herdeiros. Uma assembléia foi constituída e nela negaram a possibilidade de uma possível sucessão feminina para sua filha Jeanne, a única que poderia assumir tal lugar. Mesmo parte dos partidários de Jeanne não aceitando, os irmãos de Luís X assumem a soberania e Philippe V, um de seus irmãos, foi coroado. Mas em 1322, Philippe também morreu sem deixar herdeiros e uma nova lacuna foi deixada no trono. Assim, após diversas pressões políticas, seu irmão mais novo assumiu a regência e foi coroado como Charles IV. Imprevisivelmente, em 1328, Charles IV também morreu sem deixar herdeiros, mas sua mulher ainda estava grávida. Mesmo com tal impasse, algumas possibilidades foram levantadas e dois nobres tornaram-se o centro do problema sucessório: Edward III, rei da Inglaterra e filho de Philippe IV e neto de Philippe o Belo e Philippe de Valois, descendente de Philippe III pela linha materna da família (Anexo 5).

⁵⁵ NETO, Jônatas Batista. *História da Baixa Idade Média: 1066-1453*. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 181.

⁵⁶ Título de príncipe da monarquia francesa. (N. A.)

Philippe de Valois foi coroado e a lei sálica⁵⁷ não foi evocada. Segundo desígnios dessa lei, somente os homens descendentes do soberano poderiam assumir o trono. De acordo com Deborah Fraioli, esse conjunto de leis era baseado na jurisprudência, não existia uma estruturação bem definida acerca da hereditariedade e nunca havia sido evocada antes⁵⁸. Desde Hugo Capeto todas as sucessões se deram diretamente com os filhos do rei. O problema de Philippe de Valois era ser descendente de Philippe III pela linha materna da família. As crônicas do período caracterizaram a legitimidade hereditária pelo fato de seu nascimento no reino francês, diferentemente dos outros possíveis sucessores⁵⁹. As tensões políticas entre França e Inglaterra começaram a piorar logo após Edward III não aceitar a soberania de Philippe de Valois, por sua descendência de linha materna. Em 1329, a Guienne reconheceu Edward III como legítimo rei francês. A disputa pelo ducado se acirrou entre os dois reinos de modo que progressivamente exércitos foram preparados para possíveis intervenções. Philippe exigiu reconhecimento e submissão de Edward com relação ao ducado. O soberano inglês buscou incisivamente a posse do território continental sem a necessidade de prestar o juramento de vassalagem, pois além de importância comercial era um modo eficaz de fixar presença inglesa no continente. Para conseguir isso, ele buscou alianças políticas entre os nobres que tinham desavenças com a coroa francesa. Dessa maneira, conseguiu aliança com Flandres em 1336. Este que tinha um vínculo político com o reino da França mas dependia economicamente da Inglaterra.

Assim, Edward III reivindicou publicamente o trono francês e Philippe de Valois exigiu a submissão de Edward como vassalo. As pressões políticas cresceram até que em 1336 Edward desembarcava em Guienne com tropas inglesas e se declarava legítimo soberano das duas coroas. Assim,

“Por muito tempo, os historiadores pensaram que a Guerra dos Cem Anos tinha sua origem na rivalidade das duas dinastias. Depois, o estudo atento dos documentos revelou a importância majoritária da questão de Guienne. Estimamos então que o objetivo de Edward III foi, antes de tudo, o de defender ou, a rigor, o de aumentar o seu ducado. Sua pretensão ao trono da França não foi mais do que um procedimento tático, útil mas secundário, que ele abandonaria se conseguisse as concessões territoriais.⁶⁰”
(CONTAMINE: 1968, p. 13-14) (Anexo 2)

⁵⁷ Conjunto de leis baseada nos costumes e não escrita que definia as questões acerca da monarquia.

⁵⁸ FRAIOLI, Deborah A. *Joan of Arc and the Hundred Years War*. London: Greenwood Press, 2005, p. 6.

⁵⁹ CONTAMINE, Philippe. *La guerre des cent ans*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968, p. 10.

⁶⁰ “Longtemps, les historiens pensèrent que la guerre de Cent ans trouva son origine dans la rivalité des deux dynasties. Puis, l'étude attentive des documents révéla l'importance majeure de la question de Guienne. On

Consequentemente deu-se o início do conflito que perduraria por mais de um século entre os dois reinos. Tais querelas se deram num período de relativo crescimento e desenvolvimento dos dois principados⁶¹. No momento em que as disputas diplomáticas passaram para o campo militar, esse desenvolvimento estava mostrando características de estagnação. As tensões existentes no campo econômico, e principalmente, ligadas às rotas de comércio traziam o estopim inicial dos principais conflitos dessa época.

As questões feudais se tornaram importantes também nesse momento. Apesar do desenvolvimento administrativos que cada reino estava sofrendo, grande parte das influências políticas ainda permaneciam fortemente ligadas à nobreza. As dificuldades políticas existentes dentro das próprias províncias, como o que aconteceu com os ducados da França quando reconheceram outro soberano que não um francês, era um dos principais problemas. Mesmo com o fortalecimento progressivo do papel do rei ainda não existia uma centralização de governo forte ou mesmo um ideal nacional.

3.1.2 – Do contexto do tratado de Troyes (1420-1428)

No início do século XV, as condições diplomáticas entre França e Borgonha, ducado francês que reconhecia o soberano da Inglaterra como legítimo, se deterioravam rapidamente. Enquanto o papel militar do ducado era praticamente nulo, Jean sem Medo, duque borgonhês, ainda tinha anseios de oposição política aos partidários de Orléans, que reconheciam a legitimidade dos Valois. Paulatinamente, os dois ducados se separavam politicamente. As tensões eram enormes, mas ainda existia a esperança de reconciliação. Em 1404, o assassinato de Louis de Orléans, conde d'Armagnac, por um partidário borguinhão separou definitiva e abertamente as opiniões políticas. Jean, após o atentado, se refugiou dentro de seu ducado, pois a repercussão de tal fato trouxe significativas indignações para os armagnacs e, para aumentar sua força política na região, ele aceitou diversas intervenções inglesas em seu território.

O período de 1411 a 1422 foi um dos mais conturbados na Guerra dos Cem Anos, tanto na esfera política quanto na militar (Anexo 3). A guerra civil proporcionada

estima alors que le but d'Edouard III fut avant tout de défendre ou à la rigueur d'agrandir son duché. Sa prétention au trône de France ne fut plus considérée que comme un procédé tactique, utile mais secondaire, qu'il abandonna dès qu'il le puit en échange de concessions territoriales."

⁶¹ CONTAMINE, Philippe. *La guerre des cent ans*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968, p. 15.

pela disputas dos dois partidos – armagnacs e borguinhões – se espalhou rapidamente por todo o reino. Em 1413, após declarações de apoio de Jean sem Medo ao rei da Inglaterra, que desejava o trono francês, foi convocada uma assembléia dos estados em Paris para discussão política. Isso foi um estratégia dos anglo-borgonheses para colocar a população contra os armagnacs e eliminá-los de forma efetiva⁶².

Após violentos embates, os notáveis armagnacs que ainda resistiam aos avanços políticos dos anglo-borguinhões se reuniram em torno do *dauphin*. Eles fizeram tudo que era diplomaticamente viável para que a aliança entre Inglaterra e Borgonha não se concretizasse, mas a posição na qual estavam naquele momento não propiciava mobilidade suficiente para que grandes manobras pudessem ser realizadas. Na esfera militar, os desejos da nobreza francesa de agir incisivamente sobre os ingleses não passava de meros debates, a maioria deles demorou consideravelmente para intervir nas perdas territoriais que aconteceram.

Nesse momento, cresceram as intervenções e os avanços ingleses. Apoiados pelos borguinhões, uma a uma as cidades francesas foram sucumbindo ao aparato militar inglês. Os recursos existentes para Charles não eram suficientes e muito menos sustentariam o combate direto por muito tempo. Jean sem Medo auxiliou Henry V na empreitada militar. Iniciando na Normandia, grande parte das forças militares vinham da Borgonha. Em 1419, Jean é assassinado por um partidário dos armagnacs e seu sucessor, Philippe o Bom, fez prevalecer aos antigos acordos ainda vigentes entre seu ducado e o reino inglês.

Um dos momentos decisivos da Guerra dos Cem Anos aconteceu em 21 de maio de 1420, quando um tratado assinado em Troyes trouxe uma nova possibilidade para o conflito. As negociações já perduravam por muito tempo e raramente surtiam o efeito pretendido. Mas, com esse tratado, ficava previsto que após acordos matrimoniais, os direitos de soberania do monarca francês passariam à monarquia inglesa.

“Charles VI seria o rei até sua morte (este que implicaria no reconhecimento da legitimidade dinástica dos Valois); ele daria em casamento sua filha Catherine a Henry V, que tornaria seu ‘filho’ o ‘herdeiro da França’. Na morte de seu belo pai, o Lancaster teria, então, as duas coroas, que deveriam permanecer unidas e nunca sob eles e seus sucessores. Seria uma união pessoal e não uma fusão:

⁶² NETO, Jônatas Batista. *História da Baixa Idade Média: 1066-1453*. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 192

cada reino deveria reservar seus direitos, suas liberdades, seus costumes, suas leis.⁶³” (CONTAMINE: 1968, p. 87)

O tratado estava seguindo seu curso mesmo com algumas pressões que ainda persistiam. A crescente xenofobia que se desenvolveu nos dois reinos limitava, de certa maneira, as possíveis intervenções que poderiam vir a serem feitas nos reinos. Consequentemente, o *dauphin* não estava contente de tirarem seu direito ao trono. Assim, os partidários armagnacs que ainda restavam se uniram em torno de sua causa. Causa esta que não era deveras engajada. Apesar do desejo de contestação do *dauphin*, pouco ou quase nada foi feito de forma direta para que o tratado não se cumprisse. Diferentemente do início da Guerra dos Cem Anos, a questão sucessória tornou-se primordial nesse período.

Em 1422 os reis dos dois reinos morreram, Henry V e Charles VI, deixando os tronos para dois jovens soberanos. Dessa maneira, como o herdeiro do trono inglês ainda era menor de idade, um tutor e regente foi escolhido para a governo. Apesar de serem dois, um que administraria a Grã-Bretanha e outro que se responsabilizaria pelas possessões continentais da Inglaterra, o duque de Bedford, regente que estruturava a política nos territórios tomados da França, foi o que mais poder político conseguiu acumular. Na França, o *dauphin* desejava seu reconhecimento como sucessor, mas as invasões inglesas das décadas anteriores deixaram um déficit que não possibilitava a disputa direta por esse título. Assim, ele acabou por permanecer em Chinon envolto dos nobres que restaram na defesa de seus ideais.

Bedford reafirmou, mesmo permanecendo tênue e efêmera, com Philippe da Borgonha a aliança já antes delimitada. Até 1428 os constantes avanços debilitaram a já fraca força política do *dauphin*. Muitos nobres franceses ainda lutavam, com os próprios custos e recursos, pela defesa da monarquia francesa. A população em geral não aceitava a idéia de uma dupla monarquia e a própria estagnação de Charles levava a crer que, de uma forma ou de outra, o soberano inglês reinaria.

3.1.3 – Do aparecimento de Joana d’Arc ao fim do conflito (1429-1456)

⁶³ “Charles VI demeurait roi jusqu’à sa mort (ce qui impliquait la reconnaissance de la légitimité dynastique des Valois); il donnait en mariage sa fille Catherine à Henri V, qui devenait son ‘fils’ et l’héritier de France’. A la mort de son beau-père, le Lancastre aurait donc les deux couronnes, qui devaient rester unies à jamais sous lui et ses successeurs. Union personnelle et non fusion: chaque royaume devait conserver ses droits, ses libertés, ses coutumes, ses lois.”

O aparecimento de Joana d'Arc mudou completamente a direção da política dos dois reinos. Mesmo com a vontade que ainda restava em parte da nobreza francesa, o *dauphin* Charles não tinha carisma suficiente para suas ações. O ideal de guerra defensiva francesa ainda permanecia, mas dessa maneira não conseguiam recuperar os territórios que lhes foram tomado pelos ingleses. O déficit do tesouro real da França não incentivava as campanhas militares e muitos nobres acabaram por preferirem cuidar das suas terras.

Já no reino inglês, Bedford havia construído um aparato fiscal que sustentou bem suas decisões políticas. Os recursos obtidos conseguiam manter um estruturado, mas não muito numeroso, exército. As intenções de domínio nesse momento se voltavam quase que exclusivamente às frentes ocidentais, e buscavam o domínio rápido das províncias. Grandes cidades já haviam sido capturadas, entre elas Paris. Apesar da aliança ainda efetiva entre Bedford e Philippe o Bom, o duque borgonhês, este não se voltava diretamente ao conflito, logo que todos os territórios conquistados seriam dominados diretamente pela monarquia inglesa e não existia uma decisão que explicitasse em quais momentos as províncias poderiam ser abarcadas pela administração de Borgonha⁶⁴.

Em meio ao caos e a progressiva perda de esperança dos franceses, em seis de março de 1429, Joana apareceu na corte do *dauphin* em Chinon com o propósito de lhe revelar as designações de seus santos⁶⁵. Pautada sobre a idéia de que conseguia escutá-los, conseguiu a atenção suficiente que era necessária. Após passar por um processo com os doutores e teólogos do reino francês e assimilada à algumas profecias, foi liberada e aceita para cumprir sua missão: a de coroar o *dauphin* Charles como legítimo rei da França e libertar o reino do domínio dos ingleses⁶⁶.

“Uma entrevista teológica concluiu a ortodoxia da *Pucelle*. Os políticos a julgaram útil. Outros foram conquistados por sua influência. Charles VII lhe deu uma armadura, a equipou. Ela tinha as armas, cavalos, um estandarte, e se posicionava como chefe de guerra.⁶⁷” (CONTAMINE: 1968, p. 95)

Sua credibilidade aumentava de acordo com as vitórias que obtinha. Quando libertou a cidade de Orléans de um sítio inglês que perdurava por mais de seis meses em

⁶⁴ CONTAMINE, Philippe. *La guerre des cent ans*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968, p.89.

⁶⁵ SACKVILLE-WEST, V. *Santa Joana d'Arc*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p. 108-9.

⁶⁶ SACKVILLE-WEST, V. *Santa Joana d'Arc*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p. 109.

⁶⁷ “ Une enquête théologique conclut à l'orthodoxie de la Pucelle. Les politiques la jugèrent utile. D'autres furent conquis par son ascendant. Charles VII lui donna une suite, l'équipa. Elle eut des armes, des chevaux, un étendart, et se tint pour chef de guerre.”

apenas algumas semanas, os franceses viam novamente a esperança de conseguir reaver suas posses tomadas pelos ingleses e finalmente concluir uma paz duradoura. A partir de então, um a um os territórios franceses foram sendo novamente reanexados ao reino até a coroação do *dauphin* como Charles VII, em Reims, em 17 de julho de 1429.

Desse momento em diante, nobreza e realza divergiram no que se refere ao conflito com a Inglaterra⁶⁸. Grande parte dos nobres e também Joana d'Arc ainda mantinham a política de reaver todos os territórios perdidos através da guerra, já que a paz nesse momento conflituoso não seria muito fácil. O novo monarca preferia uma disputa diplomática para a conclusão da guerra. Como já havia se legitimado como verdadeiro soberano do reino francês, o que restava era progressivamente fazer com que fosse reconhecido seu poder político. Isso também auxiliaria na própria manutenção da nova administração, já que como os recursos eram poucos, não seria de interesse do monarca empregá-los no conflito, mas sim nas reformas que pretendia fazer.

Os impasses ainda permaneceram e Joana d'Arc, de acordo com o que lhe foi designado por Deus - expulsar os ingleses de seu reino - continuou a lutar para recuperar as províncias que ainda estavam sobre poder inglês. Essa liderança política que ela exercia acabou por, de certa forma, desgastar as relações com a monarquia.

“O estado maior de Charles VII queria somente defender as terras retomadas no ano anterior. Uma parte do círculo real pensava que nada seria possível contra os ingleses antes de uma reconciliação durável com o duque de Borgonha. Nessa perspectiva, o dinamismo de Joana não servia de nada.”⁶⁹ (CONTAMINE: 1968, p. 97)

A visível falta de apoio do monarca francês para suas empreitadas e a falha em conseguir capturar a capital, Paris, fez com que a credibilidade de Joana decaísse. Mas as batalhas continuaram até que, em 17 de julho de 1430, após uma fracassada tentativa de invasão furtiva da cidade de Compiègne, a *Pucelle* foi feita prisioneira pelo duque de Luxemburgo. Assim, foi vendida como prisioneira para os ingleses por 100.000 escudos ingleses (aproximadamente seis mil francos)⁷⁰ e foi levada para a diocese de Rouen, a qual

⁶⁸ BEAUNE, Colette. *Joana d'Arc: uma biografia*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006, p. 247.

⁶⁹ “L'état-major de Charles VII voulait seulement défendre le terrain repris l'année précédente. Une partie de l'entourage royal pensait que rien n'était possible contre les Anglais avant une réconciliation durable avec le duc de Bourgogne. Dans cette perspective, le dynamisme de Jeanne ne servait à rien.”

⁷⁰ SACKVILLE-WEST, V. *Santa Joana d'Arc*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p. 229.

era uma das mais ligadas à Inglaterra. Poucos foram os esforços franceses para conseguir libertar Joana⁷¹.

A partir desse momento, dá-se início à montagem de seu julgamento inquisitorial que seria presidido pelo bispo de Beauvais, Pierre Cauchon. Em nove de janeiro de 1431 iniciou-se seu processo. Este, que perduraria até maio, buscaria em toda vida de Joana os indícios de que em algum momento ela tivesse transgredido os ideais cristãos vigentes. Sem possibilidades de defesa, num território inimigo, sem nenhum auxílio de seus partidários e envolta sob os mais diferentes problemas políticos, em 29 de maio de 1431 ela foi condenada como relapsa e no dia 30 foi executada na fogueira.

Na década de 1430, a monarquia inglesa ainda tentou fortes investidas contra a coroa francesa. Tentou estreitar ainda mais suas relações com a Borgonha, nesse momento sua principal aliada, e coroou Henry VI em Paris em 1431, como rei da França. Mas apesar da tentativa, essa cerimônia não teve o mesmo efeito que a de Charles VII. Sua aliança com Borgonha ainda era efêmera, o que possibilitou um acordo em 1435 entre Charles e Philippe, colocando fim, de certa maneira, ao poder político inglês no continente.

O tratado de Arras de 1435, que visava buscar uma estabilidade no conflito para os dois reinos, acabou por beneficiar ainda mais o reino francês. Charles conseguiu manter suas possessões e estruturar o exército de forma que lhe trouxe considerável poder político. Assim, ele se legitimou oficialmente como o verdadeiro herdeiro do trono francês pondo fim, então, as pretensões que existiam com a dupla monarquia. A xenofobia que o conflito gerou nos dois reinos dessa vez auxiliou a França a se estruturar novamente, principalmente mantendo seus domínios e fortalecendo cada vez mais o papel da centralização administrativa.

Mesmo com o tratado, algumas querelas ainda permaneceriam por aproximadamente 20 anos. Mas naquele momento, essas disputas já não eram tão acirradas quanto anteriormente. O reino da França passava por reformas severas em todas as suas estruturas. O processo de reconquista foi rápido e eficiente. Já na Inglaterra, a perda progressiva dos territórios dominados gerou tensões entre seus aliados e as disputas políticas, principalmente com a Borgonha, se intensificaram paulatinamente. Assim, a trégua de Tours em 1444 estabeleceu novos parâmetros para as relações entre os dois reinos e ainda muitas outras discussões diplomáticas aconteceram acerca da situação dos

⁷¹ BEAUNE, Colette. *Joana d'Arc: uma biografia*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006, p. 276.

territórios. Numa última tentativa de obter territórios na parte continental da Europa, o reino inglês tentou permanecer com sua possessão de Calais, no norte do reino francês, mas em 1453 a França recuperou seu território e assim deu-se o fim da Guerra dos Cem Anos.

3.2 – Das ações políticas e diplomáticas e da propaganda de guerra

Muito mais do que o combate direto e armado, na Guerra dos Cem Anos os embates políticos foram tão impactantes quanto a própria força militar. Existiram diversos tratados e discussões acerca da validade da guerra e legitimidade dos soberanos. Com o acirramento das querelas, uma crescente noção nacional e xenófoba começou a se espalhar nos dois reinos. As utilizações dessas armas políticas delimitaram e singularizaram bem o que foi o conflito.

As ações diplomáticas foram umas das principais características⁷². Dependentes da força política ainda prevalecente nas mãos da nobreza, os soberanos agiam de acordo com interesses mútuos. Grande exemplo dos poderes da nobreza perante os reis é a pressão do parlamento inglês sobre Richard II no fim do século XIV e as disputas políticas que se acirraram, principalmente no início do século XV, entre os duques da Borgonha e o reino francês. Por muitas vezes os senhores dependiam da vontade de seus vassallos, e as pressões políticas que estes faziam não podiam ser ignoradas. Foi somente ao final do conflito e com a crescente motivação nacional que a figura centralizada do monarca começou novamente a se sobressair. A resolução de problemas internos ainda dependia de negociações com duques e condes, mas as pressões destes já não mais faziam o efeito desejado.

A propaganda, tanto política quanto a militar, foi de grande influência no contexto europeu dos séculos XIV e XV. Grande parte da propagação das idéias era reservada aos cronistas e aos bardos. Além das canções e das gestas, os próprios tratados traziam essas questões ideológicas. Como expôs P. S. Lewis em um texto publicado em 1965 no *Transactions of the Royal Historical Society* intitulado “*War Propaganda in Fifteenth-Century France and England*”,

“As inevitáveis características da propaganda – a difamação dos oponentes e a ridicularização de suas opiniões, o uso de símbolos emocionais, a pretensão para um amplo suporte e a declaração da vitória inevitável – foram encontrados nesses

⁷² CONTAMINE, Philippe. *La guerre des cent ans*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968, p. 111.

tratados. O orgulho e a fraqueza da Inglaterra, que ‘de cem anos para cá... tinham matado e feito morrer mais cristãos que todas as outras nações’, mataram seus reis de cansaço (...)’⁷³” (LEWIS: 1965, p. 2)

Para que houvesse um respaldo oficial sobre os acontecimentos, os reis tinham seus próprios cronistas⁷⁴. Estes se encarregavam de registrar e construir as idéias políticas dos acontecimentos. Na maioria das vezes, todos tomavam partido de determinadas opiniões políticas e as expressavam em suas obras. Assim, com o grande número de obras sendo produzidas, houve uma crescente utilização de formas complexas de estruturação dos textos. Essa complexidade foi progressivamente sendo utilizada também nos tratados, tanto literários quanto documentais. Pois, muito mais do que um documento político, os tratados serviam para a discussão dos valores, muitas vezes morais, das quais eles estavam relacionados. Deus e os ideais religiosos sempre circundaram tais documentos, principalmente pelo papel que tanto os tratados quanto as crônicas tinham para a população leiga do período.

Grosso modo, não havia distinções significantes entre ficção e realidade nos escritos medievais⁷⁵. Poucas são as diferenças que podem ser apontadas na escrita literária de um tratado histórico e de uma obra ficcional. Esse tipo de separação não fazia muito sentido para época. Sendo assim, o sobrenatural, os grandes feitos, tudo era possível e reconhecível como realidade para aquele período. Os tratados são grandes exemplos desse tipo de linguagem. A própria estrutura no imaginário já pressupunha a utilização de tais características.

Como exposto anteriormente, as disputas de argumentações da Guerra dos Cem Anos, em diversos momentos, giraram em torno das questões dinásticas. Mesmo não sendo o ponto central para o início do conflito, a hereditariedade e legitimidade da coroa francesa acabaram por ser um dos focos centrais de discussões, pois era a característica que mais rapidamente era absorvida pela população⁷⁶. Como a intenção era política, os assuntos

⁷³ “The inevitable characteristics of propaganda – the slander of one’s opponents and the ridicule of their opinions, the use of emotional symbols, the claim to wide support and the assertion of inevitable victory – were still to be found in these treatises. The pride and wickedness of the English, who ‘puis cens ans en ca... aient tue et fait mourir plus de Crestiens que toutes autres nations nont fait’, and who killed even their kings, were still stressed(...”

⁷⁴ ZINK, Michel. “Literatura(s).” In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean Claude(org.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC, 2006, p. 79.

⁷⁵ ZINK, Michel. “Literatura(s).” In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean Claude(org.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC, 2006, p. 79.

⁷⁶ WAGNER, John A. *Encyclopedia of the Hundred Years War*. London: Greenwood Press, 2006, p. 162.

debatidos tinham que ser de conhecimento recorrente. Difíceis eram as questões específicas que circunscreveram as temáticas dos tratados, a legitimidade da posse de territórios e a Coroa eram os pontos centrais.

Um dos principais efeitos da utilização política dos tratados e das crônicas foi o crescente reconhecimento de pertencer a um determinado reino; e a língua acabou por se tornar um dos parâmetros para estruturação dessa essência. Principalmente com o passar do século XIV para o XV, os dois reinos cresceram no que diz respeito à xenofobia. Mesmo com a forte presença política, principalmente a dos ingleses no continente, iniciou-se a idéia de que havia a França dos franceses e a Inglaterra dos ingleses⁷⁷. O reino inglês sempre evocava a lei sálica, que excluía a linha materna de hereditariedade para a coroa, para legitimar as questões que se relacionavam à invasão do território francês. Já os propagandistas franceses se preocupavam em criar a idéia de um invasor externo que usurpou o direito divino de sucessão do *dauphin*.

“Tal confrontação dos dois países, desse modo, era concebida para forçar os homens a pensar em termos de ‘Francês’ e ‘Inglês’, para produzir um semblante de ‘sentimento nacional’; e os propagandistas emocionais apressaram-se para atizar as chamas do patriotismo e da xenofobia.”⁷⁸ (LEWIS: 1965, p. 21)

Os partidos também acabaram por ganhar um aspecto singular para essa época. Um partido de apoio político não necessariamente tinha uma estruturação ideológica racionalmente construída. Por muitas vezes, esse tipo de divisão era composto mais pela busca de um inimigo comum do que a aproximação de ideais políticos⁷⁹. Exemplo disso são os próprios partidos dos borgonheses e dos armagnacs. O partido do duque de Borgonha se estruturou após a aproximação e o reconhecimento do soberano inglês como rei da França. Mas nem todos os seus membros tinham uma instrução política para entender os fatos do período. No partido dos armagnacs, no início também conhecidos como o partido de Orléans, era difícil delimitar em qual linha política eles estavam estruturados. Todos tinham um inimigo comum, os borgonheses e a Inglaterra, mas a essência política para sua atuação não existia. A autora Collete Beaune, que escreveu *Joana d'Arc: uma biografia*, afirma que

⁷⁷ LEWIS, P. S. “War propaganda and historiography in fifteenth-century France and England”. In: *Transactions of the Royal Historical Society*, 5th Ser., vol. 15, 1965, p. 21

⁷⁸ “Such a confrontation of the two countries thus conceived as a whole was bound to force men to think in terms of ‘French’ and ‘English’, to produce a semblance of ‘national sentiment’; and the emotional propagandists hastened to fan the flames of patriotism and xenophobia.”

⁷⁹ BEAUNE, Colette. *Joana d'Arc: uma biografia*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006, p. 248.

Joana não tinha noções políticas mais complexas do que a coroação de Charles VII e a expulsão dos ingleses do continente. A autora ainda defende a idéia de que o próprio partido armagnac se aproveitou de Joana para ligar seus feitos às ações do partido⁸⁰. No processo de acusação da *Pucelle*, por diversas vezes os juizes chegaram ao assunto, mas ela acabou por não responder às perguntas e o assunto não tem mais do que uma importância superficial.

3.3 – Da estruturação militar

As bases militares que sustentaram a Guerra dos Cem anos pouco mudaram em todo o período do conflito. Elas sempre estavam nas mãos da nobreza, que tinha certo monopólio do comando, e também de grande massa de exércitos mercenários. A guerra justa simbolizava os ideais das quais os cavaleiros deviam se servir, e principalmente a guerra defensiva circunscreveu grande parte das batalhas.

A população da Inglaterra era menor, se comparada à francesa, e o contingente populacional voltado à atividade militar também era muito baixo. Com o início dos problemas territoriais com a França, grande parte da base militar inglesa era formada por mercenários do continente, muitos deles ligados diretamente aos seus aliados ou aos partidários pró-ingleses. De maneira geral, pouco foram os altos nobres que chegaram a combater diretamente no continente. Excetuando o Príncipe Negro de Gales em meados do século XIV, grande parte deles se sujeitavam apenas à manutenção dos territórios já conquistados e na sua respectiva administração. O próprio regente Bedford, ao final do conflito, pouco se envolveu de forma direta nas batalhas.

A cavalaria inglesa agiu pouco na França, mas um outro tipo de unidade militar foi essencial para o rápido avanço territorial: os arqueiros de arco-longo (*longbow*). Esse tipo de instrumento desenvolvido na Inglaterra acabou por ser mais eficiente que a besta, tanto no tempo de preparo quanto na reposição de munição⁸¹. Diversas crônicas da época exaltam as habilidades inglesas com o arco e as façanhas de que eram capazes.

O reino francês, por sua vez, tinha uma antiga tradição na cavalaria⁸². Tanto a tradição oral quanto a escrita descrevem bem o papel de um cavaleiro no mundo cristão e seus deveres. Grande parte da corte permaneceu com esses ideais intrinsecamente ligados

⁸⁰ BEAUNE, Colette. *Joana d'Arc: uma biografia*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006, p. 247.

⁸¹ NETO, Jônatas Batista. *História da Baixa Idade Média: 1066-1453*. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 182.

⁸² FRAIOLI, Deborah. *Joan of Arc and the Hundred Years War*. London: Greenwood Press, 2005, p. 33.

às suas ações durante a Guerra dos Cem anos. Diferentemente da estruturação militar inglesa, grande parte do contingente francês era composta por partidários dos *dauphins*. Ainda existia a utilização dos mercenários, mas em menor escala.

Como existia toda uma preparação para a nomeação de um cavaleiro, seus equipamentos condiziam com seu *status* na sociedade. Assim, grandes e pesadas armaduras protegiam os cavaleiros e os cavalos. A prática da esgrima era essencial para o manuseio de suas armas em combate. A França, a partir de meados do conflito, estruturou sua base militar numa unidade que era conhecida como *lance*⁸³. Esse tipo de unidade correspondia a um grupo de seis guerreiros com funções específicas e que variaram com o tempo. Os principais destacamentos militares tinham por volta de cem *lances*, sendo então aproximadamente seiscentos homens. Até o final do conflito, poucas foram as mudanças significativas nas bases militares da França. Com Charles VII e as reformas que executou em todos os âmbitos de seu reino, iniciou-se a formalização destes destacamentos no exército real francês.

Pouco foram as batalhas em campo aberto na Guerra dos Cem anos, e na maioria das vezes, os ingleses levaram a melhor⁸⁴. A agilidade de seus exércitos, baseados em destacamentos de ataque de longo alcance, foi uma das principais características de vantagem sobre a pesada cavalaria francesa. Exemplo disso foi a batalha em Poitiers em 1356, quando a chuva limitou bruscamente o campo de ação dos franceses e a mobilidade dos exércitos ingleses lhe trouxeram a vitória e a captura do soberano francês, Jean o Bom.

Grande parte das tradições militares ainda estavam pautadas sobre as idéias de estruturação feudal da sociedade⁸⁵. Na grande maioria das vezes, os exércitos eram ligados diretamente aos nobres. Problemas como esse sempre atingiram os dois reinos. A Inglaterra, para tentar impedir a insubordinação gerada por tais práticas, se apoiou diretamente nas armas mercenárias e partidárias. A França, por outro lado, acabou sofrendo mais conseqüências disso, pois, principalmente pelo fato de os *dauphins* não terem expressão política, poucos foram os nobres que arriscaram seus contingentes em conflitos nos quais não tinham esperança de vitória.

Conjuntamente à legitimidade - até mesmo teológica - da ação dos reis, existia a preocupação com o tipo de estratégia militar utilizada pelo reino nas batalhas.

⁸³ NETO, Jônatas Batista. *História da Baixa Idade Média: 1066-1453*. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 189.

⁸⁴ CONTAMINE, Philippe. *La guerre des cent ans*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968, p. 34.

⁸⁵ FRAIOLI, Deborah. *Joan of Arc and the Hundred Years War*. London: Greenwood Press, 2005, p. 37.

Como eles sempre buscaram a legitimação política de seus atos, a guerra justa sempre era o núcleo central de discussão e os franceses acabaram por desenvolver mais essas questões. A guerra defensiva era o parâmetro essencial que caracterizava a ação legitimada por Deus. Lutando somente pela recuperação do que era seu - no caso do reino francês, seus territórios-, a luta contra um invasor externo que usurpava sua liberdade incentivava a utilização dessa guerra defensiva. Grande parte do apoio e fama de Charles V da França na virada do século veio, justamente, por sua postura defensiva diante dos ingleses. Ele conseguiu retomar vários territórios e suas afirmações bélicas inspiravam ainda mais seus partidários⁸⁶.

A própria unidade militar principal de cada reino também foi alvo de determinações teológicas⁸⁷. Os cavaleiros que seguiam desde jovens os preceitos cristãos para serem nomeados tinham muito mais apoio nesse sentido. As canções de cavalaria sempre estiveram intimamente ligadas à população. Os grandes feitos, as batalhas vencidas com honra e a perpetuação de suas ações em nome de Deus, fixadas na memória coletiva, ajudaram a construir também essa mentalidade em torno do cavaleiro. O estilo de luta desses guerreiros era considerado justo para os desígnios da época, pois precisava do contado físico direto com seu oponente. Seu inimigo estaria em seu campo visual e vice-versa. Assim, eles dependeriam somente de suas habilidades e da fé. Os cavaleiros que desciam de seus cavalos para lutar a pé, ganhavam ainda mais respeito com esse tipo de demonstração de bravura. Já os arqueiros ingleses não tinham esse tipo de assimilação. O arco era visto como um instrumento mesquinho que visava atingir um alvo sem nem ao menos saber de onde estava sendo atacado. Para grande parte dos cavaleiros, o uso dessa arma em combate era considerado uma desonra. Grande parte da construção dessas idéias estava ligada principalmente ao papel dos cronistas e a função de construir as opiniões políticas⁸⁸.

Como a guerra defensiva era o meio mais empregado no conflito, os cercos eram constantes e eram a principal forma de se tomar uma cidade. Durante todo o período da Guerra dos Cem anos, diversos foram os fortes construídos em todas as províncias continentais. Cada cidade tinha suas muralhas que eram paulatinamente reparadas para sustentarem as empreitadas militares. O sítio que acabou por ser o mais famoso e

⁸⁶ CONTAMINE, Philippe. *La guerre des cent ans*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968, p. 67.

⁸⁷ BEAUNE, Colette. *Joana d'Arc: uma biografia*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006, p. 102.

⁸⁸ LEWIS, P. S. "War propaganda and historiography in fifteenth-century France-England". In: *Transactions of the Royal Historical Society*, 5th Ser., vol. 15, 1965, p. 2.

documentado foi o de Orléans em 1429, quando os exércitos franceses, acompanhados por Joana d'Arc, levantaram o cerco inglês.

Foram poucos os combates em campo aberto entre os dois reinos. As estruturas de sítios foram as que melhor delimitaram as questões da guerra nesse período. Era um tipo de prática que se desenvolvia rapidamente e utilizava-se dos mais variados instrumentos para suas execuções. Os sítios não visavam à guerra total, mas na maioria das vezes os danos causados por tais empreitadas demoravam a poder ser restaurados. A posse territorial era o maior objetivo a ser alcançado, principalmente pelo reino da Inglaterra. Utilizavam-se dos sítios para enfraquecer importantes pontos de referências do reino francês. Já a França se utilizou dessa máquina de guerra para tomar posse e expulsar de vez os exércitos que antes haviam dominado seu território.

4. – Joana d’Arc

4.1- A *Pucelle* na documentação

Joana d’Arc acabou por influenciar diretamente a Guerra dos Cem Anos e, conseqüentemente, houve uma maciça produção de documentos, dos quais muitos foram conservados até nossos dias. Após sua reabilitação durante a década de 1450, pouco se escreveu sobre seus feitos. Somente no início do século XIX foi que novamente sua figura começou a ser pesquisada, principalmente pelo espírito do Romantismo.

Além dos processos, há um grande número de crônicas, poemas, canções, tratados e cartas que resistiram à ação do tempo e se conservaram até nossos dias. Durante seu período de ação, Joana foi alvo das mais diversas formas de representação. Teólogos e cronistas se esforçavam para definir os significados de seus feitos tanto para o reino da França quanto para o da Inglaterra⁸⁹. Essas volumosas fontes nos auxiliam na construção historiográfica referente àquele tempo.

Diferentemente dos textos que chegaram até nós, pouquíssimas imagens foram produzidas durante a vida de Joana. Temos apenas duas pequenas referências sobre como a representavam imagetivamente⁹⁰. Uma delas é um efégie que se encontra no *Journal* de 10 de maio de 1429 de Clemént de Fauquembergue (Anexo 1), na qual Joana é representada como um mulher de cabelos longos com uma espada e um estandarte em cada mão. Outra referência vem da documentação do processo, no qual ela respondeu que chegou a ver um quadro seu feito por um escocês na cidade de Reims, mas que nunca soube exatamente quem fizera ou qual destino tomou⁹¹. Alguns pesquisadores, como Victoria Sackville-West, se arriscam a tentar remontar através dos textos uma possível imagem de Joana. Complexos e irregulares são os resultados de tal empreitada, pois as únicas referências que podemos realmente extrair das fontes era que Joana não se diferenciava das demais pessoas e que sua fisionomia não influenciou nos acontecimentos.

França, Inglaterra e Espanha formavam as três maiores e mais influentes monarquias do continente. Em algum momento, todos os reinos próximos a eles sofreram

⁸⁹ SACKVILLE-WEST, V. *Santa Joana d’Arc*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p. 124.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 8.

⁹¹ DUBY, Georges et DUBY, Andrée. *Les Procès de Jeanne d’Arc*. France: Éditions Gallimard/Julliard, 1973, p. 76.

conseqüências ou mesmo enfrentaram conflitos armados por causa da guerra⁹². As informações que circulavam sobre as batalhas, as decisões políticas, acabavam por se difundir e influenciar toda a Europa Ocidental. Com isso, os feitos de Joana também circularam por toda a cristandade, como também os avisos e informativos que também circularam quando de sua morte por heresia. Todos os reinos, de certa forma, a conheciam e sabiam de seus feitos.

4.2 – De seu nascimento ao encontro com o *dauphin*

Joana d'Arc nasceu na cidade de Domrèmy, na região de Lorena, território fronteiriço do reino francês⁹³. É difícil precisar a data exata de seu nascimento. por convenção historiográfica, o mais comumente aceito é que seu nascimento teria sido em aproximadamente 6 de janeiro de 1412. O ano pode ser marcado com certa precisão, mas o dia já não o pode ser. Sabemos que seu aniversário seria no início desde mês e que estaria muito próximo ao dia de reis. Por esse motivo, essa foi a data escolhida.

A vida de Joana pode ser considerada simples levando em consideração sua vila⁹⁴. A força do trabalho agrícola acabava por envolver todos de sua família, mas diferentemente do que pensava a historiografia do século XIX, ela não era pobre. Seu pai, Jacques d'Arc, tinha certo *status* na cidade e razoável poder aquisitivo, deão da cidade e com atividade no arrendamento de terras⁹⁵. Poder este que não o tornava próximo de um mercador ou mesmo membro de uma baixa nobreza. Ainda assim, Jacques se voltava com muita dedicação ao trabalho no campo.

Casado com Ysabelle Romée, Jacques d'Arc tinha mais quatro filhos além de Joana⁹⁶. Não existem informações suficientes para precisar a ordem desses filhos provavelmente Joana era a caçula da família. Jacquemin seria certamente o primogênito. Catherine seria um das mais velhas e morreu num trabalho de parto antes de 1429. Jean e Pierre são os menores e chegaram a acompanhar posteriormente Joana em sua missão.

Em pouquíssimas vezes em vida, Joana foi conhecida como Joana d'Arc. Em sua vila, durante o processo de acusação, ela disse que era conhecida como Joaninha

⁹² CURRY, Anne. *The Hundred Year's War*. London: Osprey Publishing, 2002.

⁹³ SACKVILLE-WEST, V. *Santa Joana d'Arc*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p. 25.

⁹⁴ BEAUNE, Colette. *Joana d'Arc: uma biografia*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006, p. 41.

⁹⁵ Idem, p. 40.

⁹⁶ "Anoblissement de Jeanne d'Arc et de sa Famille". Procès, v. 5, p. 150-153.

(*Jeannette*)⁹⁷. Quando da sua chegada à Chinon era conhecida apenas como Joana⁹⁸. Após o apoio que o *dauphin* deu à sua missão e do qual ela mesmo começara a se denominar nas cartas, ficou conhecida como Joana a Donzela⁹⁹. A Donzela de Orléans foi uma designação dos habitantes da cidade após a queda do cerco e um uso da historiografia do século XIX. No interrogatório de 24 de maio de 1431, Joana disse que muitos a conheciam como “A Virgem”¹⁰⁰. No documento de enobrecimento de dezembro de 1429, no qual Joana e sua família ganhavam o título de enobrecimento, seu nome foi grafado como *Johanna d’Ay* e não d’Arc¹⁰¹. Como ela era analfabeta, muitos autores vêem isso como a forma de pronúncia dela¹⁰². Após esse documento, toda sua família e descendentes se tornariam membros da nobreza. *Du Lys* seria seu sobrenome, do qual em nenhum momento Joana chegou a usar, diferentemente de sua família. No processo de 1431, ela afirmou formalmente que seu nome seria Joana Romée, pois em sua região as meninas ganhavam o sobrenome da mãe e não do pai¹⁰³. Em efeito, ela acabou por ficar conhecida pelo sobrenome de seu pai.

Joana não se diferenciava das demais crianças de sua vila e sobre essa parte de sua vida a documentação é mínima¹⁰⁴. A maioria das informações que obtemos desse período vêm do testemunho da própria Joana durante os interrogatórios de 1431. Nele ela acaba por descrever alguns pontos de sua infância em Domrèmy. Ela aprendeu os dogmas da religião cristã com sua mãe, a qual lhe ensinou o *Credo*, o *Pater Noster* e a *Ave Maria*¹⁰⁵. Ela freqüentava as missas com considerável regularidade e também participava das festividades que eram comuns em sua região. Joana se voltava mais comumente aos trabalhos junto de sua mãe Ysabelle, no qual a costura era a principal atividade¹⁰⁶. Por algumas vezes, como é relatado no julgamento, ela chegou a pastorear, mas isso não fazia parte de seus afazeres¹⁰⁷.

⁹⁷ DUBY, Georges et DUBY, Andrée. *Les Procès de Jeanne d’Arc*. France: Éditions Gallimard/Julliand, 1973, p. 30.

⁹⁸ SACKVILLE-WEST, V. *Santa Joana d’Arc*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p. 93.

⁹⁹ Procès, v. 1, p. 1.

¹⁰⁰ Procès, v. 5, p. 93.

¹⁰¹ “Anoblissement de Jeanne d’Arc et de sa Famille” Procès, v. 5, p. 150-153.

¹⁰² Procès, v. 1, p. 192.

¹⁰³ Procès, v. 1, p. 192.

¹⁰⁴ SACKVILLE-WEST, V. *Santa Joana d’Arc*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p. 33.

¹⁰⁵ DUBY, Georges et DUBY, Andrée. *Les Procès de Jeanne d’Arc*. France: Éditions Gallimard/Julliand, 1973, p. 35.

¹⁰⁶ Procès, v. 1, p. 51.

¹⁰⁷ BEAUNE, Colette. *Joana d’Arc: uma biografia*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006, p. 111.

Foi em sua adolescência que o direcionamento de sua vida começou a mudar. Segundo seus relatos, aos treze anos escutou pela primeira vez as vozes que a seguiriam posteriormente por todo sua vida¹⁰⁸. Ela estava perto da Igreja de sua cidade quando o fato ocorreu. No encontro, a voz teria dito que Joana freqüentasse a Igreja, fosse boa e dedicada e, dentre outras desígnios, que ela deveria ir à França¹⁰⁹. A época desse primeiro encontro foi provavelmente no verão de 1424, sendo assim, quatro anos após o tratado de Troyes¹¹⁰.

A idade de treze anos acaba por se tornar um momento importante na sua vida. Uma menina com essa idade era considerada livre, juridicamente, para escolhas tomadas para sua vida¹¹¹. Sua formação como cristã não mais dependeria dos ensinamentos vindos de sua família, mas sim da Eucaristia e da Crisma que a tornariam responsável pelos seus atos perante Deus. Apesar de existir uma data jurídica precisa para a inserção social das mulheres, a idade contada em anos não era a mais importante para a população da época.

Tanto homens quanto mulheres adotavam uma noção de etapas da vida, nas quais a idade física não necessariamente se tornava relevante. Como explicita Colette Beaune, para as mulheres “a vida humana decompunha-se, com efeito, em *infantia*, *pueritia*, *adolescencia* (*puella*), *juventus*, *maturitas* e *senectus*.”¹¹², (BEAUNE: 2006, p. 130) Com relação ao casamento das mulheres, outros termos também eram incorporados: *puella* e *mulier*¹¹³. *Puella* quando ainda mantinha a virgindade e *mulier* a partir do momento que se desposasse. Não existe uma forma precisa de determinar quando essas etapas começavam ou terminavam. Cada mulher teria seu próprio desenvolvimento e sua maturidade era basicamente determinada pela sua família e seus afazeres. Joana tinha 17 anos quando foi ao encontro do *dauphin*, sendo, pois, considerada uma *puella* (uma donzela, virgem) - nome que posteriormente ela mesmo adotou em francês para se designar: *Jeanne la Pucelle* (*puella*). Porém, uma mulher mais nova que se casasse estaria numa etapa à frente dela sendo assim considerada mais velha. A noção de *puella* se

¹⁰⁸ Procès, v. 1, p. 51-52.

¹⁰⁹ Procès, v. 1, p. 52-53.

¹¹⁰ Tratado entre França e Inglaterra firmado na cidade de Troyes em 1420 no qual ficava firmado a progressiva passagem do poder da coroa francesa para a família real inglesa.

¹¹¹ LE GOFF, Jacques. *Em busca da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 161.

¹¹² Em português são infância, meninice, adolescência, juventude, maturidade e velhice.

¹¹³ Correspondem a donzela e mulher em português.

iniciava na *adolescencia* e podia correr posteriormente para a *juventus*. Uma adolescente que se casasse, automaticamente se tornaria *mulier* perante a sociedade.

Com relação às suas visões, Joana dizia estar com medo do que estava acontecendo e permaneceu como estava até o ano de 1429¹¹⁴. Sua comunicação com as vozes, nesse período, continuou. Em 1428, dois fatos são importantes para delimitar o momento de sua vida antes da partir em direção ao rei: a fuga para Neufchâteau em julho quando do ataque de borgonheses à sua cidade e um documento de Toul, na região de Lorena, que explicita um pedido de casamento formal à Joana.

Por ser uma região fronteira, pouco da guerra acabou por afetar de forma impactante Domrèmy. Joana relatou a existência de uma divisão partidária entre sua cidade e as vizinhas, na qual os garotos se encontravam na floresta para brigar¹¹⁵, mas poucas foram as reais intervenções a guerra nessa região. Domrèmy também tinha um problema de delimitação jurídica da qual tinha dois senhores, porém a cidade Vaucouleurs acabava por tomar a frente das decisões nessa esfera¹¹⁶. Mesmo estando afastado do centro cultural francês toda a cultura e reconhecimento de reino vinha da coroa francesa, sendo assim, dos partidários da França.

O episódio da fuga para Neufchâteau quando do ataque à Domrèmy em julho de 1428 mostra o primeiro contato de Joana com a guerra¹¹⁷. Mesmo os enfrentamentos políticos não sendo acirrados em sua região, eles existiam. Jacques d'Arc era armagnac. O ataque no qual acabaram por incendiar parte da cidade foi de partidários borgonheses. É difícil encontrar um motivo específico que tenha feito com que Joana saísse de sua casa para se encontrar com o *dauphin* francês¹¹⁸. Muitos autores acabam por considerar que este evento poderia ser um desses motivos.

A proposta de casamento feita a Joana em 1428, ao qual ela recusou, já mostra a expectativa de sua saída de casa¹¹⁹. Mesmo sendo uma proposta de estabilidade e do qual todos de seu círculo de vivência reconheciam, já não mais fazia parte dos ideais dos quais Joana tinha determinado a partir das suas vozes. Casando-se, perderia o *status* de

¹¹⁴ Procès, v. 1, p. 52.

¹¹⁵ DUBY, Georges et DUBY, Andrée. *Les Procès de Jeanne d'Arc*. France: Éditions Gallimard/Julliard, 1973, p. 31.

¹¹⁶ FRAIOLI, Deborah A. *Joan of Arc and the Hundred Years War*. London: Greenwood Press, 2005, p. 58.

¹¹⁷ SACKVILLE-WEST, V. *Santa Joana d'Arc*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p. 40.

¹¹⁸ FRAIOLI, Deborah A. *Joan of Arc and the Hundred Years War*. London: Greenwood Press, 2005, p. 61.

¹¹⁹ BEAUNE, Colette. *Joana d'Arc: uma biografia*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006, p. 136.

puella que tão importante seria quando de sua chegada a Chinon e o convencimento do *dauphin*.

Para poder chegar a Chinon ela fez duas visitas a Vaucouleurs. Estas visitas visavam o auxílio de Baudricourt, importante figura da região, do qual Joana esperava ajuda para poder chegar a Chinon a salvo¹²⁰. As regiões que cercavam as vias de acesso a essa cidade estavam todas cercadas de borgonheses e eram, assim, consideradas perigosas. Duas visitas são marcadas, uma em maio de 1428¹²¹ e outra em janeiro-fevereiro de 1429¹²². Em sua primeira tentativa, Joana não conseguiu o auxílio de que tanto almejava. Baudricourt não via necessidade de enfrentar tão longa expedição por dentro de território inimigo. Em sua segunda tentativa houve mais sucesso. Joana conseguiu convencer Baudricourt a auxiliá-la e, mais do que isso, ele começou a acreditar na missão da qual Joana havia sido designada: coroar Charles VII e auxiliar a França na guerra. Vaucouleurs e a expedição com destino a Chinon se tornam importantes nesse contexto por serem os primeiros a acreditar nas profecias de que Joana era alvo e foi quando ela começou a se vestir com roupas masculinas e ganhou um cavalo e equipamento¹²³.

Sua chegada a Chinon se deu em 6 de março de 1429. A partir desse momento a figura de Joana começou a se tornar pública e a quantidade de documentação aumenta consideravelmente¹²⁴. Foi recebida por Charles aproximadamente no dia 9. Esse episódio ficou marcado como o momento no qual Joana reconheceu o rei em meio aos desconhecidos. Autores como Sackville-West vêem diversas possibilidades nesse episódio e que de certa forma reforçam a visão divina do qual Joana já se dizia portadora.

Após esse encontro, Charles pediu apoio a seus teólogos para que comprovassem se realmente ela correspondia aos sinais da enviada para salvar a França. Joana se encaixava no padrão de diversas lendas dos quais me deterei posteriormente. Os teólogos se encontravam em Poitiers e em Tours. Um interrogatório sobre suas visões, sua missão, seus objetivos perante Charles e dois testes de virgindade comprovaram sua autenticidade¹²⁵. Durante o processo de 1431, por diversas vezes Joana se recusou a

¹²⁰ Procès, v. 1, p. 53.

¹²¹ SACKVILLE-WEST, V. *Santa Joana d'Arc*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p.57.

¹²² SACKVILLE-WEST, V. *Santa Joana d'Arc*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p. 76.

¹²³ DUBY, Georges et DUBY, Andrée. *Les Procès de Jeanne d'Arc*. France: Éditions Gallimard/Julliard, 1973, p. 73.

¹²⁴ SACKVILLE-WEST, V. *Santa Joana d'Arc*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p. 101.

¹²⁵ DUBY, Georges et DUBY, Andrée. *Les Procès de Jeanne d'Arc*. France: Éditions Gallimard/Julliard, 1973, p. 14.

responder as perguntas de seus inquisidores defendendo-se de que já havia respondido a tais questões e que era para analisarem as atas de Poitiers. Não se sabe se os juizes tinham tais documentos, mas provavelmente não seria fácil obtê-los uma vez que se encontravam nas mãos dos inimigos. As atas desse processo de Poitiers não sobreviveram e apenas as conhecemos por sua referências em outros documentos.

4.3 – De seus Feitos

Após seu encontro com o *dauphin* e a exposição de suas revelações, Joana partiu com um exército de 10 mil homens para Orléans no dia 25 de abril de 1429¹²⁶. Um dos seus objetivos nesse momento era libertar a cidade de um cerco que já perdurava por mais de seis meses. Os avanços ingleses no norte da França foram devastadores e Orléans era a única cidade ao norte do Loire¹²⁷ que ainda não havia sido capturada e que apoiava o *dauphin* Charles. O duque de Orléans, Louis, se encontrava preso nas mãos do ingleses e Jean de Dubois, conhecido como Bastardo de Orléans e meio irmão de Charles VII, acabou por tomar as decisões de comando na cidade após seus irmãos terem sido presos na Batalha de Azincourt¹²⁸.

Joana chegou a Orléans em 29 de abril. Em 8 de maio o cerco estava levantado¹²⁹. Tudo que a cidade não conseguiu fazer em seis meses, o exército real no qual Joana estava conseguiu em pouco mais de uma semana. Para os habitantes isso era visto como um sinal divino que comprovava os desígnios de Joana. A vitória deu ânimo para as tropas francesas que foram se reunindo em torno dela. Uma a uma as cidades foram sendo novamente recapturadas e o objetivo principal era chegar em Reims.

Reims tinha um fator simbólico para os reis franceses já que o primeiro rei franco foi coroado nessa cidade¹³⁰. A conversão e coroação de Clóvis no fim do século V ainda fazia parte da tradição da Coroa Francesa. Joana, de algum modo, compartilhava dessa tradição e buscava a libertação dessa cidade. Após a reconquista das cidades

¹²⁶ DUBY, Georges et DUBY, Andrée. *Les Procès de Jeanne d'Arc*. France: Éditions Gallimard/Julliand, 1973, p. 60.

¹²⁷ Importante rio que atravessa a região central da atual França.

¹²⁸ WAGNER, John A. *Encyclopedia of the Hundred Years War*. London: Greenwood Press, 2006.

¹²⁹ BEAUNE, Colette. *Joana d'Arc: uma biografia*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006, p. 191-192.

¹³⁰ FRAIOLI, Deborah A. *Joan of Arc and the Hundred Years War*. London: Greenwood Press, 2005, p. 44.

próximas a Reims e um acordo de armistício, o *dauphin* foi coroado como Charles VII em 17 de julho de 1429.

A vitória de Orléans e a coroação de Charles VII foram os principais feitos de Joana d'Arc. Eles trouxeram rapidamente a autenticidade para as revelações das quais ela se dizia portadora. Seu auxílio nas questões militares e diplomáticas foi decisivo nos últimos acontecimentos do reino francês. De certa maneira, um novo direcionamento foi dado a partir do tratado de Troyes em 1420 (Anexo 4). Naquele momento, existia um legítimo rei francês no trono, descendente de Charles VI.

A quebra do tratado trouxe novamente grandes impasses com relação aos domínios e jurisdições de cada reino. Para o reino francês, trouxe uma decisão nas querelas que envolviam os partidos dos armagnacs e dos borgonheses. Nesse momento, os armagnacs haviam conseguido coroar seu rei e os borgonheses acabavam por se voltar ao ducado de Borgonha¹³¹. Para os ingleses, a coroação de Charles VII trouxe instabilidade administrativa e jurídica numa região em que seu domínio ainda não era completo¹³². A imprevisibilidade do fim do conflito acirrava ainda mais uma disputa que já se estendia por muito tempo.

Joana serviu de grande incentivo, tanto político quando religioso. Sua influência política acabou por afetar os dois reinos. Os franceses a viam realmente como predestinada a guiar a França para a vitória. Os ingleses, por sua vez, a consideravam um empecilho à sua administração no continente. O processo de Poitiers trouxe o respaldo teológico para seus ainda vindouros feitos e os sucessos destes feitos afirmaram na prática sua posição. *La Pucelle*, como a conheciam, se tomou um termo de otimismo para a população francesa. Para a Inglaterra, ela desestruturava um já complicado problema com as províncias dominadas na França. Joana era muito direta com relação aos seus feitos. As cartas com as quais se direcionava aos ingleses eram sempre precisas e sem os formalismos geralmente aceitos¹³³.

O respaldo religioso acabou por completar as perspectivas políticas. No próprio período medieval, como explicita Le Goff em seu livro *Em busca da Idade Média*, é difícil separar completamente o político do religioso, pois são duas esferas que se envolvem, se cruzam e se completam¹³⁴. Como foi exposto no primeiro capítulo, após as

¹³¹ CONTAMINE, Philippe. *La guerre des cent ans*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968, p. 97.

¹³² FRAIOLI, Deborah A. *Joan of Arc and the Hundred Years War*. London: Greenwood Press, 2005, p. 67.

¹³³ BEAUNE, Colette. *Joana d'Arc: uma biografia*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006, p. 194.

¹³⁴ LE GOFF, Jacques. *Em busca da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 163.

transformações judiciais e o fortalecimento do direito canônico no século XIII, a Igreja acabava por legitimar grande parte das ações juridicamente concebíveis para esse período. A religiosidade tornava-se, então, legitimadora das mais diversas questões políticas, do mesmo modo que a política se sustentava e agia de acordo com questões ligadas a religião.

Os mais diferentes respaldos religiosos foram usados para legitimar politicamente a coroação de Charles VII. A própria Joana, durante seu julgamento, utilizou a idéia de que um anjo teria vindo do céu para coroar o rei França¹³⁵. Muitos autores, como Colette Beaune, acreditam que tal descrição se deu por manipulação dos juizes que buscavam dar crédito a um fato que na realidade não teria acontecido e que, de alguma maneira, Joana o teria inventado. Mas sendo invenção ou não, para os inquisidores foi uma forma de legitimação. O uso do óleo sagrado para a coroação na catedral de Reims, o qual teria sido o mesmo que foi usado para converter Clóvis, dava o direito sagrado de consagração dos reis franceses. Esse óleo, por muitas vezes considerado mágico, sempre foi intrinsecamente ligado às idéias da “religião da monarquia francesa”¹³⁶.

Para o reino inglês este tipo de sustentação que os partidários do *dauphin* buscavam não poderia ser admitido. De acordo com o tratado de Troyes de 1420, a coroa francesa iria para um descendente da linha familiar real inglesa. Efetivamente, nada podia ser feito pelos governantes ingleses. Henry VI ainda era menor de idade e existiam dois tutores que cumpriam suas funções de soberano. O rei Plantageneta da Inglaterra, por sua vez, ainda não havia sido consagrado e a legitimidade passava assim toda para Charles. A divisão partidária que anteriormente tanto havia auxiliado na desagregação da França agora limitava-se às fronteiras. Os avanços dos armagnacs ao norte desestruturavam os alicerces do domínio inglês.

De qualquer forma, precisavam destruir a fonte da qual provinha a maior parte de seus problemas. Joana d’Arc acabou por se tornar diretamente essa fonte. Foi através dela que o *dauphin* francês foi consagrado Charles VII e antes disso não havia a mínima movimentação para tal feito. A vitória em Orléans poderia trazer o início do fim da resistência armagnac para os ingleses. Seis meses tinham se passado desde o início das tentativas de invasão e em apenas nove dias o exército do *dauphin* os repeliu. A

¹³⁵ DUBY, Georges et DUBY, Andrée. *Les Procès de Jeanne d’Arc*. France: Éditions Gallimard/Julliard, 1973, p. 70.

¹³⁶ FRAIOLI, Deborah A. *Joan of Arc and the Hundred Years War*. London: Greenwood Press, 2005, p. 51. Ideal que se fortaleceu principalmente a partir de Louis IX – mais conhecido como São Luís – do qual a ligação divina do rei com Deus lhe dava poderes de cura.

importância dada a ela se tornou incontestável com a carta de enobrecimento de dezembro de 1429, que garantia a inserção de Joana, e também de seus familiares e descendentes, na nobreza. Um sobrenome e um brasão foram dados aos membros da linhagens *du Lys*¹³⁷. Esse nome derivou-se da flor-de-lis, que era símbolo do reino francês.

Historiograficamente é forte a idéia de que os ingleses necessitavam da destruição da imagem da *Pucelle*. No século XIX em sua famosa obra *Histoire de France*, Jules Michelet explicitou a importância e os ideais dos quais os ingleses almejavam. Segundo Michelet, citado por Bertin Claude:

“Se a Donzela não tivesse sido julgada e queimada como feiticeira, se as suas histórias não fossem atribuídas ao demônio, ficariam como milagres na opinião do povo, como obras de Deus; então, Deus estaria contra os ingleses, eles haviam sido bem e lealmente batidos. Então, a sua causa seria a do diabo. Segundo a ideologia da época, não existia um justo meio termo.” (BERTIN: 19--, p. 1-2)

Atualmente pouco ou nada mudou com relação a esse aspecto. Joana precisava ser desmistificada para que seus feitos também o fossem. A permanência e o próprio cumprimento das questões relativas ao tratado de Troyes dependiam disso.

Mas o mal sucedido ataque francês a Paris em 8 de setembro de 1429 constituiu-se num primeiro golpe aos franceses e à Joana¹³⁸. Diferentemente das suas previsões, a cidade não foi recuperada e ela ainda saiu ferida da batalha. Após sua coroação, Charles VII diminuiu seus incentivos a *Pucelle*. Acreditava que todas as questões referentes ao conflito com a Casa Real Inglesa pudessem ser resolvidos diplomaticamente¹³⁹. As reformas que pretendia em seu reino não podiam ser efetivamente realizadas se permanecesse sustentando uma guerra. Depois de todo o período de instabilidade, o reino francês estava abalado estruturalmente. Como já foi exposto anteriormente, politicamente, a corte francesa e Joana não mais sustentavam as mesmas idéias.

Mesmo com o pouco incentivo e a imobilidade de parte da nobreza que antes a ajudara, Joana permaneceu com sua tática militar de reconquista¹⁴⁰, que também atravancava as decisões políticas que possivelmente poderiam ser firmadas entre as duas coroas. Após uma ataque mal organizado, ela foi presa na cidade de Compiègne em 23 de

¹³⁷ “Anoblissement de Jeanne d’Arc et de as Famille” Procès, v. 5, p. 150-153.

¹³⁸ BEAUNE, Colette. *Joana d’Arc: uma biografia*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006, p. 274.

¹³⁹ CONTAMINE, Philippe. *La guerre des cent ans*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968, p. 81.

¹⁴⁰ FRAIOLI, Deborah A. *Joan of Arc and the Hundred Years War*. London: Greenwood Press, 2005, p. 68.

maio de 1430¹⁴¹. Apesar da imobilidade da nobreza francesa e da própria corte, poucas foram as tentativas de afirmação de traição. Somente alguns documentos acabam por tomar tal linha de raciocínio.

Como era uma prisioneira importante, foi dada ao duque de Luxemburgo, uma vez que ela foi capturada dentro de seu domínio. Até dezembro do mesmo ano ainda permaneceu em posse dele. Foi transferida para Clairoux logo após a batalha, depois passou cerca de dois meses em Beaulieu e, posteriormente, permaneceu de julho a novembro no Castelo de Beaufort, pertencente a Jean de Luxemburgo. Foi nesse castelo que aconteceu seu salto da torre do castelo. Após saber que seria entregue aos ingleses pulou dos muros da fortaleza¹⁴². Nada lhe aconteceu a não ser um desmaio. Posteriormente esse episódio seria discutido em julgamento e muitos biógrafos posteriores o designariam como um milagre¹⁴³.

Joana esperava ser trocada por outros prisioneiros. Era comum nesse período a troca ou o pagamento para libertação de determinados guerreiros. Poucos são os documentos que nos mostram as tentativas francesas de libertação, até mesmo de seus irmãos, Jean e Pierre, os quais lutaram junto a ela e usufruíram das vantagens do enobrecimento¹⁴⁴. Por fim, em dezembro foi vendida à diocese de Rouen, segunda cidade mais importante de domínio inglês após Paris e de forte influência anglo-borgonhesa, onde seria julgada. Seu processo iniciou-se em 9 de janeiro de 1431 e acabou com 30 de maio com sua execução.

4.4 – Das lendas

As lendas surgidas no século XV, ampararam e, de certa maneira, configuraram as possibilidades de desdobramentos entre o real e o sobrenatural. Grande parte das afirmações provenientes desses âmbitos sempre acabavam por ganhar uma conotação lendária, seja através de afirmações proféticas dos textos bíblicos ou mesmo de construções difundidas pela própria população.

O humanismo difundido nesse período acabou por auxiliar na absorção de determinadas facetas dessas lendas. Como bem delimitou Le Goff, o humanismo medieval

¹⁴¹ SACKVILLE-WEST, V. *Santa Joana d'Arc*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p. 225.

¹⁴² Procès, V. 1, p. 110.

¹⁴³ SACKVILLE-WEST, V. *Santa Joana d'Arc*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p. 326.

¹⁴⁴ BEAUNE, Colette. *Joana d'Arc: uma biografia*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006, p. 41.

acabava com a linha divisória entre a realidade e o sobrenatural¹⁴⁵. Cristo se fez homem, viveu e morreu como qualquer ser humano. O papel desempenhado por essa humanidade podia, então, ser relevante em todas as esferas da realidade. Assim, os santos, os mortos e até mesmo Deus podiam ser reconhecidos nesse meio. Existia uma intrínseca proximidade entre tudo. Consequentemente, as forças do mal também estariam muito mais próximas. O campo de ação de tal esfera crescera consideravelmente nesse período. As bruxas e as feiticeiras ainda não haviam se tornado alvos de grandes perseguições como aconteceriam no séculos subsequentes, mas sua existência já era determinada. A linha divisória entre a santidade e a magia, o milagre e a mágica, era muito tênue¹⁴⁶.

Como expôs Colette Beaune,

“Desde o sucesso do sítio de Orlèans, os contemporâneos de Joana estavam conscientes de adentrar um ano muito particular, em que Deus (ou o Diabo) se preocupava novamente com a sorte dos homens. O sobrenatural estava enfim presente no coração de um cotidiano desencorajador. Em geral, eles denominavam ‘maravilhas’, no plural, o conjunto desses fatos que os enchiam de admiração, de estupor ou de temor. As maravilhas são da ordem do visível. Para os clérigos, os *mirabilia* opõem-se aos *magica* e aos *miracula*; todos os três são categorias do sobrenatural, das quais apenas a terceira é bem definida e controlada pela Igreja. Mas um mesmo acontecimento pode ser maravilhoso, mágico ou miraculoso. Aqueles que não freqüentavam a universidade preocupavam-se pouco com as nuances.” (BEAUNE: 2006, p. 258)

Assim, os feitos de Joana e até mesmo os respaldos para suas visões e vozes tiveram forte influência nas lendas. O âmbito de ação desses feitos ficaram dentro da esfera da *mirabilia*, sendo, assim, de muito difícil definição e na maioria das vezes apoiada pelas mais diversas afirmações. Diversos foram os textos antigos, proféticos ou não, que auxiliaram e configuraram a figura da *Pucelle*¹⁴⁷. As fontes desses textos eram os mais variados possíveis, desde crônicas e atas documentais até poemas e gestas amplamente difundidos.

Para a própria segurança e respaldo da corte francesa, um desses textos foi amplamente utilizado em favor de Joana. É tirada da *Historia regnum Britaniae* de Geoffroy de Monmouth. Essa frase é atribuída no texto a uma fala de Merlin, sábio bretão

¹⁴⁵ LE GOFF, Jacques. *Em busca da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 204.

¹⁴⁶ NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. *Bruxaria e História*. São Paulo: Ática, 1991, p. 20.

das lendas de Arthur. Não há um título específico para tal texto uma vez que é a parte de um todo, mas da época até os dias de hoje acabou por se conhecido como *Ex nemore*. Assim, segue o texto abaixo:

Ex nemore canuto eliminabitur Puella [...]
Ascendet virgo dorsum sargittarii
*Et flores virgineos obsculabit*¹⁴⁸

Em alguns outros textos, não se sabe exatamente se se trata de uma outra versão do mesmo texto ou uma frase adicional que não aparece em todos os documentos, há mais uma frase: *Et expellet inimicos regni*¹⁴⁹. Esse texto abrangia todos os aspectos dos quais a França se via em necessidade. Desde a preocupação de uma figura salvadora até mesmo a assimilação dos ingleses como um inimigo a ser domado (ingleses = *sargittarii*).

Simbolicamente, os *sargittarii*¹⁵⁰ foram interpretados como os ingleses. Como a base de seus exércitos eram de arqueiros, prontamente a associação foi feita. Diferentemente da luta justa de que o cavaleiro era capaz quando enfrentava seu adversário frente-a-frente num combate leal, o arqueiro tinha a prática mesquinha de utilizar-se da distância e da vulnerabilidade do adversário para surpreendê-lo. Os arqueiros ingleses com seus *longbows* foram uma força decisiva sobre a pesada cavalaria francesa. Esse combate a distância feria os antigos ensinamentos das ordens de cavalaria, ferindo assim toda uma forma específica de se estruturar a guerra¹⁵¹. O símbolo dessa desestruturação eram os arqueiros.

Da mesma forma, *Puella* e *virgo* foram rapidamente associadas a Joana. Assim, um outro trecho também foi associado a ela: *Virgo puellares artus induta virili*¹⁵². O padrão de seus feitos encaixava-se diretamente na lenda. A comprovação com o processo

¹⁴⁷ BEAUNE, Colette. *Joana d'Arc: uma biografia*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006, p. 84.

¹⁴⁸ BEAUNE, Colette. *Joana d'Arc: uma biografia*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006, p. 102.

“Da antiga floresta uma Donzela será expulsa [...] / A virgem montará nas costas dos sargitários / E ocultará as flores virginais”

¹⁴⁹ “E expulsará os inimigos do reino.”

¹⁵⁰ CIRLOT, J. E. *A Dictionary of Symbols*. London: Routledge, 2001. De acordo com o verbete “Sargitário”, esse personagem também pode ser denominado centauro ou, simplesmente, arqueiro. Essa palavra também é uma derivação de *sagitta*, que significa “arco” em latim.

¹⁵¹ NETO, Jônatas Batista. *História da Baixa Idade Média: 1066-1453*. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 182.

¹⁵² BEAUNE, Colette. *Joana d'Arc: uma biografia*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006, p. 109.

“A virgem cobriu seus membros delicados com tudo aquilo que é digno de um homem.”

em Poitiers só ajudou a fixar ainda mais tal característica, pois os teólogos de Charles acreditaram que ela pudesse ser a virgem da lenda. Se as vozes das quais ela falava fossem mesmo os guias de Deus e se fosse mesmo virgem, toda a lenda acabaria por ser verdadeira, encontrando-se assim a salvadora do reino. A virgem tornava-se a pessoa incorrupta que traria a reforma moral da qual o reino tanto precisava¹⁵³. Mais do que uma salvadora, o reino francês necessitava de uma reforma em várias de suas esferas. O reino havia entrado em colapso pois sua corrupção moral havia sido condenada por Deus. As derrotas sucessivas e a perda progressiva de poder foram atribuídas a essa decadência. E somente uma pessoa pura podia realmente transformar essa paisagem.

Joana possuía todas as características necessárias para se tornar tal salvadora¹⁵⁴. Muitas delas foram consideravelmente manipuladas e forçadas para que realmente se acreditasse em sua veracidade. Joana era virgem e de uma pequena região fronteiriça, sendo assim considerada humilde (*simplice*). Mas, duas características que não se relacionavam à sua vida foram assimiladas a sua figura: a idéia de pobreza e a função de pastoreio.

Joana vivia numa região do reino francês que não tinha considerável poder aquisitivo, mas seu pai gozava de certo prestígio e *status* em Domrèmy, principalmente no arrendamento de terras. O tom de desprendimento das questões materiais, logo que a consideravam vinda de um baixo patamar da sociedade, fazia com que sua missão se voltasse diretamente à França, não tendo assim outros objetivos do que a vitória sobre os ingleses. A família de Joana era simples, mas não necessariamente pobre¹⁵⁵. Já a questão de pastora foi uma tentativa de assimilar sua figura aos antigos textos bíblicos dos quais a função de pastoreio sempre foi tida como pura e legítima perante os desígnios de Deus¹⁵⁶. A referência aos pastores do nascimento de Jesus, a função de um líder na religião cristã e a função às quais eles se destinam na cristandade foram largamente debatidos. Essa questão acaba por ter considerável relevância em seu processo.

Relacionando-se a figura de pastora e virgem, grande parte de seus designos poderiam ser compreendidos como profecia¹⁵⁷. Ganhando o *status* de profeta instantaneamente todas as suas revelações tomavam tom divino. Se uma profetiza estava do

¹⁵³ BEAUNE, Colette. *Joana d'Arc: uma biografia*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006, p. 231.

¹⁵⁴ FRAIOLI, Deborah A. *Joan of Arc and the Hundred Years War*. London: Greenwood Press, 2005, p. 60.

¹⁵⁵ THURSTON, Herbert. "Saint Joan of Arc". In: *Encyclopedia Catholic*. Online Edition, 2003.

¹⁵⁶ BEAUNE, Colette. *Joana d'Arc: uma biografia*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006, p. 113.

¹⁵⁷ FRAIOLI, Deborah A. *Joan of Arc and the Hundred Years War*. London: Greenwood Press, 2005, p. 61.

lado do reino francês, todas as expectativas poderiam ser realizadas. As reformas aconteceriam, a transformação do reino teria início e assim novamente ele se tornaria digno de estar no reino de Deus. Em inúmeros momentos Joana tomou essa posição de reformadora. Julgava que somente um reino justo e livre de pecado poderia triunfar sobre seu inimigo. Assim, além seu *status* dentro do exército, uma série de recomendações foram feitas para que os soldados fossem dignos de seguir no exército de Deus¹⁵⁸. Sua figura profética teve considerável força enquanto ainda de sua chegada a Chinon. Após suas sucessivas vitórias, como a própria Joana se designou aos ingleses, ela se tornou “chefe de guerra”¹⁵⁹. Manteria grande parte das características que lhe foram designadas, mas sua função estaria a partir desse momento sobretudo na guerra.

4.5 – Da Chefe de Guerra

Joana exerceu considerável poder militar. Desde seus primeiros equipamentos até sua captura em Compiègne, basicamente, sua atuação a favor da França se deu em batalhas. Função esta desempenhada com todo fervor logo que acreditava ser a única maneira pela qual conseguiria a tão almejada vitória¹⁶⁰. Como afirmava, grande parte dos desígnios da guerra eram pautados no direcionamento dado pelas vozes¹⁶¹. Joana fazia o máximo para cumprir à risca todas as ações dos quais fora incumbida¹⁶², sendo grande parte deles voltados à guerra.

Sua posição perante a sociedade francesa, função bélica, bem como a vestimenta masculina, não eram vistas de forma pejorativa. Joana d’Arc, como era ligada às lendas, era um caso de exceção. Deus poderia alterar a ordem do mundo em favor de alguém¹⁶³. A forma pela qual ela estava destinada a agir era originada das ordens de Deus. Ninguém estava à altura de criticar tal posição. Diferentemente, os ingleses viam isso com considerável repúdio. Dessa forma, sempre a viam de forma contrária de que era estabelecida no reino francês e sempre tendo em vista sua condição: a de mulher. O cunho sexual, pelo que analisei até o momento, não era levado em consideração. Assim, na

¹⁵⁸ BEAUNE, Colette. *Joana d’Arc: uma biografia*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006, p. 191.

¹⁵⁹ Procès, v. 1, p. 241.

¹⁶⁰ SACKVILLE-WEST, V. *Santa Joana d’Arc*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p. 129.

¹⁶¹ Procès, v. 1, p. 240.

¹⁶² DUBY, Georges et DUBY, Andrée. *Les Procès de Jeanne d’Arc*. France: Éditions Gallimard/Julliland, 1973, p. 102.

¹⁶³ LE GOFF, Jacques. *Em busca da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, 184.

Inglaterra, sua condição de *virgo* e *puella* sempre eram substituídos por idéias promiscuas¹⁶⁴. Normalmente, utilizavam-se de idéias opostas às dos franceses. Assim, *mulier*¹⁶⁵ e *femina* eram os termos mais recorrentes¹⁶⁶. Os dois termos trazem a idéia de uma mulher submissa ao homem e assim não mais virgem e ocupada com os trabalhos domésticos.

Sua participação nas batalhas era direta. Apesar de não ter enfrentado um combate em campo aberto, obteve grandes vitórias nos sítios¹⁶⁷. Como exposto anteriormente, a vitória sobre o cerco de Orléans trouxe inúmeros benefícios para suas ações. Utilizando-se sempre do estandarte e da espada de *Sainte Catherine de Fierbois*, acabou por denominar-se chefe de guerra em muitas das cartas que foram enviadas aos ingleses. Sua função, assim, passava principalmente pelo comando do exército. Segundo seu próprio relato, nunca matou uma pessoa¹⁶⁸. Preferia usar o estandarte à espada por essa razão. Diversas são as crônicas que descrevem suas habilidades com o cavalo e a perspicácia que tinha ao posicionar os canhões no sítio¹⁶⁹. Mas, mesmo não participando na batalha frente-a-frente, foi ferida duas vezes de forma grave.

Ela não teve um treinamento como o dos outros cavaleiros que a acompanhavam. Grande parte de seus conhecimentos da guerra se deram principalmente no início de sua participação nela. Antes disso, nunca havia tido qualquer necessidade de se preocupar com tais problemas. Mas, por mais que existisse um grande distanciamento entre sua formação e a de seus companheiros, Joana conhecia e, de certa maneira, seguia um código de conduta que se adequava à sua função de chefe de guerra. Grande parte de seus conhecimentos sobre tais códigos provavelmente provinham da grande difusão dos romances de cavalaria nessa época. Assim, nem tudo com relação a essas regras lhe parecia estranho. O rei Arthur e Carlos Magno sempre eram os principais personagens citados da época. A construção da imagem de cavaleirismo era sustentada por eles tanto na nobreza quanto no campesinato.

Seu próprio enobrecimento em dezembro de 1429 foi fruto dos feitos que conseguiu na guerra. Sua ascensão nesse meio foi instantânea. Desde seu primeiro encontro

¹⁶⁴ SACKVILLE-WEST, V. *Santa Joana d'Arc*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p. 159.

¹⁶⁵ Os dois termos tem significações parecidas, significando mulher.

¹⁶⁶ BEAUNE, Colette. *Joana d'Arc: uma biografia*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006, p. 133.

¹⁶⁷ BEAUNE, Colette. *Joana d'Arc: uma biografia*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006, p. 163.

¹⁶⁸ Procès, v. 1, p. 77.

¹⁶⁹ BEAUNE, Colette. *Joana d'Arc: uma biografia*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006, p. 153.

com o *dauphin* até sua coroação, poucos meses haviam se passado. O número de cidades que haviam sido recuperadas era grande. O êxito na maior parte de suas campanhas era incontestável. Parecia mais que natural a elevação de seu *status*. O problema é que uma mulher não poderia se tornar cavaleiro. Não poderia haver uma nomeação, uma adubação ou qualquer ritual que envolvesse tais características. Assim, sua elevação à baixa nobreza foi feita da maneira mais prática possível. A própria Joana pouco acabou por usufruir dos benefícios da titulação, pois nunca usou as insígnias que lhe foram dadas ou mesmo o sobrenome. Sua família e, principalmente seus irmãos Pierre e Jean, usufruíram bem mais dessa elevação. Tanto a família ganhou isenção de impostos quanto os irmãos seguiram carreira na nobreza conseguindo relativos poderes após a morte de Joana.

Para ela, o cumprimento de sua missão era mais importante do que as determinações que conseguia na terra¹⁷⁰. Ela buscava a salvação de sua alma juntamente com a redenção de toda a França. A redenção dos franceses era crucial para que a vitória fosse palpável. Assim, sua guerra era considerada justa por estar recuperando territórios que antes eram de posse da coroa francesa. Sua função era tomar de volta algo que já lhes pertencia. A guerra defensiva que se instalava, através dos sítios, acabava por ser reflexo disso. Por inúmeras vezes Joana acabou por evitar o embate direto com os inimigos. Ela buscava a tão almejada batalha decisiva que expulsasse de vez todos os ingleses do continente, mas na verdade acabou por não participar de nenhuma desse tipo¹⁷¹. Sua ligação direta com Deus fazia querer as reformas morais das quais os franceses tanto necessitavam. Somente com a boa conduta de todo o exército é que conseguiriam a vitória.

Muitos autores acabam por estender ainda mais essa idéia de reforma de Joana d'Arc, na qual ela buscaria não somente os franceses, mas toda a cristandade. Segundo Colette Beaune, há alguns indícios de que após as guerras contra os ingleses, ela se voltaria contra os hereges. Em 30 de março de 1430, Joana mandou uma carta aos Hussitas da Boêmia, dizendo que foi destinada à luta contra os cristãos heréticos. Assim, sua luta contra os hereges fazia parte de uma redenção universal¹⁷². Considerava que qualquer mal causado poderia condenar a todos. Somente uma cristandade justa poderia ser abençoada por Deus.

¹⁷⁰ Procès, v. 1, p. 79.

¹⁷¹ BEAUNE, Colette. *Joana d'Arc: uma biografia*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006, p. 182.

¹⁷² Procès, v. 5, p. 159.

5. – O Processo de Joana d’Arc

5.1 – Da documentação do processo

Para a produção do *corpus* documental existente do processo de 1431 em Rouen contra Joana d’Arc foram reunidos diversos documentos, atas e anexos. A língua latina, que na época era a oficial para a produção de documentos, não é a original do processo. Na realidade, a própria produção da documentação não se deu em 1431. Para que o *corpus* documental relativo ao processo fosse produzido, dois clérigos foram designados para tal trabalho: Thomas de Courcelles e Guillaume Manchon¹⁷³. Eles reuniram e traduziram para o latim as peças documentais do processo, menos os anexos. “Eles fabricaram dessa forma cinco exemplares: três para o rei da Inglaterra, um para o inquisidor e outro para o bispo.” (BEAUNE: 2006, p. 19)

O processo correu de 9 de janeiro até 24 de maio de 1431, quando Joana foi considerada culpada e punida. Dessa primeira punição, Joana reconheceu seus erros perante a Igreja, assinou um ofício no qual se arrependia dos erros cometidos anteriormente e prometia nunca mais os repetir. Mas o processo foi reaberto em 28 de maio do mesmo ano quando Joana foi considerada relapsa por ter cometido novamente um de seus crimes. Assim, uma nova sentença foi julgada em 29 de maio e no dia 30 ela foi executada na fogueira na praça de Rouen por heresia e relapsia.

No processo de condenação existem diversos anexos, os quais permaneceram em francês. Na compilação de Quicherat, existem somente as cartas enviadas dos nobres da região, ligados ao partido anglo-borgonhês, se posicionando acerca do processo e uma carta de Henry VI. Outros documentos foram anexados principalmente para estruturar a base de acusação contra a ré. Um dos principais é a carta de 22 de março de 1429, com a qual Joana ameaçou o rei da Inglaterra e ordenou o fim do conflito. Mais adiante discutirei a importância desse documento dentro do processo.

Nem todos os documentos relativos a esse processo sobreviveram ao tempo. Algumas partes relativas à *minute française* não mais existem, causando assim lacunas em

¹⁷³ DUBY, Georges et DUBY, Andrée. *Les Procès de Jeanne d’Arc*. France: Éditions Gallimard/Julliard, 1973, p. 22.

partes do interrogatório. A documentação relativa a investigação da vida de Joana, feita por Isambard de la Pierre¹⁷⁴, também não está vinculada ao processo¹⁷⁵. Beaune acredita que existe a possibilidade dela não ter sido anexada à documentação do processo. Como a documentação atual foi construída através de fragmentos de diversas cópias do processo, provavelmente a argumentação da autor é correta, pois tal peça não está em nenhum deles. Sabemos da existência dessa parte da documentação por citações no próprio processo ou em outras fontes.

Entre as fontes mais citadas no julgamento e que se perderam está o processo de Poitiers de 1429, no qual Joana d'Arc foi submetida aos teólogos do *dauphin* Charles para comprovação de sua ligação divina. Durante os interrogatórios de 1431, por inúmeras vezes Joana não respondeu às questões dos inquisidores dizendo que já as havia respondido em outro processo e que seus juízes deveriam analisar tal documentação. A probabilidade dos juízes de Rouen terem tais fontes é muito pequena, uma vez que se encontravam em Poitiers, ou seja, em território inimigo. Em nenhum momento qualquer clérigo citou ou fez menção à posse de tal processo.

Por fim, a documentação é constituída basicamente das atas que compunham o processo, desde a *causae expositio et praeparatoria*¹⁷⁶ até as *actae posterii*¹⁷⁷, dos anexos que estruturaram a argumentação da acusação e dos interrogatórios dos meses de fevereiro e março, além de outras questões levantadas contra a Joana nos meses de abril e maio. Assim, de 9 de janeiro a 20 de fevereiro de 1431, compõe-se basicamente a construção e análise das possíveis causas de heresia. Juntam-se aqui as cartas dos nobres que a capturaram e também a carta do rei da Inglaterra.

De 21 de fevereiro a 3 de março foram realizadas seis sessões de interrogatórios. Nesse processo não há testemunhas ou mesmo advogado de defesa da ré, ou seja, não há nenhum momento para sua defesa oficial. Dos dias 4 a 9 de março, aconteceram reuniões na casa do bispo de Beauvais, Pierre Cauchon, com relação aos interrogatórios já feitos. Do dia 10 a 17 de março houve mais sessões de interrogatório, mas desta vez eles ocorreram na prisão.

¹⁷⁴ Padre dominicano ligado ao processo.

¹⁷⁵ DUBY, Georges et DUBY, Andrée. *Les Procès de Jeanne d'Arc*. France: Éditions Gallimard/Julliard, 1973, p. 26.

¹⁷⁶ “Exposição e preparação da causa”

¹⁷⁷ “Atas posteriores”

A partir do dia 18 do mesmo mês houve a criação de um conselho para a análise de todo o interrogatório. A leitura em francês de todas as atas foi feita à ré. Nesse momento, Joana se voltou contra seus juízes na defesa de seus direitos, porque, estariam distorcendo seus dizeres¹⁷⁸. Duby aponta essa singular característica como uma possível confusão quando da tradução das minutas do latim para o francês, mas como exposto no primeiro capítulo, Lea discute sobre a probabilidade de manipulação e falsificação dos registros. Com relação a essa manipulação documental, é difícil definir o quanto isso ocorreu no caso de Joana. Sabemos que a Inglaterra tinha muitos motivos para a condenar, mas utilizaram-se muito mais de instrumentos argumentativos do que manipulação documental. Como expôs H. Ansgar Kelly em seu texto *The Right to Remain Silent: Before and After Joan of Arc*: “As deficiências jurídicas dos registros da condenação de Joana não tem sido discutidas tão meticulosa e perspicazmente quanto as questões verídicas dos registros do julgamento.”¹⁷⁹ (KELLY: 1993, p. 993). Esse episódio acaba por ser de difícil conclusão para os historiadores.

Até o dia 27 de março parte das acusações foi enviada aos doutores da Universidade de Paris e foi redigida uma ata contendo as 70 principais causas da culpa da ré. Após a análise de toda a documentação, em 2 de abril os doutores de Paris responderam às questões dos juízes e produziram uma versão condensada das acusações, a qual é conhecida como “12 artigos”.

Em 18 de abril o processo novamente seguiu seu curso e buscaram trazer novamente Joana ao berço da Igreja. Em 2 de maio, todos os religiosos ligados ao processo consideraram-na culpada. Em 9 de maio houve uma ameaça de tortura para que confessasse sua culpa, mas três dias depois, após uma reunião na casa de Cauchon, acabou se decidindo por votação que a tortura não traria a verdade. No dia 14 do mesmo mês concluíram sua heresia e no dia 19 acataram as sentenças analisadas pelos doutores da Universidade de Paris. Ocorreu aqui a primeira admoestação a Joana. No dia 23 de maio, houve a leitura dos 12 artigos à ré feita pelo Doutor Pierre Maurice, sendo que nesse dia aconteceu também a segunda admoestação.

No dia 24 de maio Joana aceitou a abjuração proposta pelo bispo e foi sentenciada a prisão perpétua. Em 28 de maio, após a encontrarem novamente vestida com

¹⁷⁸ Procès, v. 1, p. 200.

¹⁷⁹ “the juridical deficiencies of the records of Joan’s condemnation have not been discussed as thoroughly or perspicaciously as the veridical questions of the trial records.”

roupas masculinas, ela foi interrogada e sentenciada como relapsa e tendo como sentença final a execução na fogueira. Por fim, no último dia do processo, 30 de maio, Joana foi executada como herege e relapsa na praça de Rouen.

5.2 – Da estruturação do julgamento

Como já foi dito anteriormente, os processos inquisitoriais são freqüentes nesse período da história e nem sempre estão relacionados a processos contra heréticos. Mas contra Joana d'Arc o Santo Ofício tinha a intenção de julgá-la como herética. Sua influência no conflito entre os reinos francês e inglês tinha difundido seu nome em todas as instâncias envolvidas. Todos sabiam sobre seus feitos e como ela os conseguira.

Desde sua prisão em Compiègne os ingleses já almejavam a possibilidade de abertura de um processo contra Joana. Ela tinha interferido consideravelmente nas questões envolvendo os dois reinos. A revitalização da coroa francesa dificultava ainda mais a complicada administração inglesa no continente. Eles necessitavam acabar com o símbolo dessa revitalização, que nesse momento era caracterizada pela coroação de Charles VII em 1429. Mas como não tinham instrumentos para impedir tal realização naquele momento, outras formas de inviabilização foram utilizadas. A mais recorrente era o não reconhecimento da legitimação¹⁸⁰. Como Charles VII tinha sido excluído da hereditariedade em 1420 pelo tratado de Troyes, os regentes da Inglaterra simplesmente não o reconheciam como legítimo. Durante todo esse período o rei Plantageneta, Henry VI, ainda era reconhecido pelos anglo-borgonheses como detentor das duas coroas.

Com a venda de Joana d'Arc para a diocese de Beauvais, os ingleses ganharam um novo estratagema contra a França. Sabiam da importância da *Pucelle* na revitalização, e para atingir a legitimidade e a própria moral da coroação de Charles, utilizaram-se de Joana. Todos sabiam de seus feitos e de suas fontes de inspiração. Todos sabiam que ela se dizia guiada por anjos. Desmistificando tal característica, ela não mais seria reconhecida como uma enviada, mas sim uma manipuladora ligada aos demônios. Foi uma chance que os ingleses não perderam.

¹⁸⁰ CURRY, Anne. *The Hundred Years War – 1337–1453*. London: Osprey Publishing, 2002, p. 91.

Dessa forma, o processo inquisitorial foi aberto para analisar se realmente Joana tinha uma ligação sobrenatural e qual era a origem dessa ligação. Como em todos os processos, uma considerável investigação foi feita sobre sua vida para que se pudesse apontar em quais momentos ela teria tido esses vínculos. Eles não negavam a veracidade dos seus feitos, mas queriam mostrar que eles tinham os objetivos errados, sendo, ao invés de abençoados por Deus, manipulados pelo demônio.

5.2.1 – Da Investigação

Como já foi exposto, Lea divide a estruturação de um processo inquisitorial em três partes distintas: a investigação, a acusação e a execução. A investigação é a primeira fase de estruturação do processo. No caso de Joana, ela se iniciou antes mesmo da abertura oficial do caso em 9 de janeiro de 1431. Para a Inquisição, tal procedimento era considerado normal, pois o acusado tinha que ter fortes indícios de heresia para que um processo religioso fosse feito. A principal característica na composição desses indícios é a *fama*.

A *fama* compõe a base dos registros para que o aparato inquisitorial seja usado para processar alguém. No caso de Joana, sua *fama* já era estabelecida pelo conhecimento que todos tinham de seus atos. Mas, como toda acusação necessita de uma prova concreta, houve a investigação sobre toda sua vida, realizada por Isambard de la Pierre¹⁸¹. Ele percorreu grandes distâncias, indo até mesmo à cidade de Domrèmy, para reunir documentação suficiente para que se pudesse analisar e estruturar o julgamento. Testemunhos, cartas, crônicas, tudo que foi encontrado e eleito como relevante foi utilizado contra ela. Dessa forma, para formular a acusação os inquisidores procuraram aspectos de toda sua vida, desde seu nascimento em Domrèmy até o dia de sua venda à diocese. Como já foi analisado anteriormente, esses documentos não constam nas atas do processo, mas podemos saber indiretamente quais foram as questões averiguadas através da própria estrutura do interrogatório e dos assuntos nele abordados.

Após a reunião dos documentos necessários, da análise da *fama* que eles já conheciam, um processo de *inquisitio heretice pravitatis*¹⁸² foi aberto para apurar os

¹⁸¹ DUBY, Georges et DUBY, Andrée. *Les Procès de Jeanne d'Arc*. France: Éditions Gallimard/Julliard, 1973, p. 26.

¹⁸² “Inquisição de depravação herética”

indícios de heresia que se ligavam estreitamente a Joana¹⁸³. De 9 de janeiro a 20 de fevereiro, a abertura do processo contou com toda a elaboração, crítica e análise das possíveis causas de transgressões da *Pucelle*.

Sendo considerado um processo contra uma ré que tinha fortes indícios de heresia¹⁸⁴, era obrigação da diocese apurar o caso. A base de estruturação do Santo Ofício estava nas mãos dos bispos e nas suas jurisdições. A argumentação utilizada para que o julgamento de Joana fosse realizado em Rouen foi por Compiègne, cidade na qual foi presa, pertencer à jurisdição da diocese¹⁸⁵. Ela tinha sido presa em território ligado a esse bispado e a responsabilidade recaía, então, no bispo de Beauvais. Em nenhum momento foi mencionada como causa de seu julgamento os seus feitos contra a Inglaterra, mas sim os feitos contra a Igreja. Seus possíveis crimes eram tidos como “crimes contra a fé” e não de lesa-majestade. Os crimes ligados à guerra também foram utilizados em seu processo, mas a conotação sempre recaía para o cunho religioso.

Política e religião se estruturavam conjuntamente numa mesma esfera nesse período. Condenando-a como herética, todos seus feitos, todas as suas realizações e sucessos políticos seriam reinterpretados. Grande parte da ascensão repentina de Joana foi por causa de sua rápida assimilação às antigas profecias que circunscreviam as tradições da coroa francesa¹⁸⁶. No momento em que não fosse mais vista como “a escolhida”, não mais haveria seu reconhecimento como profetiza, destruindo assim toda a legitimidade de seus feitos.

Era dever da Igreja proteger a cristandade. Grosso modo, Joana interferiu nas mais diversas camadas da sociedade, sempre tendo o pressuposto de ligação divina. Mas como a Igreja de Roma e o Papa tinham o poder de legitimação sobre os atos de fé, somente com a comprovação canônica é que ela poderia ser realmente aceita. De certa forma, essa comprovação aconteceu em Poitiers em 1429¹⁸⁷, mas os juízes de Rouen não a levaram em consideração.

¹⁸³ Procès, v. 1, p. 3.

¹⁸⁴ Procès, v. 1, p. 4.

¹⁸⁵ BEAUNE, Colette. *Joana d'Arc: uma biografia*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006, p. 276.

¹⁸⁶ Como exposto anteriormente, existia uma mística sobre a monarquia francesa que legitimava sua existência divina. As profecias acerca de uma “enviada” que salvaria o reino se encaixavam, em vários aspectos, ao perfil de Joana d'Arc e a chancelaria real utilizou-se dessa argumentação para viabilizar seus atos.

¹⁸⁷ Processo do qual teólogos ligados ao *dauphin* Charles averiguaram a veracidade entre as profecias e Joana.

5.2.2 – Da acusação

Como na investigação, a base para a estruturação da acusação era a heresia. Para os juízes, existiam pontos específicos da vida de Joana que não condiziam com as doutrinas comumente difundidas pela Igreja. Eles foram averiguados e introduzidos numa lista de perguntas que comporiam as atas das minutas. Somente após a compreensão e análise de todos os pontos é que se poderia esclarecer e apontar as irregularidades de comportamento.

As irregularidades na fé provocadas pelos heréticos corroíam a já sofrida comunidade cristã. O principal objetivo era fazer com que o acusado reconhecesse seus erros perante a Igreja Triunfante e Militante e voltasse aos braços da verdade. A acusação era a base para a iluminação do réu. Grosso modo, todos deviam ser salvos, pois Deus perdoaria todos aqueles que realmente estiverem abertos à sua vontade. Então, insistiam nas heresias de Joana para posteriormente mostrar seu erro e direcioná-la novamente para a trilha certa. Em algum momento ela se transviou e seria dever dos clérigos lhe mostrar isso.

Assim, uma das primeiras preocupações dos juízes é acerca da formação religiosa. Como ela mesma disse no primeiro dia dos interrogatórios, em 21 de fevereiro, ela aprendeu os primeiros ensinamentos cristãos com sua mãe, quando esta lhe ensinou o *Credo*, a *Ave Maria* e o *Pater Noster*¹⁸⁸. Sempre seguia os desígnios de Deus e nunca havia feito algo que o desagradasse. Em diversos momentos os juízes pediram que Joana recitasse as orações a eles, mas normalmente ela se negava acusando-os de não cumprirem suas promessas, como por exemplo proibindo-a de ir à missa. Com relação à formação, nada tinha a ser questionado. Ela era uma cristã convicta e mesmo sem o interrogatório era possível ver isso.

O problema da negação, a qual por inúmeras vezes foi usada por Joana para não responder a determinadas perguntas, se concentrava sobretudo no direcionamento das vozes, constituindo-se assim no tema mais discutido em todo o processo. Praticamente em todos os dias de interrogatórios há a menção das mais variadas questões acerca dos auxílios que elas traziam aos feitos de Joana. Em nenhum momento os inquisidores as negaram, muito pelo contrário. Pela própria forma de organização do processo não se podia negar tal fato. Grande parte dos sucessos da *Pucelle* era pautada nesse auxílio sobrenatural. A análise

¹⁸⁸ Procès, v. 1, p. 47-48.

profunda desse tipo de fenômeno era imprescindível para o Santo Ofício. A partir dele, todos os assuntos relacionados à coroação, aos santos e anjos, aos sinais de comprovação divina e às revelações foram discutidos e explorados para serem desacreditados.

Posteriormente as superstições assumiriam também um papel importante. Elas eram um grande problema nessas acusações, pois, desde o início da cristianização dos povos germânicos, no século V, a Igreja deixou certos traços das antigas religiões perpassarem para o cristianismo numa tentativa de conversão eficiente¹⁸⁹. A sobrevivência desses traços veio a ser conhecida como superstições (*supertio*). O problema de acusações desse tipo era que raramente uma única pessoa estava envolvida, mas sim, uma comunidade inteira, justamente por fazer parte de uma cultura local. Uma superstição não é necessariamente uma heresia. É o que acontece com relação à conhecida “Árvore das Fadas”¹⁹⁰, à qual os inquisidores se voltaram a partir de 24 de fevereiro.

Outros quatro objetivos acabaram por ganhar conotações supersticiosas: a espada de *Sainte Catherine de Fierbois*¹⁹¹, o estandarte de Joana¹⁹², o anel¹⁹³ que usava e a possível mandrágora¹⁹⁴ que possuía. A Árvore das Fadas tinha importância para o processo por ser a possível forma através da qual Joana poderia ter aprendido magia. Estes outros objetos posteriormente analisados seriam os que ela usaria para realizar as mágicas. Beaune ainda cita outro importante objeto usado por Joana, mas que não aparece nas atas do processo. Trata-se da vara de comando¹⁹⁵. Esse tipo de vara era utilizado para o auxílio a caminhadas e no direcionamento de tropas. Como comumente Joana era vista como profeta e pastora dos cristãos, a vara acabou por ganhar certa relevância, mas no processo de 1431 em nenhum momento esse objeto é citado.

As prováveis transgressões da *Pucelle* também foram amplamente discutidas, a mais importante para o Santo Ofício sendo o fato dela se vestir de homem. De certo modo, ela estava quebrando uma regra estabelecida por Deus. Todos têm seu lugar e

¹⁸⁹ NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueirido. *Bruxaria e História: As práticas mágicas no Ocidente cristão*. São Paulo: Editora Ática, 1991, p. 18.

¹⁹⁰ Suposta árvore mágica que existia na cidade de Domrèmy, cidade natal de Joana. Diversas lendas a ligavam a seres sobrenaturais, principalmente fadas.

¹⁹¹ Espada que foi achada na igreja da cidade de Fierbois em 1429. Joana mandou buscá-la nessa cidade por designação de suas vozes.

¹⁹² Estandarte que Joana d'Arc usava nas batalhas e que foi feito com base nas instruções dadas por suas vozes.

¹⁹³ Jóia que teria ganhado de sua família antes de partir para o encontro com o *dauphin* em 1429.

¹⁹⁴ Um tipo de raiz que, nessa época, era vista como ingrediente de feitiços e bruxaria.

¹⁹⁵ BEAUNE, Colette. *Joana d'Arc: uma biografia*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006, 125.

sua função no mundo. Ela negava esse desígnio¹⁹⁶. O problema dessa questão no julgamento é que ela também foi negada por diversas vezes. Joana preferiu seguir as ordens de suas vozes do que responder às questões dos juízes.

A transgressão, que afetava não só a Igreja mas a cristandade toda, era a carta que Joana enviou aos ingleses em 22 de março de 1429, na qual pedia a retirada dos ingleses do continente. Dessa prova, não a acusaram de crime contra a Inglaterra propriamente, mas sim de transgressão da cultura cristã, pois na carta ela se designou como “Chefe de Guerra”, o que era para a época uma função específica da nobreza e, ainda por cima, dos homens, e incitou os homens ao combate.

A insubordinação foi uma das piores características enfrentadas pelos inquisidores. Joana sempre se mostrou ativa e corajosa diante de seus inimigos. Inúmeras são as repreensões acerca desse tipo de atitude, a qual pouco mudou no decorrer do processo. Como ela própria disse em várias ocasiões dos interrogatórios, as vozes pediam para que ela fosse corajosa e respondesse duramente¹⁹⁷. De uma maneira ou de outra, essa foi uma das principais formas de condenação de Joana, pois nesse momento estabelecia-se o papel da Igreja como instituição. Ela tinha que compreender que tudo estava sendo feito para a salvação de sua alma e somente eles – os juízes designados pela Igreja – podiam assegurar isso. O maior problema de Joana foi que ela acabou por negar o poder e o campo de ação que eles tinham.

A partir do dia 17 até 27 de março, um conselho foi constituído para análise das questões contidas nos interrogatórios. Nesse momento, ocorreram problemas: houve a leitura feita para Joana das minutas, mas ela por diversas vezes se pôs contrária ao que havia sido registrado¹⁹⁸. Ela foi repreendida por Cauchon e, posteriormente, 70 artigos foram compostos para sua condenação e enviados à Universidade de Paris para análise, conforme já foi afirmado anteriormente. Vários desses artigos se relacionavam, formando assim uma complicada rede de acusações. Muitos artigos tratavam do mesmo assunto, mas com perspectivas diferentes. Como exemplos disso¹⁹⁹ temos os artigos 19²⁰⁰ e 20²⁰¹ que se

¹⁹⁶ DUBY, Georges et DUBY, Andrée. *Les Procès de Jeanne d'Arc*. France: Éditions Gallimard/Julliard, 1973, p. 16.

¹⁹⁷ Procès, v. 1, p. 62.

¹⁹⁸ Procès, v. 1, p. 200.

¹⁹⁹ Não relatarei todos os artigos nesse trabalho por serem muito extensos. No próximo subcapítulo elencarei os 12 artigos, a partir dos quais foram feitas a abjuração e a condenação de Joana d'Arc.

²⁰⁰ Procès, v. 1, p. 234-236.

²⁰¹ Procès, v 1, p. 236-239.

voltam às questões da espada e do estandarte, supostos instrumentos de fetiche e superstição. Eram compreendidos como tendo certo tipo de feitiço e também sendo alvos de adoração. Estariam ligados à idéia de idolatria, pois Joana havia oferecido seus equipamentos à Igreja de Saint Dennis e essa idolatria estava ligada a duas diferentes questões: a idolatria das vozes e a idolatria feita à própria Joana, pois acreditavam que ela fez essa oferenda às vozes ou para que seus objetos fossem alvos da adoração pela população. Esses outros dois aspectos foram tratados em artigos completamente diferentes, no 52²⁰² e no 59²⁰³. O que a Universidade de Paris fez foi a condensação e organização dessas idéias em apenas 12 artigos. Foi a partir deles Joana foi sentenciada.

Em 9 de maio, cogitou-se a idéia de tortura para a extração da verdade nos relatos²⁰⁴. Ameaças chegaram a ser feitas, mas, às quais, Joana respondeu: “Em verdade, se vós pensais em me quebrar os membros e fazer minha alma se desprender do corpo, eu não vos direi nada; e se acaso eu vos disser, depois sempre eu direi que me fizestes falar²⁰⁵.” (PROCÈS: 1840, p. 400). Reuniões foram feitas e, em 12 de maio, após deliberações do mestre Raoul Roussel²⁰⁶, que afirmava que a tortura poderia gerar calúnias, votaram e decidiram, sendo que dos doze apenas três foram contra, que não haveria o flagelo, pois não havia necessidade disso para o prosseguimento do processo.

Não houve flagelos físicos contra Joana, mas ela sofreu torturas mentais. Durante todo o período em que esteve presa em Rouen, esteve num regime de *murus strictus*. Nada é oficialmente mencionado nas atas do processo, mas no primeiro dia de interrogatório ela reclamou dos ferros que a prendiam na cela. Esse tipo de regime, como foi observado no primeiro capítulo, visava a detenção completa do prisioneiro. Nem mesmo a luz chegava nesse tipo de cela e, na maioria das vezes, o indivíduo é acorrentado. Em muitos momentos, é perceptível que Joana não fazia mais distinção de alguns fatos e datas. Ela acabava por tirá-los da ordem cronológica ou mesmo a mostrar pequenas diferenças. A questão mais relevante desses desvios foi o momento em que descreveu os anjos na coroação de Charles, sendo que da primeira vez ela não os mencionou. Na verdade, a própria inserção das figuras angelicais nessa coroação foi proposta pelos inquisidores, que a

²⁰² Procès, v. 1, p. 278-282.

²⁰³ Procès, v. 1, p. 304-305.

²⁰⁴ Procès, v.1, p. 400.

²⁰⁵ “Veraciter, si vos deliberetis mihi facere distrahi membra, et facere animam recedere a corpore, ego tamen non dicam vobis aliud; et si aliquid de hoc vobis dicerem, postea semper ego dicerem quod per vim mihi fecissetis dicere.”

²⁰⁶ Tesoureiro da diocese de Rouen.

instigaram a mencionar sobre esse tipo de acontecimento. Como já foi colocado anteriormente, Colette Beaune acredita que ela criou ou fez-se acreditar que havia mesmo anjos na coroação.

5.2.3 – Da Punição

A punição de Joana tem dois momentos específicos. O primeiro em 24 e o segundo em 28 de maio de 1431. Na primeira data houve a abjuração formal de Joana na qual ela teria que aceitar todas as acusações e voltar-se para os braços da Igreja. Ela aceitou tal proposta, sendo considerada herética, idólatra e cismática. Sua punição seria a prisão perpétua, mas, pelo menos dessa forma, sua alma estaria salva. Normalmente, nos casos de condenação do Santo Ofício, as penas poderiam ser as mais variadas possíveis, desde penitências até a morte. No caso de Joana, concluiu-se que ela afetava a ordem estabelecida. Sua influência era tanta que não mais poderia conviver em liberdade. Essa punição também tinha a intenção de não mais deixá-la influenciar nas querelas políticas, que não faziam parte de seu universo como mulher.

Após encontrarem-na novamente vestida de homem, foi considerada herética e relapsa e, dessa forma, a única pena prevista era a morte. O suplício foi a fogueira. Como havia se transviado mais uma vez, ela não podia ter tal punição já morta. Normalmente, quando da primeira sentença e dependendo do peso da condenação, muitos condenados eram queimados na fogueira depois de terem sido enforcados. Só nos casos de insistência ou nova transgressão era que o réu era queimado vivo²⁰⁷. Esse foi o caso de Joana.

Para as duas penas, as acusações foram as mesmas. A causa da morte de Joana foi cometer um crime que já havia prometido não mais fazer. Ao ser condenada pela primeira vez e ser abjurada, assinou tal ata de artigos prometendo cumprir sua conversão. Os 12 Artigos, lidos em público no dia 23 de maio, consistiam em basicamente:

- 1^o - As aparições que Joana d'Arc via desde os treze anos eram perniciosas sedutoras e ligadas ao demônio.
- 2^o - Os sinais dados ao rei, na comprovação de que era mesmo uma enviada de Deus, não passavam de mentiras que denegriam a Igreja.

²⁰⁷ LEA, Henry Charles. *The Inquisition of the Middle Ages: its organization and operation*. USA: Barnes & Noble, 1954, p. 231.

3° - Não é possível reconhecer os anjos nas vozes que ela descreveu e seguir seus conselhos era um erro de fé.

4° - Utilizou-se de adivinhação e superstição para saber dos acontecimentos futuros e suas conseqüências.

5° - Ao utilizar vestimentas masculinas blasfemava contra Deus, transgredindo a fé e sendo alvo de idolatria.

6° - Foi cruel ao colocar os homens em conflito em nome de Deus. Por inúmeras vezes utilizou-se dos sinais *Jesus Maria* e do sinal da cruz em suas cartas.

7° - Transgrediu os mandamentos de Deus no momento que não honrou o dever com seus pais.

8° - Seu salto da Torre de Beaurevoir foi um desrespeito à fé e um pecado mortal.

9° - Se contradiz no momento em que argumenta que guardou sua virgindade para garantir sua ascensão ao céu, cometendo assim um pecado contra a fé cristã.

10° - Ao dizer que os santos estavam contra a Inglaterra e a Borgonha blasfemou contra eles.

11° - Usou-se de idolatria e invocação para manter contato com as vozes, o que também era considerado um erro na fé.

12° - O pecado de não reconhecer o poder designado por Deus à Igreja Militante.

Ao cometer novamente o crime do 5° artigo, não mais teria qualquer benefício vindo da Igreja. Ao ser condenada à prisão perpétua, segundo Georges Duby, houve a tentativa de se mostrar como a Igreja era bondosa e acolhedora com aqueles que escolhiam ficar ao seu lado²⁰⁸. Transgredindo a promessa antes firmada, só existia a destruição do herético que comprometia a ordem religiosa e que era dever da Igreja Romana defender.

Após sua morte, de acordo com as *actae posterii*²⁰⁹, ofícios que relatavam os acontecimentos do processo como informativos foram entregues em diversos lugares da

²⁰⁸ DUBY, Georges et DUBY, Andrée. *Les Procès de Jeanne d'Arc*. France: Éditions Gallimard/Julliard, 1973, p. 16, p. 170.

²⁰⁹ “Atas posteriores”

Cristandade, principalmente nas dioceses e nas cortes. Era necessário que todos soubessem do acontecido. Quando um herético era condenado, diversas notas como essas circulavam pelo Ocidente. Esse tipo de informação auxiliava na contenção das heresias e mostrava a luta da Igreja contra os infiéis.

5.3 – Dos problemas políticos

Os problemas políticos do conflito entre os reinos francês e inglês envolveram todo o julgamento de Joana d'Arc. Sua própria captura fez parte de toda uma tentativa de ação política nos mais diferentes âmbitos. Desde sua compra em dezembro de 1430 até sua execução no ano seguinte, os mais variados partidários anglo-borgonheses estavam envolvidos. Não foi uma atitude isolada da diocese de Rouen no processo, pois obtiveram diversos auxílios para que tal empresa fosse realizada. Auxílios estes que não vinham de Roma.

Primeiramente, todos os envolvidos no processo eram ingleses ou partidários da causa inglesa. Por outro lado, em nenhum momento houve qualquer tentativa de auxílio dos partidários de Charles VII para libertar a Joana²¹⁰. Sabemos que os dois não mais sustentavam as mesmas idéias com relação à guerra, mas poucas são as fontes que retratam esse tópico. Já do lado anglo-borguinhão, houve diversas mobilizações para a compra de Joana junto ao duque de Luxemburgo e concederam-se auxílios para o andamento do processo.

Um ofício financeiro datado de 31 de janeiro de 1431²¹¹ mostra a indenização feita a Pierre Cauchon pelos gastos feitos na compra da prisioneira no mês anterior. Esse pagamento veio de Pierre Surreau, coletor geral do reino inglês no ducado da Normandia. Surreau era ligado a Thomas Blount, cavaleiro, tesoureiro e governador geral das finanças do reino da Inglaterra. Outros clérigos que também faziam parte do processo receberam seus pagamentos. Dois documentos mostram dois pagamentos feitos aos membros do julgamento nos dias 4 de março²¹² e 9 de abril²¹³ de 1431. Os mestres Jehan

²¹⁰ FRAIOLI, Deborah A. *Joan of Arc and the Hundred Years War*. London: Greenwood Press, 2005, p. 68.

²¹¹ “Indemnit     Pierre Cauchon pour les n gociations qui pr c d rent l’achat de la Pucelle”. In: Proc s, v. 5, p. 194-195.

²¹² “Payement fait aux docteurs appel s de Paris pour vaquer au proc s.”. In: Proc s, v.5, p. 196-197.

²¹³ “Deuxi me payement aux docteurs de Paris”. In: Proc s, v. 5, p. 200-201.

Beaupère²¹⁴, Jacques de Thouraine²¹⁵, Nicole Midi²¹⁶, Pierre Morice²¹⁷, Girard Fueillet²¹⁸ e Thomas de Courcelles²¹⁹ receberam seus pagamentos referentes aos dias em que estiveram presentes no processo. Estes que participaram ativamente da estruturação e do andamento de todo o julgamento. Jean Lemaitre, inquisidor do processo, também recebeu pagamento em 14 de abril²²⁰. Diversos outros ofícios mostram pagamentos para cumprir as despesas com a Universidade de Paris, todas elas tendo a mesma origem. Todas as despesas para a manutenção do processo foram feitas por designação de Thomas Blount, sendo assim arcadas com o tesouro inglês.

Normalmente as despesas para a abertura de um processo vinham de pagamentos dos acusados ou dos acusadores, pelo confisco dos bens de heréticos, ou da diocese²²¹. Quando os processos tinham certa relevância, por exemplo quando um nobre era sentenciado, seus aliados e inimigos podiam dar auxílios para a conclusão dos processos. No caso da *Pucelle*, não houve verdadeiras tentativas de sua compra ou sua troca como prisioneira, uma prática comum na época. Desde o início a Inglaterra fez de tudo para que ela fosse capturada e julgada em uma diocese ligada à sua administração. O duque de Luxemburgo, apesar de auxiliar na causa borguinhã, não estava diretamente ligado à guerra. Joana chegou às suas mãos pelas designações das instâncias²²². Quando alguma figura notória era feita prisioneira, ela era passada pelas mãos de diversas pessoas até que chegasse ao topo da hierarquia de vassalagem. O duque estava aberto a negociações, qualquer lado que realmente se interessasse pela prisioneira poderia ter seu desejo atendido.

A designação de Cauchon e Lemaitre para a coordenação do processo não foi por acaso. Não foi somente a diocese que delimitou o julgamento de Joana em Rouen. Na realidade, como exposto no primeiro capítulo, sempre houve uma difícil concordância no momento das decisões ligadas à jurisdição dos bispados. As regiões de Beaurevoir e Choques, ligadas diretamente a Jean de Luxemburgo, não tinham necessariamente jurisdição em Rouen. Esse tipo de impasse normalmente era resolvido pelas disputas entre

²¹⁴ Assessor e consultor do processo, era doutor em teologia.

²¹⁵ Ibidem.

²¹⁶ Ibidem.

²¹⁷ Ibidem.

²¹⁸ Ibidem.

²¹⁹ Assessor e consultor do processo, era bacharel em teologia.

²²⁰ “ Grafication a l’inquisiteur Jean Lemaitre”. In: Procès, v. 5, p. 202-203.

²²¹ LEA, Henry Charles. *The Inquisition of the Middle Ages: its organization and operation*. USA: Barnes & Noble, 1954, p. 70.

²²² FRAIOLI, Deborah A. *Joan of Arc and the Hundred Years War*. London: Greenwood Press, 2005, p. 69.

bispos. Não houve tal episódio e, além do mais, Pierre Cauchon era doutor em Direito Canônico e conselheiro do rei da Inglaterra²²³. Com o auxílio dado pelo tesouro real, poucas eram as possibilidades de outra jurisdição julgar Joana. Já Jean Lemaitre era prior da Ordem dos Dominicanos de Rouen²²⁴, sendo a autoridade máxima do Santo Ofício na região.

A reunião de grandes figuras no processo tinha o intuito de dar verdadeira credibilidade ao resultado final, ainda mais que tanto o bispo quanto o inquisidor tinham anseios de posições políticas no reino inglês²²⁵. Cauchon e Lemaitre conseguiram seus cargos com o auxílio da máquina administrativa inglesa. Eram partidários que reconheciam o poder de Henry VI. Logo no início da *causae expositio et praeparatoria* em 9 de janeiro é citado “(...) sereníssimo e cristianíssimo príncipe, nosso senhor rei da França e Inglaterra (...)”²²⁶ (PROCÈS: 1840, p. 4). Eles reconheciam a dupla monarquia e a validade do tratado de Troyes. Assim, como a transgressão de Joana estava justamente atingindo a legitimidade inglesa, seria esperado que eles cumprissem com seus deveres.

Assim, dentro do processo inúmeras foram as tentativas de analisar as questões políticas nas quais Joana esteve envolvida. O principal tema sempre acabava por ser a coroação de Charles VII. Desde o início, o objetivo de Joana era ir à França e coroar o rei, tudo feito de acordo com suas vozes. Posteriormente, esse ponto foi reforçado por assimilações às antigas profecias da tradição da corte feita por cronistas. Falar das vozes era perpassar por todos os eventos que levaram a *Pucelle* à prisão.

Uma das primeiras iniciativas da acusação foi a da delimitação dessas vozes; quem seriam e como se relacionavam a Joana. Inicialmente, poucas eram as respostas realmente conclusivas para os inquisidores. Grande parte de suas ações no tribunal também eram pautadas pelas vozes. Por inúmeras vezes a *Pucelle* se recusou a dizer qualquer coisa que envolvesse seus santos, Deus e suas revelações. Mas é no próprio processo que realmente conhecemos os santos que ela tanto dizia ouvir. Pelas análises, o processo conclui que os santos eram São Miguel, Santa Catarina e Santa Margarida²²⁷. Segundo relato dela, antes o anjo falava mais e, após sua prisão, as duas santas atenderam mais seus pedidos.

²²³ Procès, v.1, p. 1.

²²⁴ Procès, v.1, p. 2.

²²⁵ BEAUNE, Colette. *Joana d'Arc: uma biografia*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006, p. 282.

²²⁶ “(...) serenissimus et christianissimus principis, dominus noster Francorum et Angliae rex (...)”

²²⁷ Procès, v. 1, p. 71.

Essa delimitação fez com que alguns argumentos devessem ser negados pelos inquisidores. Primeiro, o Arcanjo Miguel, além de ser um santo reconhecidamente guerreiro, como Joana dizia ser, era protetor da família real francesa e padroeiro de Orléans²²⁸. Dois dos maiores sucessos de Joana foram justamente a coroação de Charles e o fim do cerco de Orléans. Se esse tipo de ligação ainda continuasse sendo feita com relação a Joana, todos os eventos posteriores teriam o respaldo divino, característica essa que não era satisfatória para os ingleses. Assim, duas foram as formas de contornar o problema.

Primeiramente, tentou-se analisar de todas as formas possíveis a sua validade. Nesse momento, todos os instrumentos de argumentação foram utilizados. No início Joana se recusava a falar de seus temas divinos, dizendo que tais assuntos eram apenas da importância de Deus. Porém, gradualmente ela começou a falar sobre eles e a descrever parte dessa sua relação. Como afirmei anteriormente, em nenhum momento os juízes negaram a existência das vozes, mas insistiam que não eram desígnios de Deus.

Tentativas de associação com a Árvore das Fadas e o início da comunicação com os santos foram feitas, mas sem muito sucesso. Por diversas vezes ela disse não ter feito nada perto da árvore para poder chamar os santos e que a primeira vez em que isso ocorreu ela estava perto da igreja da cidade²²⁹. A tentativa de associação às superstições também não obtiveram muitos resultados, pois Joana afirmou nunca ter praticado qualquer tipo de magia²³⁰. Seus anéis, espada e estandarte foram vistos como instrumentos ligados a práticas contrárias à Igreja, mas Joana sempre se punha contra tais afirmações. Até mesmo a acusação de posse de uma mandrágora foi feita, mas isso não passava de mais uma tentativa de obter informações comprometedoras.

O que dificultava esse tipo de acusação era o fato Joana ser considerada uma boa cristã. Todos os seus ensinamentos e ações condiziam com a prática cristã vigente. Nada em seu comportamento tinha algo de realmente comprometedor. Por certo momento, a Árvore das Fadas ocupou o centro da acusação, mas como a própria Joana dizia, era uma prática costumeira da população da região em cada primavera. Ela, como todas as outras garotas da região, colocava guirlandas de flores nas árvores próximas à Árvore das Fadas e posteriormente coroavam Nossa Senhora na Igreja²³¹. Esse tipo de prática regional era

²²⁸ BEAUNE, Colette. *Joana d'Arc: uma biografia*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006, p. 214.

²²⁹ Procès, v. 1, p. 53.

²³⁰ Procès, v. 1, p. 88-89.

²³¹ Procès, v. 1, p. 67.

muito difícil de sentenciar e no caso de Joana acabou por perder sua importância com o tempo.

Outra forma de analisar as vozes era pela relação de Joana para com elas. Diversas foram as perguntas sobre aparência, idade, se conseguia tocá-las e senti-las. A partir da 5ª sessão de interrogatório, no dia 27 de fevereiro, Joana as caracterizou. Disse saber exatamente quem eram e como diferenciá-las e que elas próprias se nomeavam. Ela as concebia corporalmente e eram elas que a direcionavam em suas ações. Elas não lhe permitiam falar de tudo no julgamento e por diversas vezes Joana pediu aos inquisidores para dar-lhe um dia para que pudesse ter a autorização²³². Assim, os inquisidores adotaram duas posturas para a resolução desse problema: a primeira era negar que seriam vozes de santos e que Joana interpretava erroneamente; a segunda seria aceitar a veracidade das vozes e demonstrar como Joana as desobedeceu. Essas duas tentativas foram feitas simultaneamente, pois tinham também a intenção de confundir a ré.

Aceitar as vozes acabou sendo a tentativa descartada. Joana dizia não saber se estava em pecado mortal²³³, mas que sempre se reportava a Deus²³⁴. Os inquisidores, então, tentaram condená-la pela suposta tentativa de suicídio. O salto das muralhas de Beaurevoir foi o argumento mais forte a ser usado. Quando Joana soube de sua venda aos ingleses, saltou da torre do castelo. Ela relatou que as vozes disseram para ela não pular e sabia que suicídio era um pecado mortal aos olhos de Deus. Ela argumentou que não tentou se suicidar nem fugir. Na verdade tornou-se complicado definir o que realmente ela pretendia. Segundo seu relato, ela entrou em desespero ao saber do sofrimento das boas pessoas, pois elas sofreriam com sua detenção²³⁵. De qualquer forma, ela desobedeceu os seus guias, pois mesmo que argumentasse que pediu perdão posteriormente nada reverteria o episódio da torre.

O problema da aceitação das vozes foi um dos principais motivos de condenação da *Pucelle*, mas os inquisidores tiveram que buscar outras causas para condená-la. Aceitaram o pecado mortal da tentativa de suicídio, mas não a desobediência contra os santos. Aceitar o erro de Joana perante as vozes era aceitar sua comunicação com os designados de Deus. Joana seria condenada, mas seus feitos não. Sua condenação ficaria restrita somente ao caso da tentativa de suicídio e todos os seus outros feitos continuariam

²³² Procès, v. 1, p. 130.

²³³ Procès, v. 1, p. 90.

²³⁴ Procès, v. 1, p. 68.

²³⁵ Procès, v. 1, p. 150.

pautados pelas mãos divinas. Assim, a coroação do rei francês e a vitória de Orléans ainda permaneceriam intactas.

Consequentemente, a escolha foi condenar as vozes. Condenando-as, todos os aspectos do sucesso político com Charles VII não poderiam mais ser reconhecidos. Joana dizia que não precisava chamá-las porque elas sempre apareciam, mas se precisasse ela sabia como fazer²³⁶. Dizia também que conseguia vê-las e senti-las, e que, muitas vezes, prestou reverência às vozes²³⁷. Em inúmeras ocasiões, como no interrogatório de 1º de maio, os juízes perguntaram se ela “via as vozes” ou “tocava as vozes”. Esse tipo de argumentação fazia parte dos instrumentos retóricos da inquisição confundir o réu fosse. Assim, Joana o foi. Prestando reverência e sabendo como chamá-las, aos olhos dos juízes isso poderia ser idolatria e invocação. Características estas que não podiam ser aceitas pela fé ortodoxa e, muitos menos, ser praticada por uma suposta enviada de Deus.

É difícil saber o quanto Joana d’Arc realmente sabia da história da Guerra dos Cem Anos. Ela recebeu a missão e tentou cumpri-la. A divisão dos partidos para ela nunca foi uma realidade muito próxima. A diferença básica existente para ela seria entre ingleses e franceses. Raríssimos são os momentos dos quais Joana definiu a partidarização na França. Apesar de estar do lado dos Armagnacs, ela sempre se dizia ligada aos desígnios do rei da França. Mas no processo poucas são as referências dessa partidarização.

Num momento crucial do julgamento Joana acabou por ser envolvida pela argumentação dos juízes. De acordo com o interrogatório de 1º de março, Joana foi interrogada sobre as vozes e a língua em que elas se comunicavam.

“Interrogada sobre qual é a língua falada quando (*as vozes*) não se apresentam corporalmente: responde: ‘Eu me reporto a Deus’. Item, diz que a voz é bonita, doce e humilde, e que fala o francês.

Interrogada se santa Margarina fala o idioma inglês: responde: ‘Por que falaria inglês se ela faz não parte do partido dos ingleses?’²³⁸” (PROCÈS: 1840, p. 86)

²³⁶ Procès, v. 1, p. 127.

²³⁷ Procès, v. 1, p. 130.

²³⁸ “Interrogata qualiter loquebantur, cum non haberent membra: respondit: ‘Ego me refero ad Deum.’ Item dicit quod vox illa est pulchra, dulcis et humilis, et loquitur Gallicum.

Interrogata na sancta Margareta loquitur idioma Anglicum: respondit: ‘Qualiter loqueretur Anglicum, cum non sit de parte Anglicorum?’”

A Igreja Católica Romana se pretende universal. Deus e os santos estão do lado da cristandade na sua proteção e auxílio. A argumentação de Joana que colocava os santos num determinado lado da guerra fazia com que os inquisidores a tratassem como cismática. Ela estava tentando dividir a cristandade. Estava colocando os santos em lados opostos. Durante a Idade Média era comum os santos serem usados como protetores, principalmente durante as batalhas. Cada reino tinha seu escolhido. Como a França tinha São Miguel, a Inglaterra tinha São Jorge. Isso não queria dizer que os santos fossem inimigos, mas somente que eram designados pelas populações para tal feito. Nesse momento do interrogatório, Joana colocou seus santos contra os ingleses. Uma brecha de argumentação foi aberta. Se os santos de Joana eram assim, eles poderiam na verdade não ser santos, mas apenas maquinações demoníacas que a levavam a acreditar nisso. Assim, progressivamente todas as suas ações começaram a ser condenáveis por esse viés.

Na sessão anterior, no dia 27 de fevereiro, Joana dizia saber exatamente de quem eram as vozes e tinha certeza de sua divindade. A partir de 1º de março começaram as críticas sobre a coroação de Charles em Reims. O interrogatório de 13 de março foi provavelmente o que mais discutiu o assunto e foi nele que Joana acabou por construir a idéia de que a coroa de Charles tinha sido trazida por anjos. Nas sessões anteriores, ela raramente falava sobre as questões que envolviam suas vozes ou as revelações de Deus. Como afirma Duby, a partir de 1º de março Joana acabou por entrar no jogo dos inquisidores²³⁹. Nesse período também podemos notar certa incerteza com relação a afirmações antes feitas. O confinamento de Joana num regime de *murus strictus* pode ter gerado esse estado de perturbação. Ela não foi flagelada, mas a tortura psíquica foi posta em prática, tendo sido proibida de confessar e ir à missa²⁴⁰. No dia 10 de março já era possível perceber o estado dela. Ela dizia que algumas vezes o anjo não falava com ela e que isso fazia falta, por causa da consolação²⁴¹. Consolação esta que não podia ter nem na missa nem na confissão nesse período.

A construção da idéia de que um anjo teria trazido a coroa para o rei, se Joana a confirmasse, seria tudo que os juízes precisavam. Como ela disse, poucas pessoas puderam ver os anjos. Nesse momento ela cita o rei, alguns nobres junto a ela e o clero que estava presente e confirma que a coroação seria um ato divino. Mas para os inquisidores, as

²³⁹ DUBY, Georges et DUBY, Andrée. *Les Procès de Jeanne d'Arc*. France: Éditions Gallimard/Julliard, 1973, p. 70.

²⁴⁰ Procès, v. 1, p. 45.

²⁴¹ Procès, v. 1, p. 127.

vozes não eram uma ligação divina e sim uma distorção das forças malignas. Suas crenças foram consideradas errôneas nesse ponto de vista.

A carta aos ingleses, feita pela *Pucelle* em 22 de março de 1429 e usada por Cauchon na acusação, foi também uma das principais causas para sua condenação. Como já vimos anteriormente, havia dois pontos fortes de transgressão nessa carta: primeiro, Joana colocava cristãos em combate, incentivando a discórdia erroneamente em nome de Deus; segundo, ela se intitulava “Chefe de guerra”, uma função que somente era atribuída aos homens da nobreza.

As lendas sustentavam Joana como uma exceção perante Deus, pois Ele poderia deliberar tal ato, mas como os inquisidores entendiam que Ele não era a figura que Joana imaginava ser, sua exceção passava a ser transgressão. Seus atos de colocar “Jesus Maria”, incentivar a luta e comandá-la, passaram a ser uma das acusações principais para sua condenação.

A partir desse momento, quando as questões políticas conseguiram ser envolvidas de uma forma com que toda a mística sobre Joana d’Ar fosse afetada, a religião passou a ser o principal ponto de condenação. Pois se ela havia transgredido as leis de Deus, somente a Igreja poderia fazer com que voltasse para o caminho certo e fazer com que reconhecesse o erro.

5.4 – Das questões religiosas

Do ponto de vista da Igreja, havia necessidade do auxílio dos desígnios cristãos para a acusação de Joana. Por mais que ela tenha transgredido e cometido os mais diversos erros, era obrigação da Igreja julgar e trazer de volta aos seus braços essa ovelha desgarrada. Vários são os pontos nos quais podemos averiguar a importância da argumentação religiosa para a tão pretendida reconversão de Joana.

Como era um processo inquisitorial, mesmo que impregnado de características políticas, a salvação da ré encontrava-se em jogo. Todas as acusações eram contra a fé e não contra o reino da Inglaterra. Mesmo tendo os mais complexos interesses políticos envolvidos no processo, a religião ainda era o baluarte principal de sustentação. Joana d’Arc era uma figura que abalava as estruturas da Igreja, agindo das formas mais adversas possíveis para a época, mas angariava grande respaldo dos franceses. De qualquer forma, sua figura devia ser analisada pela Igreja. No caso em questão, esse tipo de análise

ficou permeado de interesses e particularismos da diocese de Rouen se sobrepuseram aos a Roma.

Isso pode ser visto num aspecto pontual: a insubmissão de Joana perante os juízes. Durante todo o processo, eles tiveram problemas para fazer com que a *Pucelle* fizesse o juramento para dizer a verdade. As limitações que ela colocava estavam ligadas ao medo de desobedecer às vozes, uma vez que eram elas que a guiavam no julgamento e a faziam se reportar somente a Deus. Para Jacques Le Goff, Joana representa perfeitamente a influência do humanismo medieval quando se relaciona com suas vozes²⁴². Algumas questões para ela eram simples. Aos seus olhos, seu juramento não era válido pois ela se reportava a Deus diretamente e todas suas respostas deveriam ser guiadas pelas vozes. De certo modo, ela não estava sendo insubmissa à Igreja Romana, mas aos seus inimigos anglo-borgonheses. Ela sabia que seus inquisidores faziam parte do lado inglês. Seu problema não era com a Igreja, mas com os juízes que a estavam julgando. Em 1º de março ela fez o juramento se referindo ao Papa, que só se reportaria a Deus e ao Pontífice.

Havia a possibilidade de julgamento pelo Papa, pois ele era a última instância dos processos, mas os juízes não aceitaram tal transferência de instância. Desde a data de 1º de março, Joana fez o juramento se referindo a Deus e ao Papa. Em 17 de março, numa reunião do conselho, Isambard de la Pierre chegou a ser repreendido por Pierre Cauchon quanto a possibilidade de intervenção do Pontífice de Roma. Em 24 de maio, data da abjuração de Joana, após o juramento, Cauchon disse que “(...) nosso senhor Papa está muito longe e também é comum que o juiz seja cada um de sua própria diocese (...)”²⁴³, (PROCÈS: 1840, p. 445). Assim, todos os resultados do processo foram consequência das relações entre os juízes e o pronunciamento da Universidade de Paris.

Para a condenação da *Pucelle*, a Bíblia Sagrada tornou-se a principal fonte. Joana se mostrava religiosa e praticante, considerada anteriormente uma boa cristã. Mas aos olhos dos juízes teria corrompido princípios básicos das Escrituras Sagradas. Sua salvação dependeria da aceitação e reconhecimento desses erros. Em suas últimas sessões de interrogatório, Joana disse que não tinha nada contra a fé cristã ou a Igreja. Tudo que fazia era por desígnios de Deus, ao passo que para os inquisidores ela transgredia tais desígnios.

Como os juízes não podiam reconhecer a santidade das vozes de Joana, apontaram as mais diferentes características de seus pecados. Segundo eles, primeiramente,

²⁴² LE GOFF, Jacques. *Em busca da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 204.

²⁴³ “(...) dominum nostrum Papam ita remote; etiam quod Ordinarii erant iudices, quilibet in sua diocesi (...)”

Joana não reconhecia o poder da Igreja Militante. Perguntada sobre o assunto em 15 de março, ela não respondeu. Segundo Duby, “para Joana a Igreja é Nosso Senhor, isso para ela era muito simples²⁴⁴” (DUBY: 1973, p. 116). Para ela, os clérigos seriam somente administradores do Sagrado na Terra. Contudo, a Igreja é governada pelo Espírito Santo por designação de seus apóstolos. Deus deu esse poder aos seus seguidores. Assim, Joana tinha que reconhecer o poder da Igreja Militante e aceitá-la irrestritamente. Como é guiada pelo Divino Espírito Santo, a Igreja não erra e somente ela reconhece os enviados de Deus. Durante o processo ela dizia que nunca fora pastora, o que automaticamente a retirava da lenda, pois ela mesma não se reconhecia nesse aspecto; e as vozes sendo consideradas falsas, conseqüentemente, ela não poderia ser uma profetisa.

Com referência à Bíblia, duas passagens são fundamentais para compreender a sentença de Joana. Primeiramente, um trecho de Mateus 18:15, o qual é citado na documentação do processo na data de 18 de abril de 1431:

“Se o seu irmão pecar, vá e mostre o erro dele, mas em particular, só entre vocês dois. Se ele der ouvidos, você terá ganho seu irmão. Se ele não lhe der ouvidos, tome com você mais uma ou duas pessoas, para que toda a questão seja decidida sob a palavra de duas ou três testemunhas. Caso ele não dê ouvidos, comunique à Igreja. Se nem mesmo à Igreja ele der ouvidos, seja tratado como se fosse um pagão ou um cobrador de impostos.” Mateus 18:15-17

A Igreja era a última instância de absolvição na Terra e, assim sendo, Joana tinha que se redimir a aceitar sua autoridade, mas por questões que foram colocados acima, ela não a reconhecia. Sua pretensa ligação com Deus não era verdadeira, pois somente os desígnios da Santa Igreja o eram e, nesse momento, a Igreja era Cauchon e Lemaitre.

No dia 24 de maio, aconteceu a abjuração pública de Joana, sua submissão à Igreja, a assinatura dos artigos e sua sentença de prisão perpétua. Foi somente no segundo processo, o de reabilitação, que as testemunhas falaram acerca dos dias entre 24 e 28 de maio, que foi o período no qual Joana ficou presa e foi achada novamente vestindo roupas de homem. Transgredindo novamente a fé, não restava alternativa senão a execução. Ser achada com vestes referia-se a uma passagem específica da Bíblia e, desse modo, foi por isso que Joana d’Arc foi executada. “A mulher não deverá usar artigo masculino, nem o homem se vestirá com roupa de mulher, pois quem assim age é abominável para Javé seu Deus”. Essa passagem de Deuteronômio 22:17, simplesmente abarca grande parte da

²⁴⁴ “ Pour Jeanne, l’Église, c’est Notre-Seigneur, ce qui lui paraît tout simple.”

aceitação de Joana pelos franceses. Seu pecado máximo foi persistir no erro. Durante todo o processo, como por exemplo no dia 15 de maio, Joana se dizia segura de usar tais vestimentas e que não achava que Deus a condenaria, uma vez que isso teria sido uma designação d'Ele. Mas o processo mostrou que suas vozes não eram divinas e ela havia reconhecido isso quatro dias antes, quando assinou o documento de abjuração. Vestindo-se novamente de homem, Joana condenou-se e fez com que sua imagem fosse posta em dúvida pelos juízes. Assim, a passagem *Virgo puellares artus induta virili* – citada no capítulo três -, não era bem vista aos olhos de Deus.

Com relação à documentação, Duby trabalha com a idéia das assinaturas do processo. Segundo o autor, os magistrados não assinaram a documentação do processo. Isso seria indício de que eles mesmos tinham consciência das afirmações errôneas aos quais estavam sendo maquinadores. Na verdade, todas as assinaturas ao final do processo acabam por suscitar algum tipo de discussão. Para Sackville-West, Joana havia assinado com um círculo cortado com uma cruz a atas dos 12 artigos. Mas existem documentos que mostram a assinatura de Joana, como suas cartas. Mesmo não sabendo escrever ela sabia fazer a assinatura. Para muitos autores como Victoria Sackville-West e Colette Beaune, a cruz significaria a negação de Joana à documentação assinada.

5.5 – Conseqüências após o processo

Após a execução, diversos ofícios foram difundidos através de toda a Cristandade para que todos soubessem do ocorrido. Em pouco tempo todos já sabiam. Até o mês de agosto de 1431, esses informativos já haviam chegado ao Papa e ao Colégio de Cardeais²⁴⁵. Assim, a intenção era fazer com que as lendas da tradição francesa se enfraquecessem.

Joana d'Arc morreu sem cumprir suas revelações: recuperar Paris e expulsar os ingleses. Ela disse também que as vozes afirmavam que ela sairia viva e vencedora do processo, o que também não aconteceu. Tudo isso abalou o moral dos franceses. Com a *Pucelle* na liderança, poucas foram as derrotas significativas para o exército real. Ela não

²⁴⁵ Procès, v.1, p. 496.

precisava lutar, mas só a sua presença podia trazer alívio aos franceses. Assim, eles ainda continuaram a guerra e Joana tornou-se um símbolo da luta contra os invasores.

A morte de Joana não fez a guerra acabar. Principalmente depois que Charles VII ocupou o trono, as mais diversas reformas aconteceram dentro do reino, principalmente no exército. Como a vitória não mais parecia tão longínqua, permaneceram lutando contra a ocupação inglesa no continente. A Inglaterra continuava a não reconhecer Charles como rei legítimo e permanecia com sua política nos territórios dominados.

Com a intenção de abalar ainda mais a credibilidade de Charles, Henry VI foi coroado rei da França em dezembro de 1431²⁴⁶. Mesmo ele ainda sendo jovem, essa manobra política servia para consolidar a presença inglesa na região. No processo de Joana, tentaram fazer a mística envolvendo a coroação de Charles ser desfeita. Sua posição no trono era considerada como contrária os desígnios aceitos para a legitimação, pois uma herética o auxiliou. Mas diferentemente do pretendido, as pressões dos barões no parlamento inglês, o que posteriormente acarretou na Guerra das Duas Rosas²⁴⁷, e o progressivo fortalecimento da coroa francesa vez com que Henry não fosse reconhecido. Em si, o julgamento de Joana d'Arc acabou por não ter o fim desejado, pois mesmo depois de coroado em Paris em 1431 Henry VI não teve sua legitimidade reconhecida.

Até meados da década de 1450, diversos são os documentos sobre o aparecimento de Joana em determinados pontos do reino e de meninas que se diziam guiadas ou reencarnações dela. Charles acabou por não dar tanta importância a tal assunto, mesmo tendo recebido algumas delas em sua corte. Os nobres que estavam ligados diretamente a Joana se ligaram temporariamente a algumas delas. Mas após a morte de Charles nenhuma outra falsa Joana é documentada até o fim do século XIX e início do XX.

²⁴⁶ FRAIOLI, Deborah A. *Joan of Arc and the Hundred Years War*. London: Greenwood Press, 2005, p. 68.

²⁴⁷ Confronto do século XV entre as casas nobiliárquicas de Lancaster e York pelo direito ao trono inglês.

6. - Conclusão

Como dito anteriormente, a execução de Joana d'Arc em 1431 não trouxe o resultado pretendido pelos ingleses. As questões relativas ao processo foram sustentadas com respaldos teológicos, o que trouxe o arcabouço necessário para desfazer todas as assimilações as lendas da monarquia francesa. Conseguiram condená-la de forma convincente, mas não conseguiram que esse resultado atingisse diretamente a legitimidade da coroação de Charles VII.

Em dezembro desse mesmo ano, Henry VI foi coroado em Paris como rei francês, mas esse episódio não teve a mesma repercussão que a consagração de Charles VII em 1429. A coroação do *dauphin* em Reims fez com que todas as antigas lendas referentes à coroa francesa fossem novamente associadas ao monarca. Mesmo a casa real dos Valois não tendo descendência direta dos merovíngios, tinham como referência o mesmo reino dos francos. Isso trazia toda uma tradição e legitimidade de soberania que não se associava à figura de Henry VI.

Joana foi uma figura extremamente importante no período, principalmente por sua intervenção no tratado de Troyes. Ela desestabilizou os acordos antes firmados para cumprir a missão que acreditava ter sido designada por Deus: legitimar o verdadeiro rei francês. Por sua vez, os ingleses acreditava que tal tratado resolveria as querelas que já perduravam por quase um século entre os reinos. O cumprimento do tratado daria progressivamente todos os poderes da coroa da França para a família real inglesa, através de acordos matrimoniais.

Joana d'Arc fez que o tratado se rompesse e dificultasse ainda mais a já complicada administração no continente. Mesmo que efêmero, os borgonheses ainda mantinham seu auxílio político-militar na campanha, mas com as progressivas vitórias da *Pucelle*, foram se retraindo para dentro de seu próprio ducado. Ela acabou por trazer novamente aos franceses a esperança de uma vitória contra os estrangeiros. Seus sucessos fizeram com que até mesmo a nobreza francesa, antes desiludida com as perspectivas postas pelo tratado de Troyes, se voltasse novamente a guerra na busca pela vitória.

Posteriormente a coroação de Reims, Joana e o monarca acabaram por ter objetivos diferentes com relação à guerra e sua conclusão. Enquanto ela ainda almejava a possibilidade de vitória e expulsão dos ingleses através da guerra, Charles VII compreendia

que o frágil reino francês necessitava de reformas que não poderiam ser realizadas sustentando uma campanha militar. Ele acreditava piamente na possibilidade diplomática de se fazer reconhecer e ser reconhecido como legítimo soberano perante os ingleses. Assim, progressivamente, Charles deixou de auxiliar Joana em sua empresa.

Após sua prisão em Compiègne, poucas foram as tentativas incisivas de libertação pelos francêss, mas os ingleses viam, naquele momento, a possibilidade de atingir a legitimidade de Joana. Quando de seu aparecimento na corte de Chinon em março de 1429, prontamente, a *Pucelle* foi associada às mais diferentes lendas e profecias. Todas elas deram o arcabouço necessário para sua ação junto ao reino francês. O que antes parecia certo para os ingleses com o tratado de 1420, naquele momento, tornava-se, progressivamente, o início de uma inevitável derrota.

Para se fazer reconhecer soberana novamente, a Inglaterra necessitava atingir duramente a consagração de Charles e, nesse momento, a possibilidade vinha com a condenação dos atos de Joana por um tribunal eclesiástico. Assim, a Inquisição foi usada como instrumento para atender anseios e demandas de interesses pessoais e regionais do conflito entre os reinos. Pouco ou quase nada é possível saber sobre o quanto o Vaticano se envolveu no processo. Só temos referências do conhecimento do Papa sobre o assunto a partir das *actae posterit*²⁴⁸, sendo assim, após a morte da *Pucelle*.

Para que todo o processo acontecesse como o planejado pelos ingleses, diversas maquinações foram feitas: Pierre Cauchon, bispo de Beauvais, e Jean Lemaitre, prior da ordem dominicana da Normandia, ambos juízes do processo de Joana d'Arc, estavam intimamente ligados ao aparato administrativo dos ingleses, reconheciam a dupla monarquia firmada no tratado de Troyes e almejavam a possibilidade de reconhecimento político pelo rei Henry VI. Se o julgamento fosse favorável aos ingleses, isso os auxiliaria a alcançar mais postos dentro da hierarquia governamental. O envolvimento do tesouro real inglês através de Thomas Blount também mostra as intenções pretendidas com a prisão de Joana. Desde o auxílio dado a Cauchon para a compra da prisioneira até o pagamento dos gastos referentes à transição de informações entre membros do processo inquisitorial e da Universidade de Paris, todos os gastos tiveram o tesouro real inglês com patrocinador.

Como exposto anteriormente, os ingleses não podiam somente condená-la e executá-la, tinham que deslegitimar todas as ações de Joana para que pudessem atingir

²⁴⁸ “Atas Posteriores”

diretamente a coroação de Charles VII, pois, se comprovassem que ela não era guiada por Deus como se dizia, o *dauphin* também não poderia ter seu auxílio para se legitimar política e religiosamente. Assim, os mais diversos instrumentos foram utilizados para que conseguissem alcançar o resultado desejado. A morte de Joana significava destruir o baluarte que sustentava as façanhas feitas pelos franceses. Nenhum reino cristão poderia ter sua soberania pautada sobre as ações de uma herética.

Mas não somente para política, a *Pucelle* também era figura controversa para a Igreja. Os franceses viram em sua santidade a possibilidade de vitória e os ingleses a heresia que desestruturava sua administração. Como expus, Le Goff acredita que Joana d'Arc seja um dos símbolos mais fortes do humanismo medieval. Ela sintetiza grande parte das características que delimitam essa idéia. Dentro dessa excepcionalidade, pois somente Deus podia fazer com que alguém transgredisse a ordem cósmica antes estabelecida e no caso de Joana era se vestir como homem, os ingleses viram a possibilidade de sua condenação para transformarem-na numa herética. Trajar-se de homem era um crime, segundo os inquisidores, perante os olhos de Deus. Ela transgredia os bons costumes e as Sagradas Escrituras e era dever da Igreja, que naquele momento era o bispado de Rouen, executar o herético que continuava a persistir no erro.

Muitos autores, assim como Sackville-west, vêem no caso da abjuração de 24 de maio e na admoestação de 28 de maio de 1431, um ato político. Acreditam que fazer com que Joana parecesse ser uma contínua transgressora, fazia com que a Inquisição aplicasse a pena máxima, que era a morte. O ideal do Santo Ofício nesse período era lutar contra a heresia e fazer com que reconhecessem o verdadeiro caminho a ser seguido. Assim, pouquíssimos eram os casos de execuções, pois tentavam, de todas as maneiras, fazer com que o réu reconhecesse seus erros e voltasse para os braços da Igreja Militante. Contudo, todo condenado que persistisse no erro deveria ser executado, pois era reconhecido como uma ameaça à perpetuação dos dogmas cristãos. Os ingleses utilizaram-se desses argumentos para que Joana e Charles VII fossem atingidos em sua legitimidade. Mas, posteriormente, o resultado final mostrou que conseguiram executá-la juridicamente, mas não fizeram que seus feitos e as vozes que escutava também o fossem na mentalidade da época.

7. – Referências Bibliográficas

Fontes Impressas:

QUICHERAT, Jules. *Procès de condamnation et de réhabilitation de Jeanne d'Arc*. Paris: Jules Renouard et Cie, 5v., 1861.

Tradução da Documentação:

DUBY, Georges et DUBY, Andrée. *Les Procès de Jeanne d'Arc*. France: Éditions Gallimard/Julliand, 1973.

Obras de Referência

Actes du colloque de Rouen: Images de Jeanne d'Arc. Paris: Presses Universitaire de France, 1999.

Bíblia Sagrada – Edição Pastoral. São Paulo: Paulus, 2002.

CIRLOT, J. E. *A Dictionary of Symbols*. London: Roytledge, 2001.

Encyclopedia Catholic. New York: Online Edition, 2003.

LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude(org.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Tradução: Hilário Franco Jr.(org.). São Paulo: EDUSC, 2006.

The New Cambridge Medieval History. Cambridge: Press Cambridge University, 1995-2005, 7v.

WAGNER, John A. *Encyclopedia of the Hundred Years War*. London: Greenwood Press, 2006.

Bibliografia

BEAUNE, Colette. *Joana d'Arc: uma biografia*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006.

BIHLMAYER, K. e TUECHLE, H. *História da Igreja – Volume 2*. São Paulo: Edições Paulinas, 1964.

BONNASSIE, Pierre. *Vocabulario básico de la Historia Medieval*. Barcelona: Grupo Editorial Grijalbo, 1988.

BROOKE, Z. N. *A History of Europe (911-1198)*. London: University Paperbacks, 1969.

CHIDESTER, David. *Christianity: a global History*. London: Pinguin Books, 2000.

COULTON, G. G. *The Inquisition*. Cambridge: Folcroft Library Editions, 1974.

CONTAMINE, Philippe. *La guerre des cent ans*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.

CURRY, Anne. *The Hundred Years War – 1337–1453*. London: Osprey Publishing, 2002.

DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do Feudalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

_____. *Guerreiros e Camponeses*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

_____. *O tempo das Catedrais: a arte e a sociedade (980-1420)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

FALBEL, Nachman. *Heresias medievais*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

FRAIOLI, Deborah A. *Joan of Arc and the Hundred Years War*. London: Greenwood Press, 2005.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GUENÉE, Bernard. *O ocidente nos séculos XIV e XV: os Estados*. São Paulo, Editora Pioneira, 1981.

HUIZINGA, Johan. *O declínio da Idade Média*. São Paulo: Editora Verbo, 1978.

KRUMEICH, Gerd. *Jeanne d'Arc à travres l'histoire*. Paris: Éditions Albin Michel, 1993.

LANDUIRE, Emmanuel le Roy. *Mntaillou: Cátaros e católicos numa aldeia francesa – 1294 – 1324*. Lisboa: Edições 70, 1975.

LE GOFF, Jacques. *Em busca da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1983.

_____. *Introdução*. In: “São Luís: biografia”. Tradução: Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Record, 1999.

LEA, Henry Charles. *The Inquisition of the Middle Ages: its organization and operation*. USA: Barnes & Noble, 1954.

NICOLLE, David and McBRIDE, Angus. *French Armies of the Hundred Years War*. Oxford: Osprey Publishing, 2000.

NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueirido. *Bruxaria e História: As práticas mágicas no Ocidente cristão*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

OPITZ, Claudia. *O cotidiano da mulher no final da Idade Média(1250-1500)*. DUBY, G. e PERROT, Michelle(org.). "História das Mulheres. Vol. 2: A Idade Média". São Paulo: EBRADIL, 1990.

PANDOLFO, Maria do Carmo Peixoto. *Joana d'Arc: semiologia de um mito*. Rio de Janeiro: Grifo, 1977.

PERNOUD, Régine et CLIN, Marie-Véronique. *Jeanne d'Arc*. Paris: Pluriel, 1986.

PINSKY, Jaime(org.). *Modo de Produção Feudal*. São Paulo: Global Editora, 1982.

SACKVILLE-WEST, V. *Santa Joana d'Arc*. Tradução: Marta Rodolfo Schmidt. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

SOUTHERN, R. W. *The Making of the Middle Ages*. London: Pimlico Edition, 1993.

Artigos e periódicos

BOSTOCK, J. Knight. *The Maid of Orleans in German Literature*. "The Modern Language Review", Vol. 22, No. 3.(Jul., 1927), pp. 298-309.

BROWN, Cynthia J.. *Allegorical design and image-making in fifteenth-century France: Alain Chartier's Joan of Arc*. "French Studies", Vol. LIII, No. 4, Oct. 1999, pp. 387-404.

ELLIOT, Dyan. *Seeing Double: John Gerson, the Discernment of Spirits, and Joan of Arc*. "The American Historical Review", Vol. 107, No. 1.(Feb., 2002), pp. 26-54.

FRAIOLI, Deborah A.. *The Literary Image of Joan of Arc: Prior Influences*. "Speculum", Vol. 56, no. 4.(Oct., 1981), pp. 811-830.

KELLY, Henry Ansgar. "Inquisition and the Prosecution of Heresy: Misconceptions and Abuses". In: *Church History*, vol. 58, n° 4 (dec., 1989).

_____. "The Right to Remain silent: Before and After Joan of Arc." In: *Speculum*, vol. 68, n° 4 (Oct., 1993), p. 992-1026.

NEWHALL, Richard A. *Payment to Pierre Cauchon for Presiding at the Trial of Jeanne d'Arc*. "Speculum", Vol. 9, no. 1.(Jan, 1934), pp. 88-91.